



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

CLEOMAR JAMYSON DA SILVA MELO

**SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE E TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO
PANDÊMICO**

**RECIFE
2023**

CLEOMAR JAMYSON DA SILVA MELO

**SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

Co-orientação: Prof.^a Dr.^a. Raquel Cavalcante Soares

**RECIFE
2023**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva, CRB4-1747

M528s

Melo, Cleomar Jamyson da Silva

Serviço social na saúde e tecnologias da informação e comunicação no contexto pandêmico / Cleomar Jamyson da Silva Melo. - 2023.

127 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá.

Co-orientação: Prof.^a Dr.^a. Raquel Cavalcante Soares

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Saúde pública. 3. COVID-19, Pandemia de, 2020.
4. Tecnologia – Serviços de informação. I. Mustafá, Maria Alexandra da Silva Monteiro (Orientadora). II. Soares, Raquel Cavalcante. III. Título.

361.3 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2024 – 002)

CLEOMAR JAMYSON DA SILVA MELO

**SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO**

Aprovada em 31 de outubro de 2023

BANCA EXAMINADORA

**PROF^a. DRA. MARIA ALEXANDRA DA SILVA MONTEIRO MUSTAFA - UFPE
PRESIDENTE E ORIENTADORA**

**PROF^a. DRA. RAQUEL CAVALCANTE SOARES - UFPE
EXAMINADORA INTERNA – CO-ORIENTADORA**

**PROF. DR. LLUIS FRANCESC PERIS CANCIO
EXAMINADOR EXTERNO**

**PROF^a. DRA. ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA - UFPE
EXAMINADORA INTERNA**

A Dona Preta, minha avó. A meu pai,
Claudio do som e ao meu irmão
caçula, Jefferson. Ambos *in*
memorian e eternizados na minha
alma. DEDICO-OS.

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar como de praxe agradecendo a terceiros, irei quebrar um pouco o protocolo, não estranhem, pode até parecer narcisismo, mas não é. O fato é que o primeiro merecidíssimo e belíssimo agradecimento é direcionado a minha pessoa, por poder hoje abraçar-me e dizer, você é incrível e suas batalhas tem obtido bons frutos.

Aos meus familiares que dentro das possibilidades contribuíram na minha trajetória de sujeito acadêmico, seja pelo empenho ou elogios que me faziam compreender que estava no caminho certo. Em destaque meus pais, Betânia e Cláudio (in memorian), meus irmãos, Júnior e Jefferson (in memorian), meu sobrinho Miguel e meus afilhados Carlos Victor e Isabella.

Ao grande e eterno amor da minha vida, falo da minha avó Preta (in memorian), que sempre foi escudo dos meus problemas e aconchego dos momentos tristes, além, de nunca me negar seu carinho e afeto. Além disso, a velha Preta muitas vezes matou minha fome, e da minha família, coisas inesquecíveis.

A William Brenno que esteve comigo compartilhando a caminhada do percurso do mestrado, inclusive agora na reta final, contribuindo de maneira significativa.

As colegas de turma, que fizeram dos meus dias mais leves, mesmo que de forma remota, em especial Mirella, Nathalia, Keile, Nicoli, Evelyn e Tuca, pelo companheirismo e afeto.

Ao apoio, incentivo das minhas orientadoras Professora Alexandra Mustafá e Professora Raquel Soares, pelos ricos momentos de aprendizado e afeto.

E às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS-UFPE), pelas trocas de conhecimentos durante a experiência do mestrado. Em especial, à professora Ana Cristina de Souza Vieira, a professora Helena Chaves, a professora Rosa Cortez, e a professora Juliane Peruzzo.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado a presente pesquisa.

“Por tanto amor, por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz, manso ou feroz
Eu, caçador de mim”.

**Caçador de Mim – Milton
Nascimento**

RESUMO

Este trabalho parte da aproximação dos estudos que vimos realizando junto às temáticas do trabalho profissional e da política de saúde. Tendo como objetivo apreender as tendências do uso das TIC 's no cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais que atuam/atuaram em serviços de saúde na pandemia da COVID-19, compreendendo suas contradições, limites e possibilidades. Dessa forma, ocuparam direções centrais na análise as categorias e conceitos de “crise sanitária, trabalho, TIC' s, Serviço Social na saúde, totalidade social e contradição”. Com relação ao percurso trilhado da nossa fundamentação teórico-metodológica, seguimos o método crítico dialético, pois sob o par de óculos da Teoria Social Crítica, nos possibilitou conhecer e aproximarmos da essência dos fenômenos sociais. Acerca dos procedimentos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa-descritiva, através da pesquisa documental na plataforma do Youtube, como técnica para a coleta de dados. Essa construção dos dados foi percorrida através da busca delimitada pelo tempo e seleção dos descritores que serão utilizados. Como estratégia de coleta, a busca na plataforma do Youtube, de *lives* realizadas do período de março de 2020 a março de 2021, momento inicial e crítico da pandemia da nova coronavírus, que tratem sobre a discussão acerca do trabalho do (a) Assistente Social nos serviços de saúde pública do Brasil. A pesquisa tem uma significativa importância, pela necessidade da apropriação do “solo” histórico-concreto no qual se assenta o trabalho profissional dos (as) assistentes sociais nos tempos de pandemia. Este cenário pandêmico implicou numa exponenciação das problemáticas, já intensificadas e/ou presentes no trabalho profissional do (a) Assistente Social com atuação na saúde. Contudo, percebe-se que a profissão de Serviço Social não fugiu à luta e esteve na linha de frente na defesa da vida acima dos lucros e atuando estrategicamente, com os instrumentos que eram possíveis, mas com direcionamento e compromisso com o Projeto ético-Político profissional. Identificamos alguns elementos, como: o caráter propositivo da profissão que com sua autonomia relativa conseguiu se inserir nos comitês de crises dentro das instituições de saúde para pensar novos fluxos do trabalho; que desenvolveu ações pautadas na dimensão política-pedagógica da profissão, evidenciando que o Serviço Social brasileiro necessário diante da pandemia estava mais vivo do que nunca com ousadia e compromisso com a sua direção social hegemônica; e que buscou a organicidade dos espaços democráticos coletivos da classe trabalhadora para viabilizar direitos sociais e mobilizar o embate desses espaços com os dilemas que se apresentavam-se tanto nos serviços de saúde como pelo Estado brasileiro. Assim, acreditamos que os resultados apreendidos do estudo, poderão embasar e auxiliar os (as) assistentes sociais, o CFESS/CRESS e as organizações sindicais na luta por melhores condições objetivas e subjetivas de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE:

Crise sanitária. Serviço Social na Saúde. TIC' s. Projeto ético-político.

ABSTRACT

This work is based on the studies that we have been carrying out on the themes of professional work and health policy. It aims to understand the trends in the use of ICTs in the daily work of social workers who work in health services during the COVID-19 pandemic, including their contradictions, limits and possibilities. Thus, the categories and concepts of "health crisis, work, ICTs, Social Work in health, social totality and contradiction" were central to the analysis. Regarding our theoretical-methodological foundation, we followed the critical dialectical method, because under the eyes of Critical Social Theory, it enabled us to get to know and get closer to the essence of the social phenomena. In regards to the methodological procedures, we opted for a qualitative-descriptive approach, through a documentary research on Youtube platform as a data collection technique. This data construction was carried out through a time-limited search and selection of the used descriptors. As a collection strategy, the search for livestreams made on the Youtube platform - done from March 2020 to March 2021, the initial and critical moment of the new coronavirus pandemic - which dealt with discussions about the work of the Social Worker in public health services in Brazil. This research is of significant importance due to the need to understand the historical-concrete "soil" on which the professional work of Social Workers is based during a pandemic. This pandemic scenario has led to an aggravation of the problems that are already intensified and/or present in the professional work of social workers working in the health sector. However, we can see that the Social Work profession has not shied away from the fight and has been at the forefront of defending life over profits, acting strategically with the tools that were possible, but with direction and commitment to the Professional Ethical-Political Project. We have identified some elements, such as: the propositional nature of the profession, which with its relative autonomy managed to insert itself into crisis committees within health institutions to think up new workflows; which developed actions based on the political-pedagogical dimension of the profession, showing that the Brazilian Social Service needed in the face of the pandemic was more alive than ever, with boldness and commitment to its hegemonic social direction; and that it sought the organicity of the collective democratic spaces of the working class to make social rights viable and mobilize the clash of these spaces with the dilemmas that presented themselves both in the health services and by the Brazilian State. Thus, we believe that the results of the study can support and assist social workers, the Regional Council of Social Work and trade union organizations in the fight for better objective and subjective working conditions.

Keywords: Health crisis; Social Work in Health; ICTs;. Ethical-Political Project.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Característica geral do caminho metodológico.....	27
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Adensamento do uso das TIC 's no cotidiano profissional de assistentes sociais.....	97
Quadro 2 - Incorporação de novas requisições no uso das TIC' s.....	99
Quadro 3 - Expressão da Incorporação nas ações socioprofissionais.....	102
Quadro 4 - Expressões de práticas do uso da TIC direcionadas na defesa do Projeto-ético-político profissional do Serviço Social.....	104
Quadro 5 - Intensificação da utilização das TIC 's como algo episódico ou de longo prazo?.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPS - Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde
ALAETS- Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BH - Belo Horizonte
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CNS - Conselho Nacional de Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
PET - Programa de Educação Tutorial
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
PEP - Projeto Ético-Político
MPC - Modo de Produção Capitalista
FHC - Fernando Henrique Cardoso
MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado
PDRE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
CELATS - Centro Latino-Americano de Trabalho Social
EPI's - Equipamentos de Proteção Individual
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
IA - Inteligência Artificial
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MRSB - Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
NASF - Nacional de Apoio a Saúde da Família
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde
OS - Organizações Sociais
PT- Partido dos Trabalhadores

PPP - Parcerias Público-Privadas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

TST - Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Apontamentos metodológicos.....	22
2. CAPITAL PANDÊMICO E AS INFLEXÕES NA POLÍTICA DE SAÚDE	29
2.1 <i>A crise sanitária, desdobrada pela pandemia do novo coronavírus, é um fenômeno isolado ou coaduna-se com a crise do capitalismo?</i>	30
2.2 <i>A política de saúde no meio do “furacão”: entre a contrarreforma, o neofascismo no Brasil, as fake news, e a pandemia</i>	45
3. SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE NO CONTEXTO PANDÊMICO: entre implicações e possibilidades	60
3.1 Particularidades do trabalho do Assistente Social no campo da Saúde.....	61
3.2. O trabalho profissional do Assistente Social na saúde sob fogo cruzado do capital pandêmico.....	69
3.3 O Serviço Social não fugiu à luta: reafirmação do Projeto ético-político na contracorrente dos efeitos da pandemia.....	75
4. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS: tendências no campo da saúde em tempos de pandemia	84
4.1 Mas, o que são as TIC’s? Há possibilidades de serem utilizadas como mediadoras do trabalho dos assistentes sociais?.....	85
4.2 Tendências do uso das TIC’S no trabalho profissional de Assistentes Sociais no campo da saúde em tempos de pandemia.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A - VÍDEOS SELECIONADOS DO YOUTUBE PARA TRATATIVA DAS ANÁLISES	127

1. INTRODUÇÃO

O SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito garantido não se compra, não se vende! (Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde)

A epígrafe acima, que por hora inaugura a leitura e mergulho no nosso trabalho, é uma expressão autêntica do nosso lugar enquanto pesquisadores que partem da crítica ao modelo de sociedade em que, tudo que toca, transforma em mercadoria, inclusive um Sistema de Saúde, peça tão fundamental para a vida humana. Ao mesmo tempo em que essa peça nos vincula defronte a compreender esses ataques a política de saúde e aos trabalhadores e trabalhadores que constroem ou que buscam acessar essa política, não como meros coadjuvantes ou espectadores, mas como sujeitos organizados que, ao buscar conhecer a realidade social concreta, também constroem estratégias de classe para a transformação do real, ela também pode nos separar.

Nesse sentido, o nosso trabalho parte das aproximações que vimos realizando ao longo do trajeto do cotidiano investigativo e atencioso, no qual o viver acadêmico nos permite. Sempre emaranhados nas discussões, os espaços universitários e os da sociedade civil organizada nos proporcionaram uma vinculação muito forte às temáticas do trabalho profissional e da política de saúde, particularmente abordando a relação entre as mudanças no mundo do trabalho, o ideário neoliberal e os ataques aos direitos sociais.

O fortalecimento pelo interesse de estar atento às questões relacionadas às temáticas acima destacadas, permeiam desde o espaço: na Universidade (em

Grupos¹ de Estudos e Pesquisas; em projetos de extensão²; no PET-SAÚDE INTERPROFISSIONALIDADE; no Estágio³ Curricular Obrigatório; no movimento estudantil; e no âmbito da Sociedade Civil Organizada (no Fórum Contra Privatização da Saúde e em Defesa do SUS da Paraíba; no Conselho Municipal de Saúde de Campina Grande na condição de conselheiro; no Colegiado da Frente Nacional Contra Privatização da Saúde; entre outros). Decerto, essas inserções proporcionaram um interesse ainda mais volumoso e comprometido para pensar as possibilidades necessárias na conformação e defesa do nosso Projeto ético-político profissional.

Com o acúmulo teórico-investigativo sobre as temáticas que inter cruzam a nossa pesquisa e o nosso percurso, identificamos que os estudos realizados têm apontado para um intenso processo de dilapidação da legislação social, em especial a trabalhista e previdenciária. Tal processo, tem afetado, de forma significativa, o trabalho profissional do(a) Assistente Social, pela sua condição de trabalhador assalariado e pela sua atuação nas instituições do campo das políticas sociais. A flexibilização e a desregulamentação dos marcos legais vêm constituindo um novo modelo de gestão do trabalho, além de um intenso processo de desmonte dos direitos sociais, agravando assim as condições de precarização do trabalho, também, para o assistente social.

Nesses espaços, também, mesmo que de forma tímida, havia a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC' s) como instrumento mediador do trabalho profissional de assistentes sociais. E, apesar dos rebatimentos advindos do uso dessas ferramentas — como a super precarização do trabalho; a exacerbação da vigilância; a quebra do sigilo profissional; o reforço da razão instrumental; entre outros —, evidencia-se, contraditoriamente, importantes ganhos no fortalecimento do Projeto Ético-Político (PEP).

Desse modo, com o contexto de cataclisma humanitário, que se abateu no mundo, como consequência da pandemia do novo coronavírus, foi descortinada a

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) e ao Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS), ambos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE), vinculado a Universidade Federal do Pernambuco, no qual participamos da pesquisa internacional, aprovada pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social – IASSW-AIETS, intitulada “Teoria e prática do Serviço Social no mundo em tempos de pandemia.

² Projeto de Extensão intitulado “Promoção da saúde e envelhecimento saudável — nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF's) de Campina Grande/PB

³ Realizado na política de saúde em uma Unidade Básica de Saúde da Família do Município de Campina Grande-PB.

forma e conteúdo da sociabilidade capitalista, calcada pela exploração e expropriação da natureza e das classes subalternas. De fato, as exponenciais desigualdades sociais, expostas na pandemia, não foram geradas a partir do momento pandêmico, mas sim, revelam-se como produto histórico das contradições do modo de produção capitalista no momento que vivencia uma de suas mais profundas crises.

Essa crise estrutural sistêmica, vivenciada pelo capitalismo desde os anos 1970, que ganha novas formas entre 2008-2009 e tem intensificado os seus efeitos com o cenário pandêmico do novo coronavírus, vem se solidificando cada vez mais. Segundo Trindade (2020), pode-se dizer que duas importantes tendências estiveram na esteira desse inédito momento no trabalho profissional: o trabalho remoto/teletrabalho e o uso ainda maior das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC 's) como ferramentas instrumentais.

Decerto, esses elementos já estavam postos na prática e na realidade concreta, porém o contexto pandêmico colocou-se como grande desafio, particularmente no campo da saúde, onde os(as) assistentes sociais utilizaram-se dessas ferramentas remotas para: mediação entre os usuários e seus familiares, proporcionando ou contribuindo com orientações e planejamento da teleconsulta; orientação aos familiares acerca dos direitos sociais e sobre os fluxos de atendimento das unidades de saúde; e diálogo e articulação entre os profissionais, os conselhos profissionais, os sindicatos, os movimentos sociais, etc.

É sabido, também, que a presença das tecnologias em nossa sociedade — gerida pelo capitalismo — não é algo novo e que, delas, partem as principais estratégias do modo de produção capitalista de aumentar em níveis elevados a produtividade e o controle sobre os resultados esperados, isto é, formas para tanto intensificar a exploração do trabalho como dificultar a organização política da classe trabalhadora.

Ou seja, são com essas motivações, advindas da tecnologia, que o teletrabalho ou do uso das TIC 's na realização do trabalho surgem. Essas mudanças que intensificaram-se com a pandemia tem incidido sobre o cotidiano profissional do(a) Assistente Social, sobretudo no campo da saúde, como mencionamos acima (Valentim & Paz, 2022).

Ainda sobre o impacto da introdução dessas “novas” tecnologias como mediadoras do trabalho dos(as) Assistentes Sociais, o Cfess (2021), em nota sobre

o “Teletrabalho e tele perícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia”, elencou três problemáticas — sobre as quais tenho comum acordo com o nosso conselho — que afetam as condições éticas e técnicas do trabalho profissional do Serviço Social: o dilema do acesso aos direitos pela população, que em grande maioria não tem acesso aos aparelhos eletrônicos ou à internet; a precarização dos serviços que não dispõem de equipamentos necessários — muitas vezes requerendo aos profissionais que utilizem o seu próprio equipamento —; e os impactos na segurança do(a) profissional e da população atendida, no que diz respeito ao sigilo profissional.

Na série de entrevistas realizadas pelo CFESS, que dialogou com profissionais de várias políticas e serviços, evidenciou-se o quanto o uso das TIC 's tem sido presente no trabalho profissional nesses tempos pandêmicos. Em uma das séries de entrevistas, as quais tratavam sobre “Coronavírus: e quem trabalha na saúde?”, foram entrevistadas nove Assistentes Sociais que atuam no Instituto Dr. José Frota, hospital da rede de assistência à saúde da Prefeitura de Fortaleza (CE), integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na questão em que problematizou-se sobre os principais dilemas do contexto pandêmico, as profissionais elencaram que os desafios foram diversos, mas, o que mais estava em evidência, foi a forte pressão para realizarem a mediação da teleconsulta, entre a família e o paciente/usuário, assim como do uso das ferramentas remotas para o teleatendimento (CFESS, 2020).

Em um momento de excepcionalidade, no qual estamos limitados pelo distanciamento social, a utilização das TIC 's não pode servir apenas para o cumprimento de metas de produtividade impostas pelas instituições. Dessa forma, o uso dessas ferramentas remotas não pode limitar a finalidade do trabalho dos(as) Assistentes Sociais. Nesse sentido, podem contribuir para alcançar objetivos profissionais, previamente planejados, e na orientação sobre os direitos dos usuários. (CFESS, 2021).

Dialeticamente, as TIC 's também foram utilizadas como instrumentos do trabalho profissional, com direcionamento estratégico, na disputa social da ocupação desses espaços tecnológicos com redirecionamento e em conformidade com o Projeto Ético-Político Profissional. Assim como, na articulação com: a rede socioassistencial, os movimentos e organizações das classes subalternas, os espaços do controle social e, principalmente, o conselho da categoria profissional —

aproximando-se ainda mais da base — , numa perspectiva crítica, coletiva e contra-hegemônica.

Dito isso, a temática de interesse da nossa pesquisa partiu da necessidade de desvelar e discutir as principais tendências do uso das tecnologias da informação e comunicação no cenário da pandemia da Covid-19 no campo da saúde, identificando se a utilização dessas ferramentas potencializou estrategicamente o PEP.

Assim, diante do cenário pandêmico de COVID-19 e suas problemáticas, intensificadas e/ou evidenciadas no trabalho profissional do(a) Assistente Social com atuação na saúde, percebe-se que a profissão de Serviço Social — mesmo com sua autonomia relativa — não fugiu à luta (Soares, Correia & Santos, 2021) e esteve na linha de frente na defesa da vida acima dos lucros atuando estrategicamente — mesmo que em distanciamento presencial. Por isso, levantamos os seguintes questionamentos: Quais as tendências do uso das TIC 's no trabalho profissional de assistentes sociais no campo da saúde, especialmente a partir da pandemia de Covid-19? Como esse uso contribuiu numa perspectiva estratégica e potencializadora do fortalecimento do Projeto Ético Político da profissão?

Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo norteador, desvelar as tendências do uso das TIC 's no cotidiano de trabalho de assistentes sociais que atuaram em serviços de saúde na pandemia da COVID-19, compreendendo suas contradições, limites e possibilidades.

Dentre os principais questionamentos envolta dessas tendências, há três que nos despertavam maiores atenções, para o objetivo de compreender esse fenômenos, sendo eles: Nas alterações que ocorreram no trabalho profissional do assistente social da área da saúde, no contexto de pandemia, o uso das TIC's foi um fenômeno de incorporação ou de adensamento?; Na utilização das TIC 's, como instrumentos mediadores do trabalho profissional, houve espaço estratégico para os valores e princípios alinhados ao Projeto Ético-Político?; e, por fim, se na intensificação da utilização das TIC' s constitui-se uma tendência episódica ou de longo prazo?

Então, diante da empreitada investigativa, desenvolvemos a luz da teoria social crítica, mais três seções com o propósito de dar sustentação aos nossos apontamentos acerca das respostas encontradas para o nosso problema de

pesquisa. Sendo a segunda intitulada “Capital Pandêmico e as inflexões na política de saúde”, a qual inaugura a nossa fundamentação teórica com o intuito de responder acerca de haver uma interligação direta entre a crise sanitária e a crise do capital. Nela coadunamos com a relação simbiótica existente e, também, apontamos os dilemas intensificados na política de saúde, os quais, como “chão” de trabalho do campo que optamos investigar, julgamos, mais do que necessário, entendê-los junto com o solo histórico que se realiza esse trabalho.

Na terceira seção, intitulada “Serviço Social na saúde no contexto pandêmico: entre implicações e possibilidades”, partimos da construção sócio histórica do trabalho no campo da saúde pelo Serviço Social, desde do resgate da particularidade do trabalho nesta área, passando pelas inflexões da pandemia no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, até a construção da defesa de que mesmo a profissão diante dos desafios não fugiu à luta na defesa do Projeto ético-político profissional, remando contra a corrente dos desafios.

E a última seção, não menos importante, nomeada “As Tecnologias da Informação e Comunicação e o trabalho dos(os) Assistentes Sociais: tendências no campo da saúde em tempos de pandemia”, culminou nos apontamentos evidenciados por nós acerca das direções que o trabalho profissional traçou durante a pandemia, com a utilização maciça de ferramentas tecnológicas, as chamadas TIC’s, nas suas intervenções profissionais.

Também, abordando como que se trata o conteúdo e a forma dessas tecnologias, suas implicações para o trabalho do assistente social e pensando a construção contraditória, é que foi conduzida no uso social dessas ferramentas para defender uma contra-hegemonia do projeto societário capitalista, em consonância para o projeto profissional que a luz do seu projeto ético-político aponta para uma direção social estratégica, a qual vislumbra uma emancipação humana das classes subalternas.

No que diz respeito à relevância para a realização deste trabalho final de dissertação, justifica-se esse empreendimento de força acadêmica pela importância e necessidade da apropriação do “solo” histórico-concreto no qual se assenta o trabalho profissional dos(as) assistentes sociais nesses tempos de pandemia. Os estudos e pesquisas sobre o trabalho do assistente social vêm se constituindo como um representativo campo de investigação em nossa área, sendo relevante

ampliarmos as investigações na direção das compreensões analíticas que fundamentam os estudos produzidos na última década.

Além disso, este texto incorpora os direcionamentos investigativos da linha⁴ de pesquisa a qual estamos vinculados, uma vez que propomos capturar, dentro das transformações societárias impostas pelo “capital pandêmico”, nos termos de Antunes (2020) em que conjugam-se crise estrutural do capital e crise sanitária da pandemia Covid-19, os rebatimentos no mundo do trabalho, particularizando o trabalho do(a) assistente social que atua na saúde pública.

A partir desta pesquisa realizada e aqui sistematizada, pretendemos contribuir em subsídios para analisar o trabalho dos(as) assistentes sociais no cenário pandêmico. Também, acreditamos que ela permitirá ampliar o debate acerca da ofensiva sobre o trabalho, a perda de direitos e as formas de resistência dos trabalhadores no atual contexto. Ainda, os resultados apreendidos desse estudo, embasaram e auxiliaram os(as) assistentes sociais, o conjunto CFESS/CRESS e as organizações sindicais na luta por melhores condições de trabalho.

Entretanto, no desenvolvimento do ato investigativo, realizamos algumas escolhas necessárias que poderiam nos dar suporte para concretização do desvelamento do nosso problema de pesquisa. Assim, optamos partir de uma pesquisa documental, tendo as lives realizadas através da plataforma Youtube no período de 2020-2021 como *corpus* de investigação. Sobre essa última questão, apontaremos mais desdobramentos, com melhor propriedade, na nossa subseção que segue abaixo.

1.1 Apontamentos Metodológicos

O presente trabalho tem como fundamentação teórico-metodológica o método crítico dialético que, sob a luz da Teoria Social Crítica, nos possibilita conhecer aproximadamente a essência dos fenômenos sociais, articulando a crítica radical com a transformação radical da sociabilidade (Tonet, 2013).

Segundo o autor, o conhecimento científico tem como propósito vital o processo de reproduzir a realidade como ela é em si mesma, numa tentativa de aproximar-se da forma mais fidedigna possível. Por isso, com esse apontamento, partiremos da trilha do conhecer o real, através da mediação com a intervenção

⁴ (Serviço Social, Trabalho e Questão Social).

nessa realidade e não como expressão de reflexão do que é imediato e aparente. Ao mesmo tempo em que “compreender o fenômeno é atingir a essência, sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (Kosik, 1986, p. 12).

Esse conhecimento teórico é viabilizado por um método que parte desse aparente para inferir na essência do objeto de investigação. Desse modo, num diálogo com o velho Karl Marx, Netto (2011) reafirma o caráter imprescindível do papel do sujeito na posição ativa de buscar o desvelamento do real. Assim, assegurando que,

precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (Netto, 2011, p. 25).

Desse modo, considerando a necessidade dessa apreensão dos fenômenos sociais através da essência, o ponto de partida foi a compreensão da forma de produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Pois, sem esse pontapé, torna-se impossível desnudar o verdadeiro conhecimento do movimento da totalidade. Por conseguinte, no delineamento do nosso objeto de investigativo, levamos em conta sua inter-relação entre as expressões particulares/singulares — dadas em âmbito local — e os aspectos gerais/universais — dados na totalidade.

Destarte, o percurso seguido na realização da nossa pesquisa é fruto do reconhecimento da importância que há dessa tradição materialista-dialética, como detentora de condições que permitam conhecer os fenômenos sociais em sua totalidade-essência. Mas, também, por entendermos que é a única capaz de desvendar as contradições do modo de produção capitalista, possibilitando-os alçar estratégias de resistência e enfrentamento a esse sistema. Dessa forma, fazendo do processo investigativo e da produção do conhecimento científico uma arena que construa direcionamentos sustentada de uma nova sociabilidade calcada na emancipação humana (Lara, 2013).

Assim, tendo como horizonte da nossa investigação trilhar sobre a presença das TIC's no trabalho profissional do Serviço Social no campo da saúde, sobretudo no período de pandemia, optamos por utilizar algumas categorias de análise e conceitos, tais como: crise sanitária, trabalho, TIC' s, Serviço Social na saúde e

contradição. Esse é o caminho do pensamento pelo qual buscamos nos aproximar e reconstruir nosso objeto de estudo, que deu-se ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Como forma de construir um melhor delineamento do nosso estudo, foram adotadas leituras de produções de autores que nos permitiram aprofundar o nosso conhecimento sobre as categorias de nossa pesquisa. Com o propósito de ordenar, sumarizar e analisar as informações contidas nas fontes, de maneira que estas possibilitaram um aprofundamento da discussão do problema da pesquisa, tendo sido elaborado, como critério, um roteiro para leitura dirigida que permitiu extrair os elementos fundamentais para a apreensão do objeto de estudo. Ou seja, esse nosso percurso também está ancorado na pesquisa bibliográfica, partindo de discussões já sistematizadas e elaboradas. Gil (2008) assevera que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (Gil, 2008, p. 50)

Sendo assim, optamos pela abordagem qualitativa-descritiva (Gil, 2017), pela qual, através da pesquisa documental, na plataforma do Youtube, faremos a coleta de dados desta pesquisa e essa será a técnica utilizada. Essa abordagem tem como objetivo aproximar-se ao máximo do objeto da pesquisa, com o intuito de desvelar as tendências do movimento do real. Essa construção em busca do dado foi trilhada através da busca delimitada pelo tempo e seleção dos descritores utilizados.

Assim sendo, e segundo Minayo (2012, p. 622), a

matéria prima é composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento que informa qualquer abordagem ou análise se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar (Minayo (2012, p. 622).

Todavia, a pesquisa documental corresponde, no estudo demasiado e minucioso, de um ou vários objetos a serem investigados, com o intuito de propiciar um detalhamento da realidade concreta. Além disso,

No plano metodológico, a análise documental apresenta também algumas vantagens [...] trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência [...] do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida (Cellard, 2010, p. 295).

Gil (2008) tem apontado que, na pesquisa documental, há um importante fator a ser considerado, que é o caráter inédito das análises realizadas acerca do material selecionado para a investigação, por não terem recebido nenhuma tratativa analítica. Evidentemente que há as exceções desse ineditismo e que o material poderá receber novas reelaborações, considerando os objetivos da pesquisa e do método pelo qual vislumbram-se.

Nesse sentido, ao destacar o material que optamos em mergulhar nas nossas investigações, tendo sido vídeos ou as chamadas lives, postas na plataforma do YouTube, e levando em conta o caráter inédito do debate, por tratarem das expressões da pandemia e do uso das TIC's, nos impõem um desafio maior que é desenvolver análises muitas vezes sem ter aportes bibliográficos densos sobre o tema.

Assim, propomos como estratégia de coleta, a busca na plataforma do Youtube, de *lives* realizadas do período de março de 2020 a março de 2021, momento inicial e crítico da pandemia do novo coronavírus, que abordaram sobre a discussão acerca do trabalho do(a) Assistente Social nos serviços de saúde pública do Brasil.

Ainda assim, a plataforma do Youtube, que já vem sendo bem utilizada desde o início dos anos 2000, por diversos motivos, com a divulgação e publicização de vídeos, na cena contemporânea marcada pelo isolamento social e a impossibilidade de realização de eventos presenciais para debater sobre os desafios do tempo presente, como eram realizados com maior frequência, se firmou como um espaço de diálogo e socialização de experiências de forma remota e interativa com um recorde no acesso das chamadas *lives*.

As *lives*, ou seja, os vídeos disponibilizados na plataforma, angariaram a possibilidade de espaços formativos, pelo caráter das exposições de reflexão e discussão acerca do momento difícil vivenciado em todo o mundo no sentido mais macro, mas, sobretudo dos desafios e das formatações de realização nos quais se dava o processo de trabalho dos(as) assistentes sociais nos serviços de linha de frente, como é o caso da saúde.

Além disso, esse terreno virtual do YouTube e das lives realizadas, postadas e fixadas na plataforma, possibilita uma arena investigativa com diversas formas de serem analisadas e vistas e, por isso, reverberam compressões e achados de

pesquisas importantes para a produção do conhecimento. Pois, como sabemos, no passado a única fonte de informação era vislumbrado o material apenas impresso, e com o desenvolvimento das tecnologias tem cada vez mais oportunizado uma gama de formas de realização de pesquisas.

Todavia, uma plataforma como a do YouTube, que tem uma abertura gigantesca para veiculação de conteúdos midiáticos e que, por isso, teremos muitas vezes materiais complicados que minam as boas possibilidades de desenvolver boas pesquisas. Mas, como afirmam Tomaél, Alcará e Silva (2008), a boa procedência de uma informação está vinculada à forma como ela será utilizada, ou seja, o olhar que o pesquisador irá empreender sob o objeto.

Salienta-se ainda que, como pesquisamos sobre o caráter contraditório das TIC's que se evidenciaram no período de pandemia no trabalho de assistentes sociais que atuam na saúde e fizemos isso por meio de uma pesquisa documental numa plataforma que é expressão de uma TIC, não poderíamos apenas descrever como a pesquisa se realizou sem apontar algumas informações sobre o YouTube, já que ainda é pouco utilizado na área como fonte de dados para pesquisa.

Assim sendo, gostaríamos de pontuar que o YouTube vem se constituindo como um dos maiores Websites de compartilhamento de vídeos na internet, com um caráter popularizado e espreado na sociedade. Os seus conteúdos têm atingido cada vez mais grandes patamares na disseminação de visão de mundo sobre os indivíduos, que ao compartilharem, comentarem, visualizarem e divulgarem os vídeos, contribuem muitas vezes para a cimentação de compressões do real, o que pode também se torna uma faca de dois gumes, tanto pelo fato de fortalecer a hegemonia do capital, inclusive com fake-news, ou tanto pela construção de uma contra-hegemonia.

Em pouco tempo, o Youtube tornou-se uma vitrine da ideologia da 'cultura participativa' que permeia os discursos na internet: qualquer um tem chance de se tornar famoso com apenas um câmera, algum talento e um pouco de sorte (Raulino, 2022, p. 190).

Por isso que, sem messianismo, romantismo ou endeusamento nenhum acerca dessa plataforma, temos a compreensão de que ela tenha a intencionalidade hegemônica na sociedade de ser um negócio capitalista, que busca incessantemente

a busca por acumular riqueza. Sobre essa afirmação, a Raulino⁵ (2022, p. 192-192) tem defendido que

os investidores injetam capital para criar um ambiente informacional produtivo mobilizando trabalho pago (profissionais contratados) e gratuito (audiência produzindo e/ou consumindo conteúdo). Do monopólio desse sistema, o youtube extrai rendas informacionais. Parte dessa renda advém dos diferentes segmentos de capital que pagam a publicidade para acelerar a realização do mais valor na venda de produtos e serviços, outra parte advém do próprio trabalho dos criadores de conteúdo que conseguem monetizar o acesso a suas produções e devem repassar parte de suas receitas para a plataforma Raulino (2022, p. 192-192).

No entanto, como afirmamos acima, partimos da compreensão do que significa o YouTube na conformação da disputa de classes sociais é que ao realizarmos a pesquisa levamos em consideração todos esses determinantes e também as possibilidades. Já que em relação ao nosso objeto de pesquisa e levando em conta o tempo curto para realização da investigação encontramos como “Solução metodológica” o uso dessa TIC como fonte de dados para nossa pesquisa.

Portanto, a partir da Tabela 1, detalharemos as características da realização do nosso ato metodológico na tratativa e busca dos dados utilizados nas nossas análises.

Tabela 1. Característica geral do caminho metodológico

DADOS GERAIS DA AMOSTRAGEM	
DESCRITOR	O Trabalho do Assistente Social na Saúde durante a Pandemia.
PERIODICIDADE DA POSTAGEM DO VÍDEO	Março/2020 à Março/2021.
VÍDEOS TRIADOS	85
TOTAL DE HORAS ASSISTIDAS	203 h 12 min.
PERÍODO DA TRIAGEM	outubro/2022.
VÍDEOS SELECIONADOS	29
PERÍODO DE SELEÇÃO	Novembro/2022 à Agosto/2023.

Fonte: elaboração própria.

⁵ Sobre o desenvolvimento dessa afirmação em torno da serventia dessas TICs para o capital, ver a obra “O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet”, organizado por DANTAS, Marcos [et al.] e publicado pela Boitempo em 2022.

Então, a triagem dos vídeos disponibilizados no Youtube e com livre acesso foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, utilizamos o descritor “O Trabalho do Assistente Social na Saúde durante a Pandemia” e, ao realizarmos essa busca, foram identificados oitenta e cinco (85) vídeos. Já no segundo momento, realizamos um filtro mais detalhado dos vídeos selecionados pelo descritor ao assistir a todos os vídeos, totalizando mais de 203 horas assistidas, assim, ao concluirmos essa etapa, chegamos ao número vinte e nove (29). Ou seja, foi essa quantidade de vídeos que traziam discussões em torno das TIC’ s.

Assim, seguimos alguns critérios, para considerar o vídeo um dado relevante para ser analisado na nossa pesquisa, sendo: a credibilidade do perfil do canal propositor do vídeo; o marco temporal da pesquisa; a quantidade de acessos; e ser de profissional que atua/atuou no período da pandemia na saúde ou professores(as) pesquisadores que vem realizando pesquisas sobre o trabalho profissional na saúde. Para conhecimento sobre quais os vídeos foram selecionados, incluímos como APÊNDICE A uma demonstração mais geral do perfil dos vídeos.

2. CAPITAL PANDÊMICO E AS INFLEXÕES NA POLÍTICA DE SAÚDE

*“A crise é dos ricos e ‘os pobre’ é
que se fode
NO PODER SÓ TEM PLAYBOY!
Agora virou moda crise
internacional, demitindo todo
mundo pra playboy não passar mal
E o trabalhador que se ferra todo
dia, Chega no fim do mês, a panela
tá vazia.
O jovem na cidade estudando e
coisa e tal,
Trabalhando noite e dia, escravo do
capital. ”*

(Cancioneiro - Levante Popular da Juventude)

O trecho da música “O funk da crise”, que está acima, tem o intuito de inaugurar e validar a nossa compreensão sobre: Quem produz a crise? Quem é protegido quando se pensa nas estratégias para sair da crise? Quem são os(as) desfavorecidos(as) com os rebatimentos da crise? Assim, a simplicidade, presente na forma de se comunicar da composição do gênero musical, não invalida a intensidade e a essencialidade que a letra reverbera ao trazer elementos importantíssimos para problematizarmos a crise, fenômeno tão latente na sociedade capitalista.

De prontidão, reafirmamos que a perspectiva, na qual ancoramos a nossa compreensão, vincula-se à ou ao ... ao enxergar que a dimensão sócio-histórico-política do caráter da crise vai muito além do pensar os efeitos conjunturais do tempo presente, mas se determina a partir do olhar no “retrovisor” para ver os elementos constituintes do passado e que rebatem, diretamente, na forma como será pensada a saída dessa crise, ou seja, ver o futuro. É sobre essa dimensão que pode-se desnudar as características que constituem a totalidade das formas de ser dos ciclos da crise na sociabilidade do capital.

É nessa trilha de direcionamento, da qual trataremos no decorrer das nossas reflexões e análises, em torno do objeto proposto, que seguiremos. Principalmente,

por compreendermos que há total conexão entre a forma de ser da crise do capitalismo — e dos seus efeitos sobre as políticas sociais, o trabalho e na vida das classes subalternas — com a organicidade inerente da sociedade, apesar da sua periodicidade e dos motivos geradores do fenômeno.

São esses os elementos norteadores e imprescindíveis para iluminar e pensar o nosso objeto de estudo, através dos quais caminharemos no que diz respeito às discussões e às análises presentes no nosso trabalho. Assim sendo, dividimos essa dissertação, de maneira geral, em dois momentos. No primeiro momento, entendemos como a tentativa de responder à indagação sobre se há distinção ou imbricação entre a crise sanitária da Covid-19 e a crise vivenciada pelo capital. E, na segunda parte de discussões da nossa seção, apresentamos e refletimos sobre os efeitos da crise na política de saúde e os seus elementos complicadores (contrarreforma, fake news, pandemia e condução do governo brasileiro).

2.1 A crise sanitária, desdobrada pela pandemia do novo coronavírus, é um fenômeno isolado ou coaduna-se com a crise do capitalismo?

A nossa subseção trás esse questionamento como fruto da inquietação que esteve presente entre o início e o desenrolar do contexto mais latente da pandemia, onde vários meios de comunicação jornalísticos e até mesmo intelectuais da burguesia reafirmaram que o momento vivenciado pela humanidade se tratava de uma crise factual e acidental e que ela poderia criar rebatimentos geradores de uma crise econômica. Por termos a compreensão de que o contrário seria o determinante, ou seja, a crise sanitária é fruto das formas de ser do capitalismo, o qual vivencia a sua mais profunda crise. E é nesse raciocínio que seguiremos na nossa compreensão sobre esse fenômeno.

A sociabilidade capitalista, em seu trajeto histórico, é demarcada por demasiadas crises econômicas, evidenciando-se o aspecto contraditório do modo de produzir e reproduzir do capitalismo. Mas, é importante apontarmos, além de suas contradições, que suas crises são constitutivas do funcionamento do modo de produção capitalista, pois garantem um solo fértil para o processo de acumulação do capital, “[...]as crises são *funcionais* ao MPC: constituem os mecanismos mediante os quais o MPC *restaura*, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as

condições necessárias à sua continuidade” (NETTO, BRAZ, 2012, p.175, grifos dos autores).

Sobre essa imbricação inerente entre o funcionamento do capitalismo e a ocorrência de suas crises como expressão contraditória, Mészáros (2011, p. 132) categoricamente defende que,

Capital e contradições são inseparáveis. Temos de ir além das manifestações superficiais dessas contradições e de suas raízes. Você consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão com uma vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente, porque o carpete, agora, está se tornando uma montanha. (Mészáros, 2011, p. 132)

Nas últimas décadas, mais precisamente após a bancarrota do modelo keynesiano-fordista (o qual manteve, em alguns países de capitalismo central, durante mais de 30 anos, o Estado de Bem-Estar Social), em meados dos anos de 1970, o capitalismo contemporâneo tem vivenciado a sua mais profunda crise, exacerbando sua coerência destruidora e afetando todas as dimensões de ser e viver das classes subalternas e do seu habitat (MÉSZÁROS, 2011).

Diante dessa constatação, Mészáros (2011) parte do pressuposto de que estaríamos diante de uma crise estrutural do modo de produção capitalista, por ter espraio generalizado dos impactos e por danificar a nossa relação com a natureza, inclusive, colocando em risco a sobrevivência da humanidade. Essa sua defesa se coloca explícita quando em uma entrevista concedida à revista Debate Socialista, em maio de 2009, ao ser questionado sobre a possibilidade de haver mudança no cenário atual, no que diz respeito ao aprofundamento da chamada crise sistêmica estrutural do capital, de forma cirúrgica, ele reafirma:

Eu comparava a natureza *de época* da *crise estrutural* do sistema de capital em curso com o caráter *cíclico e conjuntural* das crises econômicas do passado. A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do *desenvolvimento capitalista conjuntural* e continuará, enquanto o capitalismo sobreviver. Mas, na nossa época histórica, há um tipo muito fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e afeta todas as *formas concebíveis do sistema do capital* enquanto tal, não somente o capitalismo. A crise estrutural se faz valer *ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica*. (MÉSZÁROS, 2011, pág. 136. grifos do autor)

Elucida-se, portanto, que as crises conjunturais ou cíclicas, pelas quais a humanidade tem passado, após os anos gloriosos do pós-segunda guerra, de desenvolvimento produtivo e reprodutivo do capitalismo, na verdade, são constituintes, como elos inseparáveis, de uma expressão imbricada de crise do capital. Assim, afastando-se de qualquer defesa de acidentalidade das crises ou de uma factualidade localizada sem interligação com a organicidade do capitalismo.

Assim, Mandel (1990) defende haver expressões dessa crise estrutural que se renova a partir de várias recessões espalhadas pelo globo desde os anos de 1970, em razão de cimentar o resgate dos padrões de acumulação do capital, contando com elementos devastadores como: a miséria sem limites nos países do norte global; o crescimento das massivas filas caracterizadas pelo desemprego estrutural; e, por último, mas não menos importante, com a disseminação e fortalecimento do ideário perseguidor das liberdades democráticas. Nesse sentido, o modo de produção e reprodução do capital empreende uma ecdise ideária, econômica e política com o propósito de buscar as saídas da crise, ou seja, da retomada dos altos padrões de acumulação, leia-se exploração e apropriação da riqueza, socialmente produzida pelas classes subalternas.

Mota (1995), por sua vez, apresenta-nos que, em tempos de profundas crises, a reestruturação produtiva é imprescindível para garantir o “equilíbrio instável”. E acrescenta que, como condição crucial, para “[...] a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais” (MOTA, 1995, p. 65).

Contudo, essa instabilidade, que caracteriza o novo regime de acumulação do capital entra em vigor através da acumulação flexível. Sendo concretizado pelo reordenamento hierárquico no mercado mundial de mercadorias; pelas implicações sobre o mundo do trabalho; e pela implementação de medidas neoliberais.

Sobre esse assunto, Harvey (1992, p. 140) defende que essa dita acumulação flexível estaria definida

por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no

emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 1992, p. 140).

Antes de continuarmos a nossa discussão vinculada diretamente à crise do modo de produção capitalista, é importante que apresentemos, mesmo que de forma breve, as transformações ocorridas advindas da reestruturação produtiva, sejam elas com efeitos pelo ideário neoliberal ou ainda sob o mundo do trabalho. O realce para a necessidade de abordarmos em nosso trabalho os rebatimentos desses elementos é, inclusive, porque esses são definidores na intensificação das expressões de novas crises e das suas implicações sobre as classes subalternas.

Ou seja, a reestruturação produtiva está ancorada e caracterizada pela acumulação flexível que se põem, na verdade, como necessidade do capitalismo de auto reconstruir-se, com o propósito de recompor seus elevados índices de apropriação da riqueza socialmente produzida. E, diante das novas condições postas e os questionamentos em desfavor do sistema taylorista/fordista, seria impreterível para a continuidade do crescimento das taxas de lucros “repensar suas estruturas organizacionais e as formas de circulação de seus produtos” (Pinto, 2010, p. 47), além de flexibilizar um conjunto de políticas estatais para dar abertura total ao chamado livre mercado.

Dessa forma, como expoente desse processo de pensar soluções que transformam as estruturas do mundo produtivo e reprodutivo do capital e com total sintonia e vinculação com o modelo flexível de acumulação, temos o toyotismo, como um neologismo a chamada Toyota, indústria de automóvel japonesa, a qual, entre o período de 1947-1970, empreendeu esforços com o intuito de moldar e ajustar a atividade produtiva para obter um significativo aumento e quantidades de diversas variedades na produção (PINTO, 2010)

Segundo Pinto (2010), o toyotismo ganha dimensão e espraiamento global com o intuito de massificar seus métodos de produção, ancorados na flexibilidade, porém, sem extinguir por inteiro o modelo taylorista/fordista, o qual passou a funcionar em algumas realidades de forma combinada as novas alterações propostas pelo toyotismo. Assim sendo, o modelo japonês empreendeu algumas significativas criações que fortaleceram o processo produtivo, como o *Kanban*, tratando-se de uma inovadora forma de garantir informações antecipadas/planejadas para que não parasse a produção e houvesse um verdadeiro fluxo da produção.

Uma das tantas outras contribuições foi o formato *just-in-time*, significando como uma forma de organizar a produção com a quantidade realmente necessária, contribuindo para não haver amontoamento nos estoques. Sobre esse ponto, o autor aponta que

no sistema toyotista, a autonomia, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas extras. (PINTO, 2010, pág. 70)

Essas alterações no processo produtivo, como apontamos acima, afetou defronte as classes subalternas, que passaram a sobreviver pela venda da sua força de trabalho. Também, presentes em diversos espaços produtivos, nos quais estão compelidas a entranhar-se do modelo de produção para permanecerem sendo explorados, já que o desemprego se firma estruturalmente na chamada acumulação flexível.

Antunes (2015) aprofunda os elementos dados por David Harvey sobre as alterações do âmbito produtivo promovido pela dita flexibilização e desregulamentação na acumulação, em especial no que diz respeito ao chamado mundo do trabalho. Desse modo, o sociólogo aponta que estaríamos vivenciando

uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizar-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2012, pág. 225)

Neste sentido, esse cenário nos indica que há uma nova roupagem do trabalho ou uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2015), donde repercute, drasticamente, nas condições de trabalho, que se expressam na terceirização, na subcontratação, na polivalência da força de trabalho, no trabalho temporário, na

informalidade, no aumento do desemprego e no profundo processo de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas.

Ou seja, temos a tangível expressão desses processos como constituinte de uma lógica de sociedade na qual não podemos nos iludir com a manobra do mundo burguês, cuja intenção é a de falsear uma certa valorização do trabalho — como a do funcionário do mês — pois a força de trabalho tem apenas um único valor para o patrão. Assim, apesar das promessas promovidas pela acumulação flexível (automação e polivalência do trabalho, a partir da massiva introdução das tecnologias), o trabalho humano jamais poderá deixar de existir como mola propulsora da apropriação e acumulação do capital.

Desse modo, com as metamorfoses no mundo do trabalho, temos uma diminuição da presença física do trabalhador no espaço da fábrica, pelo desemprego generalizado, mas pode-se aferir

uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços [...] Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 61-62, grifo do autor).

Além dos efeitos sobre o mundo do trabalho, a disseminação do ideário neoliberal serviu como ingrediente ineliminável do cenário da reestruturação produtiva, do qual ditou um programa destrutivo, do ponto de vista da classe subalterna, sendo necessária sua implementação em todos os países, principalmente no norte global.

A partir dessa cimentação é que teremos noção das medidas empreendidas em torno da privatização das empresas públicas, do enxugamento do Estado no que diz respeito ao investimento em políticas e direitos sociais, da desregulamentação das legislações sociais e da focalização dos serviços e programas desenvolvidos pelas políticas sociais. Um verdadeiro campo de “austeridade, as reduções fiscais e a erosão do compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo se tornaram lemas de todos os Estados do mundo capitalista avançado” (Harvey, 1992, 158-159).

Por sua vez, no Brasil, nos anos de 1990, influenciadas pelo Consenso de Washington, as transformações conduzidas pela reestruturação produtiva,

caracterizadas pela flexibilização da produção (com o avanço desenfreado das tecnologias) e firmadas pelo conjunto de medidas do ajuste fiscal contra reformista, provocaram um desmonte acelerado das políticas sociais e aprofundaram, em níveis elevados, as péssimas condições de vida da classe trabalhadora. Todavia, o Estado, imbuído do ideário neoliberal, “promove uma recondução estratégica dos mecanismos de exploração da força de trabalho e elege o trabalho e os ganhos sociais e políticos da classe trabalhadora como alvo a ser atingido.” (SERPA, 2009, p.111).

Esses mecanismos estratégicos são peças primordiais para a imputação de superlucros, dos quais resgataria-se a competitividade ao mesmo tempo em que rebaixaria-se os custos dos condicionantes da produção.

Como atesta Behring,

[...] a saída da crise [...] estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação dessas relações, inclusive no que refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais. (BEHRING, 2003, p. 214).

E ainda, nesse Estado imbuído pelo neoliberalismo

afirma-se que a privatização e a desregulamentação combinados com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos [...] como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos” (HARVEY, 2014, pág. 76)

O projeto contrarreformista ganha organicidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), proporcionado pela instituição do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o qual, de imediato, instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), com uma série de medidas, cujo alvo “acidental” foram as políticas sociais e o mundo do trabalho. (BEHRING, 2003).

Esse projeto caracterizou-se como um processo intenso de dilapidação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — conquistada a duras penas pela classe trabalhadora —, bem como da Constituição Federal de 1988 — considerada uma conquista histórica, pelo avanço das garantias legais de direitos sociais, trabalhistas

e previdenciários. Avultando-se, com isso, o aprofundamento e intensificação da flexibilização e precarização no regime de trabalho no país.

Nos anos 2000, com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nos quais estiveram à frente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vanna Rousseff, pelo período de 14 anos (2003-2015), houve uma continuidade das políticas de tendências neoliberalizantes.

Como assevera Alves (2017), o lulismo capturado pela burguesia brasileira, tornou-se submisso ao grupo neoliberal, sendo

[...] incapaz de confrontar o bloco neoliberal no poder, construindo um Estado brasileiro capaz de garantir a eficácia das ideias constitucionais de 1988, Lula apenas paralisou um processo histórico, sem revertê-lo no sentido de abolir a nova ordem da precariedade salarial. Nos governos neodesenvolvimentistas, o choque de capitalismo deu-se sob um mundo de trabalho precário por conta da nova ordem de regulação flexível instaurada na década neoliberal. (Alves, 2017)

Entretanto, é no período de governança do PT que a humanidade vai vivenciar um abalo ainda mais intenso dos efeitos da crise estrutural do capital, entre 2007 e 2008. O que determinou, sobremaneira, o final do segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e início do mandato da presidenta Dilma Rousseff, desencadeando-se numa crise política sem precedentes cuja culminância foi a concretização do Golpe de 2016.

O fato de desenvolvermos reflexões acerca da Crise de 2007-2008 decorre do interesse por evidenciar os efeitos desse fenômeno o qual abalou os Estados Unidos, centro hegemônico do capitalismo.

Esse cenário tem como fio condutor as próprias opções do Estado (enquanto comitê da burguesia) empreendidas pelas medidas neoliberais, que entre tantas alterações, como vimos, temos a financeirização dos capitais o que motivou em grandes escalas o fortalecimento do capital fictício e especulativo. Com esse poderio do capital, em sua face financeira, sob as relações econômicas, políticas e sociais, diversas repercussões ocorreram na forma de ser do capitalismo. Como afirmam Nakatani e Marques (2020, pág. 94)

Na medida em que o dinheiro passou a representar o valor, mesmo que a forma preço dele se afaste e se automatize, a busca por ganhar dinheiro sem passar pelas agruras da produção se impõe e, se a ela

não se colocam obstáculos, ela assume a forma de capital fictício hipertrofiado. Assim sendo, a crise atual é uma crise do capital, cuja manifestação primeira ocorreu na esfera financeira, o que não poderia ser diferente (Nakatani e Marques, 2020, pág. 94).

Tonelo (2020), em recente discussão, tem defendido que os efeitos do pós-crise estariam ancorados em uma nova reestruturação produtiva, pois as medidas de flexibilização, privatização e desregulamentação, que foram implementadas pelo Estado neoliberal, teriam chegado ao limite. Evidentemente que a defesa do autor não tem a intenção de subestimar ou negar as alterações realizadas pelo neoliberalismo, mas que diante da profunda crise seria necessário intensificar os seus métodos com novos modos econômicos.

Essas imposições requeridas, para o processo de saída da crise mundial, no qual a economia encontrava-se, estão intimamente ligadas a 3 (três) aspectos vinculados a defesa do autor, sendo:

a) o modo como os planos de austeridade (2009-2010) buscavam alterar as condições de produção e reprodução do capital após a crise; b) o fenômeno da imigração sendo incorporado em outra escala a partir da crise no metabolismo social do capital (especialmente pós-2015); c) a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), robotização e inteligência artificial, que vêm transformando as formas de contratação da força de trabalho, bem como de sua própria dinâmica, fenômeno que poderíamos sintetizar como uberização do trabalho e Indústria 4.0 (TONELO, 2020, pág. 142).

No que diz respeito ao primeiro elemento apontado pelo autor, o Brasil tem implementado uma política de austeridade draconiana, o que algumas instituições, como a Associação dos Funcionários do IPEA (IPEA, 2019) têm chamado de austericídio, justamente por essa política ter atingido de frente as classes subalternas, afetando as suas formas de ser e viver. Podemos citar duas medidas desse processo, que foi a (1) a aprovação da Lei Nº 13.429/2017⁶ — que regulamenta a terceirização para as atividades fins no âmbito público e privado; e o (2) sancionamento da Lei 13.467/2017⁷ (Reforma trabalhista) — que altera mais de 200 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

Sobre o segundo aspecto apontado pelo autor, o Brasil tem cerca de 1,3 milhão de imigrantes, pois, no período de dez anos (2011-2021), houve um aumento de 24,4% no número de novos imigrantes registrados. Tendo vindo eles dos principais países vizinhos como Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Esse significativo aumento põem na “mira” da burguesia nacional e internacional a contratação precária e, muitas vezes, até análoga à escravidão da população imigrante e refugiada. Em matéria veiculada no site do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirma-se que os imigrantes têm maiores dificuldades de encontrar trabalho formal e que muitas vezes são encontrados em fazendas e estabelecimentos fabris para trabalharem no modus análogo à escravidão (TST, 2022).

O último elemento correspondente à reação do pós-crise 2007-2008 diz respeito à enxurrada de discursos e medidas hipervalorizativas para a introdução das novas TICs, assim como, da Inteligência Artificial (IA) e da robotização. Evidentemente que um modelo de transformação econômica, pautada pelo desenvolvimento de tecnologias no intuito de aprofundar o formato da acumulação flexível, já estava indicado desde os anos de 1970, como vimos com o caso do toyotismo. Mas, nos últimos anos, temos vivenciado uma intensificação desse fenômeno, principalmente com a era da indústria 4.0, o que ficou claro com a ampliação exponencial do seu uso durante o período do contexto pandêmico.

Por conseguinte, os apontamentos, elaborados até aqui sobre a crise do capital, têm a tentativa de construir um percurso histórico desse fenômeno com o intuito de reverberar a relação latente que há nas transformações conjunturais, sociais, políticas e econômicas com o conteúdo da crise sanitária. Sendo assim, reafirmamos a compreensão que, de fato, há uma relação entre a pandemia do novo coronavírus com a crise do capitalismo, numa espécie de relação imbricada e simbiótica, com amplificações de efeitos e com suas devidas particularidades.

No decorrer da nossa construção de compreensão sobre o fenômeno da crise do capital, algumas vezes, nos deparamos com a estreita relação da pandemia com a crise do capital. Contudo, nesse momento, precisamos levantar a questão: De qual pandemia estamos falando? De agora em diante, estaremos nos debruçando e dissertando sobre as principais características da crise sanitária e de como ela coaduna-se com a crise já vivenciada pela sociabilidade do capital.

Em sendo assim, é importante ressaltar que a crise sanitária, que se abateu no mundo, é datada do dia 31 de dezembro de 2019, quando a República Popular da China notificou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre uma série de infecções respiratórias (pneumonia) que estavam ocorrendo na cidade de Wuhan. Posteriormente, foi identificado que as infecções eram causadas por um novo coronavírus, denominado pela OMS de SARS-CoV-2. Imediatamente, houve um acompanhamento dos efeitos preliminares da doença por parte das autoridades sanitárias do mundo inteiro.

Com o crescimento do número de casos e óbitos pelo vírus, posteriormente, em 11 de março de 2020, a crise foi declarada pela Organização Mundial de Saúde⁸ (OMS) como pandemia. Naquele momento, registrava-se no mundo a marca de mais de 118 mil contaminações com 4.291 mortes, além da presença do vírus em mais de 100 países. Para fins comparativos, do quão letal tem sido a pandemia em todo o globo, após quase dois anos do primeiro caso confirmado, registram-se⁹ — em meados de fevereiro de 2022, quando construímos essas reflexões — mais de 424 milhões de pessoas infectadas e mais de 5,89 milhões de vidas ceifadas.

No Brasil, por sua vez, antes mesmo de ter sido declarada pela OMS situação de alerta, em 26 de fevereiro de 2020, apareceu o primeiro caso, registrado na cidade de São Paulo - SP. Ademais, em 20 de março de 2020 é publicado¹⁰ o Decreto Legislativo de nº 6, tratando do estado de calamidade pública, ocasionada pela pandemia da Covid-19. Por conseguinte, o registro¹¹ do primeiro óbito se deu em menos de um mês do primeiro caso de contaminação, em 12 de março de 2020, também na cidade de São Paulo - SP, de uma mulher de 57 anos. Desse modo, até o momento em que produzimos esta pesquisa, totalizam-se¹² mais de 28,3 milhões de infectados e 645 mil mortes causadas pelo vírus, de brasileiros e brasileiras.

Logo em seguida, dadas as devidas condições de alastramento do vírus, requisitou-se, das autoridades sanitárias e governamentais em todo mundo, a busca por uma mitigação da doença, para evitar o máximo da quantidade de pessoas contaminadas e com suas vidas ceifadas.

⁸ Para mais informações averiguar no site. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>> Acesso em:

⁹ <https://covid19.who.int/>

¹⁰ A título de conhecimento. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm

¹¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/primeira-morte-por-covid-19-no-pais-ocorreu-em-12-de-marco-e-m-sp-diz-ministerio/>

¹² Segundo os dados do: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>

Dentre as ações planejadas e executadas pelas autoridades científicas da saúde, gostaríamos de dar o devido destaque às orientações das autoridades científicas e sanitárias, como o informativo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o qual apontava que as principais formas de contenção do vírus seriam: o uso de máscaras; a higienização das mãos; o arejamento dos ambientes; a dissipação de aglomerações; e o uso da vacina (sendo imprescindível as duas doses do esquema vacinal e a dose de reforço) — tendo havido no Brasil total atraso no início do processo de imunização.

Dado o panorama geral da pandemia, e tendo sido evidenciada como uma crise sanitária mundial, muitas pessoas se questionavam sobre de onde veio esse vírus? Se o vírus não teria surgido em laboratórios chineses ou até mesmo se não seria obra de alguma divindade enfurecida com a humanidade. O fato é que queriam divinizar esse cataclisma com o intuito de naturalizar esse fenômeno, como um fim em si mesmo.

Evidentemente que a COVID-19 não é a primeira doença a ter abrangência global tornando uma pandemia, ao longo da história, diversas doenças já foram disseminadas de forma mundial, ou continental ou em grandes regiões. Para citar as mais conhecidas, tivemos: A peste bubônica; varíola; cólera; gripe espanhola; HIV-aids; H1N1; etc.

Ao mesmo tempo, importantes estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento (sociólogos, antropólogos, biólogos, epidemiólogos, engenheiros, médicos, etc.) iniciaram uma grande batalha para destrinchar os efeitos causadores do novo coronavírus, com o intuito de entender, combater e se prevenir de novas possíveis ameaças de patógenos.

Entre essa busca frenética para analisar o problema dos vírus, temos a contribuição do epidemiologista americano Rob Wallace (2020) que tem nos revelado a profícua relação entre o modelo atual de sociedade com o surgimento das crescentes doenças, causadas pelos vírus.

Em decorrência das transformações realizadas no âmbito da produção e reprodução dos espaços impulsionados pelo capital, a exemplo do agronegócio que, cada vez mais, tem se servido de todas as alternativas possíveis e impossíveis em busca da melhor forma de atingir elevados níveis de lucro, não importando a quantidade de agrotóxicos colocados no solo, ou de florestas derrubadas, ou a exposição dos animais, comunidades e trabalhadores às substâncias venenosas, o

que o capitalismo do agro deseja é garantir o lucro, mesmo que para isso seja acima de vidas.

Sobre essa relação simbiótica entre as doenças e o *modus operandi* do capitalismo, assevera o autor Wallace (2020, p. 527)

A monocultura de capital intensivo - tanto a pecuária quanto a agricultura - impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária e destes, para os trabalhadores do setor. Uma vez que esses patógenos entram na cadeia alimentar, a produção pode contribuir com a seleção de variantes de patógenos de maior mortalidade, por recombinação genética e por mudanças antigênicas, ocorrida sob circunstâncias de supressão imunológica. Através do comércio global que agora caracteriza o setor, as cepas recém-desenvolvidas podem ser exportadas para o mundo todo. (Wallace, 2020, p.527)

Não obstante, as evidências trazidas pelo autor dizem respeito à relação que o modo de produção capitalista tem com a natureza/meio ambiente, sendo esse o lema do grande capital, não apenas de determinadas regiões ou países, mas é uma operação orquestrada globalmente. É claro que havendo suas particularidades, mas os impactos ambientais são inerentes ao conteúdo do capitalismo, principalmente em sua fase contemporânea.

A rigor, o consumo exacerbado, um dos traços do capitalismo contemporâneo, é um dos pilares mais importantes da sustentação da reprodução ampliada do capital. Produzir cada vez mais, e a taxas de lucros adequadas, só é viável se for garantida a constante ampliação do consumo (MARQUES et al., 2021, pág. 129)

Ainda sobre essa inerência da forma de ser do capital, com um cenário de devastação, os autores apontam

o comunismo, associado aos processos de produção dominantes (com a preferência por determinadas tecnologias e o uso de certos materiais e fontes de energia) e ao tipo de transporte preferencial adotado no mundo, é completamente predatório da natureza (MARQUES et al., 2021, pág. 130).

Ou seja, cada vez mais, teremos a recorrência da aparição de novas variações do vírus, pois o causador desse fenômeno não está nem um pouco preocupado com as consequências, uma vez que a máxima dessa “agricultura neoliberal” (Wallace, 2020), na busca por mais nichos de lucros, está totalmente disposta em continuar e expandir, principalmente porque tem conseguido disseminar

sua ideologia da produtividade e da tecnologia como relevante para a sociedade. Em síntese, essa cimentação ideológica fica clara com o lema da propaganda¹³ vinculada na rede globo, o Agro é Tech, é Agro Pop, Agro é Tudo.

Seguindo essa abordagem de entender que a pandemia não é um acidente de percurso nem um fenômeno natural ou até mesmo uma “maldição” dos chineses,

[...] é necessário ressaltar o caráter histórico e a determinação social da pandemia, tendo em vista a racionalidade e o caráter destrutivo da sociabilidade capitalista contemporânea [...] agudizando as desigualdades sociais existentes (SOARES, CORREIA & SANTOS, 2021, pág. 120).

Nessa esteira de naturalização, da pandemia e dos seus efeitos, também tem-se defendido que o vírus é totalmente democrático e está em pé de igualdade no que diz respeito aos casos positivos e de óbitos. Na contracorrente dessa narrativa, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em uma pesquisa empreendida pelo Observatório da COVID-19 para avaliar e monitorar o desenvolvimento do vírus nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro, publicou 2¹⁴ (dois) boletins socioepidemiológicos, os quais apontam que as maiores incidências de contaminações e mortes pela doença têm sido nos bairros periféricos, atingindo principalmente negros, mulheres e favelados.

Destarte, no que diz respeito ao perfil — os rostos — dos contaminados(as) e até de mortos acometidos pelo novo coronavírus, segundo Harvey (2020),

o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente camuflados na retórica de que ‘estamos todos juntos nisto’, as práticas, particularmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras. (HARVEY, 2020, p. 21).

13

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>

¹⁴Para ter acesso aos boletins: 1º boletim (<https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-socioepidemiologico-da-covid-19-nas-favelas-ed-1>) e o 2º boletim (<https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-socioepidemiologico-da-covid-19-nas-favelas-ed-2>).

Em vista disso, o processo de exacerbação do “Capital pandêmico” (ANTUNES, 2020) — simbiose intrincada do sistema sociometabólico do capital, da crise estrutural sistêmica do capital e da crise sanitária — evidencia o cenário favorável para o capital perscrutar sua acumulação. Pois, como assevera Mascaró (2020, p. 20),

o mesmo aparato de dispositivos está a postos para a crise atual, cujo choque, ao invés de frear o capitalismo, permitirá o seu avanço, ainda mais imunizado. Nunca houve nem há nenhum limite moral, ético ou humanista ao capital: a sociedade capitalista é apenas a sociedade da marcha da acumulação (MASCARÓ, 2020, p. 20)

Todavia, desde o início da pandemia, as orientações das autoridades científicas e sanitárias, que defendem o isolamento social e a vacina, como forma de combater a disseminação do vírus. Dessa forma, fez-se necessário pensar nas condições fundamentais para que a classe trabalhadora pudesse cumprir a quarentena e, ao mesmo tempo, garantir a destinação de recursos tanto para os serviços de saúde, como para as instituições laboratoriais produtoras(es) de vacinas.

Ou seja, diferentemente do lema que o ideário neoliberal vem disseminando há mais de 30 anos, que o Estado deveria ser mínimo e com tímida intervenção, a pandemia desnudou que, mais do que nunca, o Estado deve ser forte, com atuação presente no conjunto das necessidades sociais e humanas, com níveis altos de investimento nos serviços públicos e estatais, como “uma resposta estatal de controle da COVID-19” (MATOS, 2021, p. 27).

Mediante o que foi exposto até o momento, em que realizamos a tentativa de discutir sobre a crise do capitalismo e as inflexões nas formas de ser e viver das classes subalternas, endossamos a nossa compreensão acerca do reconhecimento de que o fenômeno da crise sanitária, causada pelo novo coronavírus, na verdade amplifica e explonicia as transformações que já estavam em curso. E somamos a nossa voz a do Antunes(2022, p.15), quanto este afirma:

No Brasil onde vivenciamos *desde sempre* formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Ao fim de 2019, ainda *antes* da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade. No mesmo período, uma massa - em constante expansão - de mais de cinco milhões de

trabalhadores e trabalhadoras experimentava as condições de *uberização* do trabalho em aplicativos e plataformas digitais, algo até recentemente saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho *on-line* recepcionando seus novos “empreendedores” (ANTUNES, 2022, p. 15-16, grifos do autor).

Em vista disso é que elegemos o termo “Capital Pandêmico”, o qual consta no título da nossa seção, porque coadunamos com a compreensão de que foi traduzida pelo cunho do termo, tal sendo, segundo Antunes (2022, pág. 22), a simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus”.

Sobretudo, temos a compreensão de que para pensar o contexto pandêmico e as inflexões na profissão de Serviço Social, principalmente no que corresponde sua atuação na área da saúde, é imprescindível ter como horizonte o fato de que o chão histórico, no qual se assenta o trabalho profissional, é determinado por esse chamado Capital Pandêmico. Logo, em especial, o nosso trabalho busca compreender como as TIC 's foram utilizadas estrategicamente para mediação do trabalho em tempos tão adversos. Ou seja, ferramentas tecnológicas foram criadas para alavancar o desenvolvimento do capitalismo em prol de acumulação, como vimos acima, demonstrando que seria ineliminável realizar essa investigação sem partir do contexto da crise estrutural do capitalismo.

Diante disso, adentrarmos, a seguir, na discussão sobre a Política de saúde no Brasil e as inflexões que vem ocorrendo pós-crise do capital, desde os efeitos da contrarreforma neoliberal permanente até os aspectos centrais do governo Bolsonaro, no que diz respeito a essa política. Já que, o interesse da nossa discussão é pensar o trabalho do assistente social que atua nesse espaço sócio ocupacional.

2.2 A política de saúde no meio do “furacão”: entre a contrarreforma, o neofascismo no Brasil, as fake news, e a pandemia.

A nossa escolha, cuja prioridade é discutir a política de saúde, justifica-se, por ser o campo de atuação do Serviço Social, no qual esteve sob o nosso par de óculos de investigação. Ainda mais, essa política tem vivenciado diversos desmandos frente às medidas impostas pelo Estado Neoliberal e, principalmente, mais

recentemente, pela pandemia, o que nos revela que há rebatimentos na atuação dos(as) trabalhadores(as), os quais realizam seu trabalho nas unidades e serviços acobertados por essa política.

Em primeiro lugar, mesmo que de forma breve, ao denominarmos que a política de saúde tem vivenciado dismantelamentos advindos da sua contrarreforma, é importante que apresentemos alguns elementos que inauguram esses rebatimentos.

Reconhecemos que a inauguração das medidas neoliberais e contrarreformistas das políticas sociais — sobretudo a de saúde —, se deu na década de 1990, nos governos de Collor de Mello, inicialmente, e Fernando Henrique Cardoso — com maior sistematização. Desse modo, é no governo de FHC que são criadas as Organizações Sociais (OS), através da Lei nº 9.637/1998, para gerência de políticas sociais, englobando a de saúde. Essa medida fez parte do Programa Nacional de Publicização, compondo as Parcerias Público-Privadas (PPP), o que dá abertura a uma série de ataques à política de saúde após a Constituição Federal de 1988.

Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, e do seu bloco de coalizão, nas eleições de 2002, diversos setores progressistas e de esquerda do país apostaram em um governo direcionado para a classe trabalhadora. Mas, o Governo Lula adensou as medidas contrarreformistas neoliberais que vinham sendo implementadas nos governos ditos de direita/centro-direita.

Na saúde, esperava-se que houvesse uma política que fortalecesse ou retomasse os princípios norteadores do Projeto da Reforma Sanitária, mas, pelo contrário, ocorreu a continuidade do Projeto Privatista de Saúde, agora, sob novas formas, porém preservando-se o seu conteúdo neoliberal privatizante (BRAVO, PELAEZ e PINHEIRO, 2018).

Assim sendo, os feitos e tensionamentos dos governos do PT sobre a política de saúde espriam-se por meio dos planos de desenvolvimento, pactos e pela institucionalização do projeto abrangente da privatização das políticas sociais através da proposição das Fundações Estatais de Direito Privado¹⁵. Com isso,

¹⁵ PLP 92/2007.

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/360082#:~:text=PLP%2092%2F2007%20Opine%20Texto%20original%20Siga%20esta%20proposta,de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20institu%C3%ADdas%20pelo%20poder%20p%C3%BAblico>.

amplia-se a intencionalidade da política econômica cada vez mais mercadológica e conservadora.

Contudo, e apesar dos embates dentro da gestão do Ministério da Saúde, por parte dos históricos integrantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), numa tentativa de aproximarem-se do Projeto da Reforma Sanitária, percebeu-se a impossibilidade de concretização do referido projeto, impossibilitado pelo modelo político-econômico do governo. Conformando-as em planejamentos e execuções de um flexível projeto de saúde para o país, dentro do que era possível, dadas as configurações de um governo com atitudes neoliberais (Soares, 2020).

Soares (2012) afirma que é nesse cenário de possibilismo no governo Lula da Silva que o movimento sanitário — que já vinha num processo de fragmentação nos governos de FHC — sucede um verdadeiro transformismo de grande parte de suas lideranças. Assim, levantam-se bandeiras da inovação na gestão da política de saúde, com a justificativa de modernizar a reforma sanitária, configurando-se no Projeto do SUS *possível*, pois “diante dos limites da política econômica” seria necessário uma “flexibilização da reforma sanitária”, defendendo-se um “processo de reatualização, modernização ou mesmo como continuidade desta” (Soares, 2012, pág. 93).

No ano de 2007, o governo Lula implementou suas medidas contrarreformistas na política de saúde. Dentre elas, destacamos: 1) A apresentação no Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar n° 92¹⁶, que rege sobre as Fundações Estatais de Direito Privado; e o 2) O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde como expressão do “Mais Saúde: Direito de Todos”, o qual foi lançado pelo Ministério da Saúde. Ambas expressões contrarreformistas compreendem a saúde pública como terreno interligado ao novo estágio de desenvolvimento do país, submetendo-o aos interesses de expansão do capital, revelando-se a racionalidade da contrarreforma. (SOARES, 2012)

Dessa forma, a política de saúde é corporificada por dois elementos que se interligam, seja o modelo neodesenvolvimentista de saúde — que estimula e financia a indústria nacional e/ou a expansão dos planos privados de saúde —, seja pelo estreitamento da relação público privada e a implementação dos “novos” modelos de gestão — que possibilitou a ampliação do setor privado através das Parcerias-Público-Privada (PPPs).

¹⁶ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=360082>

Ainda sob o governo de coalizão de classes do PT, agora sob a gestão da então presidente Dilma Rousseff, deu-se continuidade às medidas contrarreformistas na saúde, principalmente com o sancionamento da Lei 12.550¹⁷, em 15 de dezembro de 2011, que versa sobre a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), representando a entrada do modelo privatizante nas universidades públicas, por meio da gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH não representou apenas mais uma expressão do processo de mercantilização da saúde, pelo novo modelo de gestão que seria instalado, mas afetou diretamente também a educação, principalmente porque foi através desse modelo que se fortaleceu a entrega do patrimônio da universidade¹⁸ para os modelos de gestão com caráter privado.

Todavia, tanto as fundações, como a EBSERH e a ampliação das Organizações Sociais — que foram criadas no governo de FHC — atingem de frente os(as) trabalhadores(as) da saúde, pois, com a adesão e fortalecimento da lógica privada no gerenciamento dos serviços públicos, ocorre uma profunda institucionalização da racionalidade empresarial (Soares, 2020), que se expressa na contratualização do trabalho tensionado por metas, produtividade e inovação.

Esses “Novos modelos de gestão”, sobretudo do trabalho, intensificam o processo de precarização dos trabalhadores, os quais passam a ser submetidos a uma lógica de cumprimento de metas, a qual preconiza que, caso as metas de produtividade não sejam alcançadas, pode ocorrer o desligamento do profissional do serviço/empresa. Há uma mudança considerável na forma de contratação, do que antes era pelo Regime Jurídico Único (estatutário), agora sendo pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ocasionando diversas implicações, como: a perda da estabilidade, a abertura para a existência de contratos temporários, baixa remuneração, entre outras (Serpa, 2010).

Nesse íterim, o ano de 2016, demarcado pelo golpe e ascensão da “onda conservadora” (Demier e Melo, 2018), resultou no processo de impeachment da presidente Dilma. Tendo sido orquestrado pelos setores da burguesia mais reacionários e conservadores do país — sendo formada pela aristocracia escravista,

¹⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12550.htm

¹⁸ Esse modelo representou um adensamento do setor privado na gestão de órgãos e serviços, antes gerenciados pelas Universidades Públicas. Evidentemente que o setor privado já estava em circulação nesses espaços, como as empresas terceirizadas e fornecedoras de serviços. Entretanto, na gestão direta dos serviços, é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que adentra pela porta da frente.

religiosa e latifundiária —, que aliada ao capitalismo financeiro internacional, empreenderam um cenário antidemocrático, o golpe contou com o apoio da grande mídia, do poder judiciário e da execução do Congresso Nacional, colocando na cadeira da presidência o ilegítimo Michel Temer do MDB, o qual havia se eleito duas vezes ao lado de Dilma, como vice-presidente.

É neste solo que a extrema direita ganha musculatura. Com a intencionalidade de espriar seu ideário ultraneoliberal e ultraconservador, escolhem os “Petralhas” — Políticos, filiados e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) — como principal alvo a combater. Reafirmando nosso diálogo, as autoras, Mustafa, Anselmo e Silva (2018, p. 422) defendem que,

o alvo por excelência da crítica da direita neoliberal é o Partido dos Trabalhadores, recorrendo a argumentos técnicos a partir dos quais constrói acusações, de ordem moral, política e ideológica, distorcendo o fato de que a crise econômica é mundial e não consequência das políticas e programas sociais, voltados para o atendimento de necessidades elementares dos segmentos pauperizados (Mustafa; Anselmo e Silva, 2018, pág. 422).

Antes mesmo da consumação do golpe, a Fundação Ulysses Guimarães, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do então vice-presidente, lançou um documento intitulado “UMA PONTE PARA O FUTURO (2015)”, no qual foram expostas propostas cimentadas numa política ultraneoliberal de austeridade, com direcionamento para a implementação de diversas reformas nas políticas sociais e na área trabalhista, o que evidenciou o prenúncio do golpe.

Conforme apontamos, o golpe de 2016 vincula-se às imperantes necessidades do capital financeiro-internacional de intensificar a forma e conteúdo do neoliberalismo, criando um espaço favorável para a sua concretização, tendo em vista que, não havia mais conveniências de coalizão nos governos do PT.

Além disso, o momento exitoso de difusão do conservadorismo exterioriza um verdadeiro nó, costurado pelas vertentes mais conservadoras e reacionários do país, que ao ver a precisão de opor-se a eclosão da participação e ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas — leia-se população LGBTQIA +, mulheres, população negra, povos tradicionais e etc. — fora acionado o sinal de precaução

dos defensores da família tradicional brasileira e dos fundamentalistas religiosos. Consideramos que estes foram um dos sentidos do golpe.

Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 62),
 .concebem que esse movimento de acentuação das ações e discursos, conservadores e lúgubres, sejam consequências das necessidades de se realizar uma mudança no país que

[...] deveria ser feita pela formação de uma nova ordem baseada na moral cristã, no neoliberalismo e no emprego severo das leis e das armas, os evangélicos revigoraram o fundamentalismo cristão e apoiaram a ofensiva do capital contra a classe trabalhadora [...] Desse modo, os neoconservadores revigoraram o que é mais tradicional na política Brasileira: a sua raiz no latifúndio, a sua força nos aparelhos repressivos e a sua moral cristã. (Sierra, Veloso e Zacarias, 2020, pág. 62)

Então, o receituário ultraneoliberal, sob o governo golpista-ilegítimo, ganha forma e conteúdo com a implementação de medidas. Dentre elas, podemos evidenciar: (1) a instituição da Emenda Constitucional Nº 95/2016¹⁹ — que congelou por 20 anos os “gastos” com políticas sociais (educação, assistência social, saúde etc); (2) a nova PNAB/2017²⁰ — a qual descaracteriza a atenção básica com defesa central de uma “cobertura universal²¹” de serviços de saúde; (3) a publicação da Portaria 3.588/2017²² — atacando a política de saúde mental; e (4) a proposição de criação dos planos populares acessíveis de saúde.

Assim, o SUS vem sofrendo nocivos ataques, como assegura Soares (2017) “a precarização e privatização da gestão pública estão cada vez mais associadas ao aumento da participação das entidades privadas na gestão e execução de serviços da rede SUS e fora dela” (Soares, 2017, p. 129). Desse modo, são impostas limitações para os trabalhadores(as) da saúde, que se vêem pressionados pela racionalidade da precariedade dos serviços terceirizados.

Como afirmamos acima, as consequências das medidas e discursos da concepção ultraneoliberal e ultraconservadora têm sido fortalecidas pela presença mais firme da extrema-direita em todo o mundo. Assim, o resultado das eleições de

¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

²⁰ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

²¹ A diferença entre universalização e universal está nos limites e condicionalidades para acessar o sistema de saúde, que o primeiro representa e o segundo pensa a partir do todo, ou seja, sem seleção.

²² https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

2018 coloca na cadeira da presidência o que há de mais obscuro, de fundamentação neofascista, conservadora e de extrema direita, representado pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro.

O bolsonarismo expressa no Brasil um projeto de extrema-direita com traços de fascismo que encontra parceiros e eco no mundo (articulações com Steve Bannon e outros) [...] deixando marcas destrutivas, indeléveis e cada vez mais profundas na medida em que o tempo segue seu curso e são implementadas suas medidas reais - formais e informais (Behring, 2019, pág. 224).

Sobre o cenário internacional favorável encontrado por Bolsonaro para a sua candidatura, Antunes (2022) indica outras figuras importantes do norte e sul global, nos quais marcharam para a extrema direita, como: Brexit no Reino Unido; Viktor Orbán na Hungria; Rodrigo Duterte nas Filipinas; Macri na Argentina; Sebastián Piñera no Chile; e Iván Duque na Colômbia. A trágica vitória do Jair Messias Bolsonaro nas eleições representou um grande perigo às vidas subalternizadas, pois, ainda durante o processo eleitoral, nos seus discursos, estavam presentes a governança do Estado pela via do: neofascismo, neoconservadorismo e do ultraneoliberalismo. Como defendem Borges e Matos (2020, p. 73),

a eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo (Borges e Matos, 2020, pág. 76-77).

E acrescentam,

o discurso do presidente Bolsonaro, como pretexto de combate à esquerda e em defesa de um projeto de ultradireita, expressa o ódio à diversidade humana, a ênfase da misoginia, a defesa do armamento para o enfrentamento das expressões da questão social, dentre outras. Essas manifestações presidenciais, trazidas aqui como exemplos, uma vez que não esgotam os conteúdos de seus discursos, fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim (Borges e Matos, 2020, p. 76-77).

Ou seja, o Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, com mais de 30 anos de vida pública-política, sempre teve posicionamentos polêmicos, extremamente

preconceituosos e conservadores. A exemplo, ainda, no prenúncio do golpe de 2016, quando naturalizou a barbárie, ao exaltar, na exposição do seu voto a favor do golpe, o torturador e assassino, vinculado à ditadura militar, o Coronel Brilhante Ustra.

Desse modo, portanto, nos sentimos muito confortáveis para afirmar que, tanto no período eleitoral e quanto em seu governo, melhor dizendo (des)governo, não enganou a ninguém, pois suas ações e seus posicionamentos sempre foram favor de pautas do tipo: anti-democráticas, reacionárias, anti-comunistas, anti-esquerdista, machistas, xenófobas, racistas, homofóbicas, contra direitos (trabalhistas, sociais, civis, previdenciários e etc), entre outros. O que reforça sua estreita identificação com o neoliberalismo, neoconservadorismo e o neofascismo.

O seu (des)governo — para a classe trabalhadora —, em seu primeiro mês, deu o primeiro “tiro” no alvo SUS, como já esperado, com a nomeação de Luiz Henrique Mandetta (médico e deputado federal pelo DEM-MS) para o Ministério da Saúde, um verdadeiro preposto do setor privado de saúde, vinculado à Unimed e às instituições filantrópicas da saúde.

Assim, com o sancionamento da Lei N° 13.874, no dia 20 de setembro de 2019, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, tivemos um recrudescimento das teses neoliberais mais predatórias possíveis, cujo resultado propiciou uma “maior desregulamentação social da relação entre capital e trabalho” (Gomes; Soares; e Praun, 2020, p. 5).

Outra medida agressiva, que feriu incisivamente a classe trabalhadora, foi a aprovação pelo congresso da então PEC N° 06/2019. Tratando-se de uma “reforma” da previdência que, logo após aprovação, tornou-se a EC N° 103/2019, acarretando em efeitos deletérios para as classes subalternas, dificultando o acesso à política de previdência social, e prolongando o tempo necessário para gozar do direito da aposentadoria.

No âmbito da política de saúde — campo de atuação do Serviço Social e interesse de nossa pesquisa —, no período de pré-pandemia, os desafios eram expressos:

- o interesse por parte do Ministério da Saúde pela municipalização da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, sendo um verdadeiro ataque, pelo escasso orçamento dos municípios brasileiros, inviabilizando o desenvolvimento da política;

- as mudanças desnecessárias, realizadas internamente no Ministério da Saúde, como a criação e reordenamento de secretarias, aglomerando departamentos temáticos (Doenças de condições crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis), com o intuito de subalternizar políticas. Essas alterações, potencializaram o desmonte de experiências importantes para a política de saúde, como é o caso do Programa Nacional de HIV/AIDS, e, ao fazê-las, evidencia-se a face neoconservadora com aproximações neofascistas pelo preconceito de sorofobia institucional²³. Essa intencionalidade neofascista, no trato com a temática, evidencia-se pelas ações negacionistas no combate do vírus, endossadas pelo aniquilamento ou abstinência sexual, além de discursos, chamando de corpos indesejáveis ou pervertidos.

Barbosa Filho e Vieira (2021, pág. 135) apontam que “a sorofobia pode ser entendida como o conjunto de crenças irracionais, discriminatórias e medos infundados sobre o HIV/Aids que resultam em episódios de violência institucional, física, psicológica e política não só contra as populações soropositivas, mas também contra grupos sociais considerados mais vulneráveis à pandemia de HIV/Aids.”(Barbosa Filho e Vieira, 2021, p 135).

- a publicação da Nota técnica n° 11/2019²⁴ pela Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, cujo conteúdo diz respeito ao fortalecimento dos manicômios e das comunidades terapêuticas, com o claro intuito de enfraquecer a Rede Psicossocial;
- a publicação da Portaria n° 2.979²⁵, de 12 de novembro de 2019, que cria o Programa Previne Brasil, estabelecendo o novo modelo de financiamento para a atenção primária à saúde, propiciando uma desestruturação do programa Nacional de Apoio a Saúde da Família (NASF);
- a promulgação da Lei n° 13.958²⁶, de 18 de dezembro de 2019, dispendo sobre a criação do programa Médicos pelo Brasil, para a atenção primária. Além disso, instituiu a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), demonstrando sua intencionalidade mercadológica e privatizante da saúde nesse nível de organização da política; e

²³

²⁴ <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>

²⁵ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13958.htm

- a liberação aligeirada de agrotóxicos, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que nos três primeiros anos de (des)governo autoriza mais de 1500²⁷ agrotóxicos. Essas “boiadas”²⁸ que estão passando, apesar de não ser diretamente sobre a gestão do Ministério de Saúde, mas afeta diretamente o SUS e a saúde, principalmente a dos trabalhadores rurais e dos povos originários, os quais, em sua grande maioria, se encontram em territórios próximos às plantações com intensivo uso dos “venenos”, situação que demandará ainda mais dos serviços de saúde.

Nesse sentido, este breve panorama tem a intenção de reforçar que, diferentemente daquilo que o ultraneoliberalismo tem defendido, ao culpabilizar a pandemia, como geradora das desigualdades sociais, o que se coloca, na verdade, o que houve foi uma exponencial amplificação. Pois, como caráter inerente da sociabilidade burguesa, e após mais de três décadas de políticas neoliberais, as classes subalternas vivenciam os efeitos da intensificação das expressões da questão social.

As classes subalternas, portanto, vivenciam duras conjunturas, com aspectos mórbidos e destrutivos (dos direitos, da natureza, das vidas, etc.). Sendo assim, Paulani (2021) tem defendido que o governo Bolsonaro é caracterizado por três elementos de destruição: o primeiro que seria esse caráter amplificado do (ultra) neoliberalismo — que mostra sua feição a partir de 2016 com Michel Temer²⁹ —; o segundo está relacionado ao fascismo cultural presente no governo; e o terceiro é a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 — sobre este último elemento, desenvolvemos de forma mais aprofundada na próxima seção do nosso trabalho.

Considerando o segundo aspecto destrutivo apontado pela autora, que refere-se à presença do fascismo no governo Bolsonaro — pelos elementos históricos contemporâneos — o trataremos, para manter coerência com as nossas escolhas epistemológicas e metodológicas, como neofascismo.

²⁷<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/governo-bolsonaro-bate-proprio-recorde-e-libera-uso-de-550-novos-agrotoxicos-em-2021>

²⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>

²⁹Com as diversas medidas/programas/propostas de caráter puramente ultraneoliberais e ultraneoconservadoras, como: a) a instituição da Emenda Constitucional Nº 95/2016, congelando por 20 anos os “gastos” com políticas sociais; b) a reformulação/alteração de programas e políticas no âmbito da saúde (como na Atenção Básica, no modelo de financiamento, na saúde mental etc.); e c) a aprovação da terceirização irrestrita e da “reforma trabalhista”; entre outros.

Dessa forma, recuperado alguns elementos sobre o fascismo histórico — mesmo que de forma breve e na perspectiva de um dos críticos do fascismo — evidencia-se os traços do fascismo no tempo presente, principalmente no contexto brasileiro, caracterizando como neofascismo. Como afirma Arcary (2019, pág. 103), o cenário histórico-conjuntural neofascista do Brasil, como um país de condição dependente, não pode ser equiparado aos aspectos característicos dos fascismos históricos nos contextos europeus. Dado que “[...] não responde ao perigo de uma revolução. Responde à experiência de setores da classe média, durante os quatorze anos de governos de colaboração de classes” (Arcary, 2019, pág. 103) do PT, e à cristalização “econômica e regressão social dos últimos quatro anos, a maior da história contemporânea” no país.

Neste sentido, os vários elementos são suficientes para reafirmar o caráter neofascista do governo Bolsonaro, visto que,

o núcleo duro de sua base social é a classe média. Mas alcançou influência entre os trabalhadores. Ele responde às demandas de liderança forte contra a corrupção e de comando diante do agravamento da crise da segurança pública; ao ressentimento diante do aumento do peso dos impostos; à ruína de pequenos negócios diante da regressão econômica; à pauperização, diante da inflação, dos custos da educação, saúde e segurança privadas; à exigências de ordem diante das greves e manifestações e de autoridade diante dos conflitos da disputa de poder entre as instituições; ao sentimento de orgulho nacional diante da regressão econômica dos últimos quatro anos. (Arcany, 2019, p. 101)

Dando seguimento, as inflexões sobre a política de saúde, ocasionada pelo governo neofascista de Jair Bolsonaro, somando-se à pandemia do novo coronavírus, corporifica como um terceiro elemento destrutivo, catalisando intensamente a crise econômica vivenciada pelo capitalismo.

Outrossim, um aspecto importantíssimo que tem dado sustentação às visões de mundo de forma errônea tem sido as *Fakes News*, que não podemos subestimá-las quanto ao seu poder de cimentar, ideologicamente, posicionamentos que contribuem diretamente para a corrosão da democracia.

Fake news são informações/notícias/postagens produzidas de forma inverossímil que, sem a devida averiguação, leva o leitor a pseudo informações. Este fenômeno tem registro na escrita da história desde

o Império Romano, mas no tempo presente, com a Internet, ocorre aceleração avassaladora (Neto, M. et al. 2020, p. 4).

Além do mais, é sabido que a disseminação de informações falsas não é um fenômeno novo, o que se coloca como inédito é a forma intensificada e potencializada que ela tem ganhado na contemporaneidade, com o acesso à chamada internet das coisas. Ademais, historicamente a burguesia tem cumprindo um papel, com o auxílio de seus aparelhos (mídia, estado, religião, etc.), no espraiamento de uma concepção de mundo para alimentar o processo de alienação das classes subalternas.

Em virtude do atual contexto da sociabilidade capitalista, caracterizada por sua profunda crise e suas transformações em diversas áreas da vida social (mundo do trabalho, da política social, dos direitos sociais, do meio ambiente, etc), e isso inclui as mudanças nas forças produtivas relacionadas às inovações tecnológicas, o capital, mais do que nunca, tem buscado sua hegemonia através de disseminação de visão de cultura, da moral, do social e sobre vários campos da consciência.

Com a intensificação da ofensiva do capital no pós-crise, a disputa precisou incorporar, na direção dos Estados, a totalidade da visão sobre os feitos do capital, o que lhe requisitou uma nefasta inflexão da extrema direita no mundo, não obstante, sabemos que isso é o que há de mais violento e invasivo. Como resultado dessa utilização das fakes news, por exemplo, temos a vitória das eleições de 2018, pelo candidato Jair Bolsonaro, que utilizou-se de diversas publicações em suas redes sociais para disseminar mentiras e cimentar sua visão ultraconservadora. Aliás, esse comportamento é utilizado desde muito antes de ser candidato a presidente, é uma característica da sua vida política. Por isso,

vale lembrar que a campanha de Jair Bolsonaro não foi feita apenas em cima de sua oposição do PT, mas na veiculação em massa de Fake news relacionadas ao “kit gay”, à “ideologia de gênero” e, também, à sua defesa da “família”, entendida como aquela formada unicamente por “macho e fêmea”. (De Albuquerque; Coelho; Dias, 2018, p. 80)

Evidentemente que, após obter vitória nas eleições de 2018, o Bolsonaro não parou de mover sua máquina de fake news, inclusive, até quando se tratava de

informações oficiais do seu governo. Com a eclosão da pandemia da COVID-19, houve uma massificação sobremaneira na quantidade de informações falsas disseminadas por várias vias das redes sociais, até mesmo pelo próprio então presidente. Entre as mais caricatas, temos a afirmação de que quem tomasse a vacina iria virar jacaré (UOL, 2020) ou que iria contrair hiv-aids (Falcão, M.; Vivas; e F., 2022), assim como, a que falava sobre o uso medicamentoso da hidroxicloroquina (Guerra, R., 2021) e da ivermectina como profilaxia de tratamento da doença. Essas foram umas das tantas outras fake news jogadas aos “quatro ventos” das redes sociais, rebatendo diretamente nos serviços de saúde, na superlotação de pacientes contaminados com o vírus e até mesmo no processo de orientação profissional sobre os cuidados da doença, por haver resistências.

Todavia, compreendemos que as fakes news são um fenômeno totalmente inter-relacionado com as intencionalidade do capital na sua face neofascista e de extrema direita, e que, por isso, devemos buscar investigar, de forma incansável, essa expressão crescente do poder que as mesmas têm/possuem no âmbito da consciência da humanidade.

Desde o começo do contexto pandêmico, Bolsonaro tem demonstrado desprezo total pelas vidas ceifadas pelo vírus, aparecendo em diversos dos seus discursos: “é só uma gripezinha³⁰”, “não sou coveiro, tá?³¹”, “deixar de ser um país de maricas³²”, entre outros. Além disso, agiu de forma contrária a todas as medidas sanitárias, participando de e se aglomerando em passeatas e motocicletas, combatendo o uso de máscara, defendendo abertamente o não uso de vacinas. Seus discursos e ações, como afirma Calil (2021, p. 40), têm produzido “uma abordagem centrada na minimização da pandemia, na desqualificação das medidas de contenção” e na “naturalização da morte”, revelando-se o caráter genocida do seu governo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Soares (2020), tem defendido que além do Projeto Privatista de Saúde, presente no governo, há também uma espécie de atuação conjunta com um Projeto Genocida de Saúde, que está fundamentado em

³⁰<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

³¹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>

³²<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

“expressões ideológicas do irracionalismo, como o negacionismo científico e o neofascismo” (Soares, 2020, pág. 313), além do ultraliberalismo.

Mas, infelizmente, o Brasil, sob um governo neofacista e ultraneoliberal, desde o início da pandemia, tem se posicionado com discursos e ações negacionistas e genocidas. Como assevera Amaral (2021, p. 58)

A célere propagação da doença no país, é ainda mais agravada pela disseminação de ideias e comportamentos negacionistas e irracionais, por parte do governo federal e do seu representante máximo, pela falta de investimentos no sistema público de saúde e na política de ciência e tecnologia. (Amaral, 2021, p. 58)

Assim sendo, consideramos que o ultraneoliberalismo e o neofascismo, presentes no governo Bolsonaro, constituíram-se como uma simbiose destrutiva, que age de forma indissociada, firmando-se nas ações do governo no "enfrentamento" da pandemia. Portanto, o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito³³ (CPI) da COVID-19, no item que aborda sobre a “Geração de risco proibido — mortes evitáveis”, deixa claro que, com a agilidade da imunização, por meio da vacinação, “[...] haveria cerca de 350 mil mortes no Brasil até o final de 2021. Se, contudo, o Brasil tivesse iniciado uma campanha de vacinação à taxa máxima, poderia ter evitado cerca de 127 mil mortes” (Brasil, 2021, p. 964). Quer dizer, a letargia da vacinação forjou efeitos alarmantes na mortalidade pelo vírus no país.

Entretanto, as inflexões nocivas, dessa simbiose destrutiva, na Política de Saúde e, conseqüentemente, no SUS, têm como marca o enraizamento na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, com as características agudamente antidemocráticas, elitistas, reacionárias, militarizadas, patrimonialistas, conservadoras e latifundiárias. Esse cenário impacta, de frente, as profissões, especialmente a de Serviço Social, por ocupar um espaço de atuação no campo das políticas sociais.

Em suma, o nosso trabalho tem como foco de análise o trabalho profissional do assistente social no campo da saúde, com o recorte temporal do primeiro ano da pandemia. Por isso, o que nos motivou a trilhar essas reflexões, perpassando pelo

³³ Estabelecida pelos Requerimentos números 1.371 e 1.372, de 2021, com o objetivo de averiguar, no período de 90 dias, atos e ausências do Governo Federal na defrontação da Pandemia da Covid-19 no país.

contexto econômico, histórico, social e político da sociedade movida pelo capital, foi por entendermos a inter-relação de universalidade das transformações as quais rebatem no fenômeno analisado nesta dissertação. Sendo assim, daremos continuidade, na nossa próxima seção, ao aprofundamento propriamente dito do debate sobre o Serviço Social e a crise sanitária.

3. SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE NO CONTEXTO PANDÊMICO: entre implicações e possibilidades

(...) O tempo escorre pela ampulheta.
 É ele o contador da história que construímos.
 O tempo que cura saudades,
 que em mais-valia capitalista
 explora cada trabalhador/a na sua labuta.
 O tempo é também contradição,
 que prepara a luta, tece a resistência (...)
(Andréa Lima)

A epígrafe, que acima inaugura a nossa seção, é uma estrofe de um poema, recortado, o qual está na página do memorial dedicado à vida de cada assistente social vítima do novo coronavírus, elaborado pelo Conjunto CFESS/CRESS. Tem um valor simbólico importantíssimo para a nossa investigação, que é reconhecer o tempo presente dos acontecimentos, como expressões da forma de ser do capitalismo; e de como paramos o cotidiano profissional para pensarmos sobre a dureza dos acontecimentos — acreditamos que este trabalho de dissertação se esforça para contribuir —; assim como, buscamos saídas coletivas necessárias para os enfrentamentos permanentes.

A escolha da estrofe reforça, ainda que um pouco, a compressão acerca do fenômeno ora em discussão, fruto da investigação que reconhece a particularidade do trabalho profissional como peça fundamental da engrenagem de produção e reprodução do capital, mas que, ao mesmo tempo, reconhece, também, as possibilidades de enfrentamento e construção de uma nova engrenagem.

A imersão do interesse por investigar e analisar as expressões de uma pandemia e os seus rebatimentos não é uma tarefa fácil, pois lidamos com despedidas, dificuldades intensificadas no trabalho e com o reconhecimento de frente de como essa sociabilidade movida pelo capital é cruel. Mas, é também um momento de nos abastecermos de resistências da organização coletiva com o intuito de enfrentar e construir o tempo que queremos, e pensamos que conhecer de perto esses fenômenos é um caminho.

Ao elegermos, como objeto de pesquisa, a análise das determinações, escolhemos, também, como sujeito histórico, o profissional de Serviço Social que, especialmente no campo da saúde, atuou na linha de frente no combate à

pandemia. Este será, portanto, o foco da nossa exposição nesta seção. Nessa abordagem, trataremos de evidenciar a especificidade da dimensão dessa profissão, no âmbito de uma área de atuação profissional, ou seja, a saúde, que tanto esteve sobre os dilemas da crise sanitária.

A discussão, em torno do que estamos nos propondo discorrer, que dá nome a nossa seção, está organizada em três momentos, evidenciados nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3. A primeira parte realiza a tentativa de apresentar as particularidades do trabalho do assistente social no âmbito de atuação da saúde, partindo do pressuposto e do reconhecimento de que o assistente social é um trabalhador assalariado. A segunda subseção enfatiza os dilemas novos ou intensificados do trabalho profissional na área da saúde, os quais estiveram presentes no contexto da pandemia. E a terceira e última parte apresenta a importância do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro como direcionamento estratégico que proporciona o fortalecimento profissional em repensar sua prática, seus direcionamentos e compreensões acerca das demandas que chegam no dia a dia de trabalho.

3.1 Particularidades do trabalho do Assistente Social no campo da Saúde.

Iniciamos o percurso das nossas reflexões, nesta subseção, resgatando os fundamentos do Serviço Social, mesmo que de forma breve, com o intuito de demarcarmos a importância de compreendermos os sentidos que originam, dinamizam e tensionam o trabalho profissional de assistentes sociais, em qualquer espaço sócio-ocupacional. Essa linha de raciocínio contribui substancialmente para entender os determinantes que se apresentam nas particularidades de diversas conjunturas, sempre em torno das implicações e possibilidades que são engendradas no significado da profissão.

Iamamoto e Carvalho (2014), nesse sentido, nos oferecem a rica e inédita contribuição acerca do reconhecimento do significado do serviço social nas relações sociais da sociabilidade capitalista, que inerentemente são relações de produção e reprodução. Dessa forma, as autoras identificam que o serviço social está inserido na reprodução das relações entre capital e trabalho e, conseqüentemente, vincula-se na mediação contraditória entre as disputas de classes que estruturam

essa relação. A compreensão dos autores, sob imersão da teoria social crítica marxiana, assevera que

a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 74).

Sendo assim, a reprodução característica que integra a totalidade das relações sociais, ou seja, o cotidiano de homens e mulheres, mostra-se nos traços das diversas relações, como por exemplo: de familiares, de trabalho, da cultura e no significado e organicidade das profissões.

Dessa forma, o surgimento do Serviço Social se dá vinculado ao trato com as expressões da questão social — inclusive como objeto do seu trabalho —, no momento em que a sociedade capitalista encontra-se em desenvolvimento complexo, com a expansão das áreas dos grandes centros urbanos, evidenciando o aprofundamento da desigualdade social. Essas expressões são constitutivas

do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 77)

Dessa forma, os serviços sociais são estruturados com o intuito de promover e oferecer serviços para os chamados “cidadãos”, sobretudo os que não tenham condições ou insuficiência total de prover suas necessidades sociais. Tais serviços são concebidos pelo Estado como garantia de acesso aos direitos sociais, além disso, são evidenciados pelo discurso como concessão dos “patrões” (Estado ou empresas). Mais “na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade sob forma transmutada de serviços sociais”, pois “ao assumirem esta forma, aparecem como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como

expressão da face humanitária do Estado ou da empresa privada.” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 99)

Pois bem, são nesses serviços sociais que os assistentes sociais atuam profissionalmente, sob a premissa de serem contratados e receberem salários pelos seus serviços prestados, caracterizando-se como trabalhadores assalariados. Assim, as instituições realizam as determinações deste trabalho, solicitando a forma e o conteúdo das suas intervenções profissionais, de acordo com os seus interesses.

Todavia, Iamamoto e Carvalho (2014) defendem que existe uma polarização, pois, de fato, os profissionais do Serviço Social adquirem um estatuto de trabalhadores assalariados, além de responderem às requisições do capital-estado burguês que demandam a reprodução do controle social como forma de manutenção da dominação de classe. Mas, por essas mesmas atividades, o assistente social proporciona, com sua intervenção, o acesso da classe trabalhadora aos direitos sociais, dos quais condicionam a sobrevivência e garantem as necessidades sociais desses sujeitos.

É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo aquele para o qual é chamado a intervir. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 101-102)

Para analisar o trabalho profissional do(a) assistente social, faz-se necessário compreendê-lo como parte integrante da classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades e constrangimentos no cotidiano e que vende sua força de trabalho em troca de um salário, como condições presentes na vida dos que labutam e integram o processo de assalariamento (Raichelis, 2011).

O Serviço Social como uma profissão que tem sua particularidade na divisão sociotécnica do trabalho, como um trabalho coletivo, especializado e, sem sombra de dúvidas, como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), pois, é como se dão as relações de “[...] compra e venda da força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais” (Raichelis, 2011, p. 423).

Ademais, essa essencialidade, de ser o profissional do Serviço Social um trabalhador assalariado, impõe, necessariamente, a revestir-se de direcionamentos demandados pelas instituições empregadoras, que determinam:

intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo (Iamamoto, 2015, p. 218).

De acordo com Costa (2006, p. 306), o profissional do Serviço Social,

[...]como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras (Costa, 2006, p. 306).

Como atesta Guerra (2010), desde a década de 1990, demarcada pelo início do período contrarreformista, “[...] como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos”. (Guerra, 2010, p. 716).

Dessa forma, o profissional do Serviço Social, diante dessas novas configurações da gestão do trabalho, tem o comprometimento da autonomia profissional, mesmo que seja relativa, como afirma Iamamoto (2015). Por outro lado, o processo de informatização do trabalho — tendência dessa “nova configuração do trabalho” — surge com o discurso de contribuir na operacionalização do processo de trabalho, mas, contraditoriamente, também tem se manifestado como forma de controle do profissional e dos usuários por meio da razão instrumental acrescentada a lógica produtivista.

Portanto, faz-se necessário buscar e conhecer as condições histórico-concretas-sociais da realidade social e fazê-la em sua profundidade, totalidade e essência, para apreender os desafios e possibilidades presentes no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais.

Neste seguimento, as ofensivas empreendidas no âmbito do trabalho agridem também o espaço sócio ocupacional do/a assistente social, por estarem submetidos/as a vínculos precários de trabalho, com subcontratações de caráter terceirizado, com baixos salários, dentre outros, evidenciados como uma propalada exploração do trabalho profissional.

Diante do breve panorama realizado acerca do reconhecimento do assistente social, como trabalhador assalariado e que, por isso, vem sendo tensionado no seu

cotidiano de trabalho pelos elementos da reestruturação produtiva — os quais já caracterizamos na nossa segunda seção —, passaremos a particularizar o seu trabalho profissional no âmbito da política de saúde, já que este campo está na visão do nosso caleidoscópio da pesquisa.

Não obstante, a política pública de saúde, historicamente, tem sido um campo de atuação dos(as) assistentes sociais, a qual passou por diversas transformações na forma de realização deste trabalho.

A título de recuperar, no tempo cronológico, o trabalho do/a assistente social na saúde, a autora Bravo (2011) aponta que o Serviço Social amplia-se fortemente nesse campo, entre as décadas de 60 e 70, no momento da estruturação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ganhando regulamentação para atuar nos órgãos de assistência médica do referido instituto. Ainda segundo a autora, nesse período, a intervenção era delineada por ações “[...] predominantemente rotineira, burocratizada, empiricista, com ênfase na racionalidade e seletividade” (Bravo, 2011, p. 144).

Apesar dessa inserção ter ocorrido baseada em práticas³⁴ de cunho psicologizante, de secretariado da medicina, de aconselhamento e de burocratização, é importante reconhecermos que a profissão matinha sua importância, como trabalho necessário para o país e suas instituições. Dessa maneira,

A ação do profissional na área da saúde foi considerada, pelo subgrupo de Serviço Social que elaborou uma proposta de estrutura para o subsistema Serviço Social junto ao Inamps, como fundamental tanto nos serviços especializados, unidades médico-assistenciais, como no nível comunitário, na promoção e prevenção da saúde (Bravo, 2011, p. 139).

Em meados dos anos 80 e 90, apesar de conjunturalmente — com a abertura política e com um clima de construção das liberdades democráticas — e profissionalmente — com o fortalecimento da intenção de ruptura que vinha construindo uma nova forma de entender o trabalho, a formação e a sociedade sob

³⁴ “[...] foram enfatizadas as seguintes ações: recuperação de segurados incapacitados, focalizando os fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento médico e na manutenção de benefícios; atuação integrada na clínica pediátrica, centrado nos fatores psicológicos, sociais e econômicos responsáveis pelo alto índice de morbidade e mortalidade infantil; no sistema de proteção e recuperação da saúde, incidindo sobre os fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento médico” (Bravo, 2011, p. 127).

as bases da criticidade, sobre essa discussão discorreremos em breve na nossa subseção 3.3 — ambos estarem vivenciando um ambiente de ampliação dos ventos democráticos, na saúde, os profissionais continuavam distantes (BRAVO, 2011) dessa efervescência política-profissional. Desse modo, ainda não se estabelecia totalmente uma direção hegemônica baseada na crítica das bases conservadoras tanto da prática como da conjuntura do país.

Porém, de forma ainda tímida, havia alguns sujeitos da profissão que iniciaram uma aproximação com as discussões vinculadas à saúde coletiva e, também, com participação em espaços de organização da categoria que no momento estavam sob ventos democráticos. Sendo assim, o que direcionava o campo da intervenção eram duas tendências: histórico-estrutural³⁵ e psicossocial³⁶ (Bravo, 2011).

Sobre esse aspecto, cabe-nos, aqui, destacar que abordaremos, na última subseção deste capítulo, uma breve discussão da relação paralela que se foi constituindo na direção da redemocratização do país e que reverberou em novas compreensões acerca da política e saúde e da profissão de Serviço Social.

Agora, nos cabe reafirmar que esse período desaguou na promulgação da Constituição Cidadã de 1988, com conquistas no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais. Ademais, no âmbito da saúde, obtivemos o nascimento do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pelas leis: Lei nº 8.080³⁷, de 19 de setembro de 1990; e a Lei nº 8.142³⁸, de 28 de dezembro de 1990. Com a criação do SUS, o espaço profissional ampliou-se ainda mais, incorporando, mesmo que forma tímida, (Matos, 2017) os princípios da Reforma Sanitária que foram espelhados na constituição do SUS. Outrossim, em Resolução³⁹, publicada pelo Conselho Nacional de Saúde

³⁵ “A histórico-estrutural apresenta como questões centrais: o compromisso com a classe trabalhadora, sendo importante desmitificar o caráter paternalista das ações desenvolvidas pela instituição, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os direitos de cidadania junto a funcionários, usuários e população, objetivando a democratização da instituição.” (BRAVO, 2011, p. 163)

³⁶ Na psicossocial, foram salientados como eixos norteadores da ação: as necessidades emergentes da clientela no que se refere à promoção, recuperação da saúde e reintegração social; a identificação e tratamento de problemas psicossociais que interferem na saúde; a humanização das relações interpessoais e a circulação de conhecimentos sobre direitos da previdência social, ajuda supletiva, direitos trabalhistas e de cidadania, visando o bem-estar social.” (BRAVO, 2011, p. 164)

³⁷http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.080-1990?OpenDocument

³⁸http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.142-1990?OpenDocument

³⁹https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20218%2C%20DE%2006%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201997

(CNS), em 1997, de nº218, reconhece o Serviço Social como uma profissão imprescindível para os serviços e a política de saúde.

Por sua vez, Costa (2006) evidencia que a ampliação do espaço da profissão no SUS estava submetido às mudanças de novas requisições em diversos aspectos: tecnológicos, organizacionais e políticos. O que direcionou novas transformações no trabalho em saúde. Vejamos.

Dentre as requisições relacionadas às inovações tecnológicas, administrativas e políticas implementadas no SUS, podemos destacar aquelas vinculadas ao próprio protocolo que permeia o funcionamento do sistema de referência e contra-referência e à autorização e marcação dos internamentos, e consultas ambulatoriais especializadas de forma unificada, hierarquizada e em parte informatizada, bem como as triagens para autorizar a realização de exames de média e alta complexidade [...](Costa, 2006, p. 314).

Também, nesse campo de atuação, firma-se como um elo orgânico (Costa, 2006), mediador entre os usuários e o funcionamento das instituições de saúde, com uma prática direcionada para identificar “[...]os aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais que atravessam o processo saúde-doença para assim mobilizar recursos para o seu enfrentamento” (Matos, 2020, p. 3).

Como tem defendido, Costa (2006, p. 38), há uma

objetivação do trabalho do assistente social, na área da saúde pública, é composta por uma grande diversidade e volume de tarefas que evidenciam a capacidade desse profissional para lidar com uma gama heterogênea de demandas, derivadas da natureza e do modo de organização do trabalho em saúde, bem como das contradições internas e externas ao sistema de saúde (Costa, 2006, p. 38).

Em virtude das transformações — que discutimos na subseção 2.2 da segunda seção deste trabalho —, ocorridas tanto no mundo do trabalho, como nas políticas sociais, entre elas a de saúde, levado a cabo pelo neoliberalismo, temos inflexões no âmbito do trabalho em saúde, que reverberam numa ampliação de serviços cada vez mais gerenciados pela lógica empresarial e os(as) Assistentes Sociais, como trabalhadores da saúde, são afetados pelos rebatimentos dos novos modelos de gestão.

Nesse aspecto, não podemos deixar de apontar que algumas implicações são mais latentes, como: a ampliação das demandas — com a exacerbação das expressões da questão social; a formação profissional — já que os serviços de saúde também constituem-se como espaços para o estágio; as influências teóricas — com o adensamento da lógica biologizante da determinação saúde-doença; e a relação com os demais profissionais — garantindo um terreno ainda mais fértil para a hegemonia do modelo medicocêntrico, etc.

Assim sendo, Soares (2020) chama a nossa atenção para essa lógica da gestão do trabalho no SUS, sobre os desafios que os(as) Assistentes Sociais têm enfrentado, posto que, cada vez mais, os serviços têm protagonizado — negativamente — a contenção de demandas e a emergencialização da vida. Isso tem expressado a natureza do pragmatismo e do imediatismo do trabalho profissional, tornando-se, ainda com mais frequência, um trabalho tecnicista, ou seja, demandas com um fim em si mesmas.

Ainda no que diz respeito aos dilemas vivenciados pelos(as) assistentes sociais no campo da saúde, segundo Serpa (2010), essa lógica flexível do trabalho espraia-se, para além da gestão dos serviços de saúde, mas, também no âmbito dos processos de trabalho como um todo, com requisições para uma maior precarização/desregulamentação/flexibilização do trabalho. Assim, os(as) Assistentes Sociais como trabalhadores(as) assalariados e que também atuam no campo da saúde, estão sob o binômio da privatização dos serviços de saúde e da precarização do trabalho. Como assevera Serpa (2010, pág. 342), os principais problemas são expressos na

desestruturação no planejamento dos serviços, a descontinuidade dos programas assistenciais, a intensificação da jornada de trabalho pela adoção dos múltiplos vínculos, as baixas remunerações, a alta rotatividade, a inadequação de pessoal e as precárias condições de trabalho que comprometem uma intervenção qualificada e põem em risco a vida dos usuário (Serpa, 2010, pág. 342).

Entretanto, percebe-se que o assistente social, o qual atua no campo da saúde, tem experimentado os rebatimentos dos contextos políticos-econômicos do país, o que evidencia a necessidade, permanente, de investigações nessa perspectiva, com o intuito de nos aproximarmos desse cotidiano, pensando estratégias para condução da prática profissional cada vez mais vinculada à emancipação humana da classe trabalhadora. Por isso, a direção das nossas

análises seguirão com a tentativa de compreender a conjuntura recente, delineada pela crise sanitária causada pelo novo coronavírus e as inflexões dela no trabalho de assistentes sociais do campo da saúde.

3.2.O trabalho profissional do Assistente Social na saúde sob fogo cruzado do capital pandêmico

O propósito desta subseção é apresentar um panorama do trabalho do assistente social na saúde, sob os efeitos da crise sanitária, pensando nas inflexões preliminares e como o Serviço Social brasileiro respondeu a difícil conjuntura. Registramos que, até a atualidade do fenômeno, ainda há lacunas nas elaborações teóricas, havendo publicações mais de caráter conjuntural, que é óbvio, não deixam de ser também análises sobre o real vivido.

Para iniciarmos nossas reflexões sobre o que estamos propondo, partiremos de uma análise breve da classe trabalhadora, uma vez que não é apenas o assistente social da saúde que se encontrou desafiado e implicado pelo contexto da pandemia. Pois, é uma realidade que atingiu a totalidade da classe trabalhadora e, no que diz respeito aos trabalhadores da saúde que estiveram nos serviços essenciais da linha de frente, pela característica do trabalho coletivo em saúde, há um espraiamento dos rebatimentos por todos profissionais de saúde, é claro que há particularidades na intensidade das inflexões.

Nessa direção, cabe o seguinte destaque: o “capital pandêmico” (Antunes, 2022) representa uma devastação brutal para a humanidade que depende do seu trabalho para sobreviver. De fato, a principal forma de evitar o contágio da doença é o isolamento social e um grande contingente, de trabalhadores(as), estão em péssimas condições de vida e trabalho — com vínculos precarizados e flexibilizados ou desempregados e sem acesso aos serviços de saúde, de saneamento básico, de segurança alimentar etc. Assim, essa parcela da população encontra-se impossibilitada de cumprir o distanciamento social, pois há necessidade de sair para conseguir o que comer. Essa é uma realidade de quase a totalidade da classe trabalhadora. Ou seja, como afirma Antunes (2020):

Sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome (ANTUNES, 2020, p. 182).

Revela-se, portanto, que a classe trabalhadora está sob profundo “fogo cruzado”, pois as alternativas — que são próprias do capitalismo — são de um caminho que impulsionam para o corredor da letalidade ou da mortalidade, enquadrando-os numa relação de vilipendiamento (Antunes, 2020).

Essa relação de vilipendiamento da classe trabalhadora é exponenciada pelos desastrosos ataques que vinham ocorrendo, fruto da reestruturação produtiva, e que a submete a péssimas condições de vida e trabalho, aqui também referimo-nos a desproteção social presente nos últimos anos. Empurrando-os para a precarização profunda do trabalho. Assim, Raichelis e Arregui (2021, p. 140) destacam que

[...] a precarização do trabalho assume novas dimensões e manifestações na atualidade, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, ainda que com diferentes intensidades, considerando-se a divisão sociotécnica, sexual e étnica-racial do trabalho (Raichelis e Arregui, 2021, p. 140).

Outrossim, como já vimos na seção anterior, diante do cenário do contexto pós-crise do capital 2007-2008 e seus rebatimentos na arena da labuta da classe trabalhadora, os novos moldes de trabalho, geridos pela inserção agigantada das tecnologias, da inteligência artificial, e da chamada internet das coisas, também dinamizam a intensificação da precarização da classe trabalhadora.

Também, os(as) trabalhadores(as) dos serviços de saúde estão sob fogo cruzado, tendo que trabalhar presencialmente e na linha de frente dos estabelecimentos públicos ou privados de saúde. Na maioria dos casos, com vínculos precários — baixos salários, terceirizados, contrato temporário etc. — ou em serviços sucateados (terceirizados, (des)financiados, etc.), evidenciando as imensas dificuldades as quais a pandemia tem intensificado. Como afirmam as autoras Melo et al. (2020).

O resultado da frequente redução do aparelho estatal, flexibilização das leis trabalhistas, desvalorização e falta de investimento em ciência, tecnologia e educação, além do constante desmonte do SUS vêm à tona na atual

conjuntura, aumentando a vulnerabilidade dos indivíduos e aprofundando ainda mais a desigualdade social brasileira (MELO et al., 2020, p.285-286).

Por outro lado, as unidades de saúde mais utilizadas do Brasil são as da rede SUS, tendo como princípio central a universalidade. Apesar das “pelejas”, — inflexões causadas pelas contrarreformas na política de saúde — ele tem se assentado como um imprescindível sistema de saúde, se comparado ao período antes de sua existência. pois, desde a sua gênese, no seu marco jurídico-normativo (na Constituição Federal de 1988), o SUS vem sofrendo nocivos ataques. Como assegura Soares (2017, p. 129), “a precarização e privatização da gestão pública estão cada vez mais associadas ao aumento da participação das entidades privadas na gestão e execução de serviços da rede SUS e fora dela”. Assim, também, são impostas limitações para os trabalhadores(as) da saúde, que se vêem pressionados.

Desse modo, ao somarmos os efeitos do capital pandêmico e a atuação do governo federal, no enfrentamento da pandemia, às ações supracitadas, identificamos dois elementos na política de saúde: a intensificação da precarização do trabalho e o aprofundamento da privatização dos serviços de saúde.

Assim sendo, com a pandemia, fez-se necessário pensar nas condições fundamentais para que a população — em grande maioria composta pela classe trabalhadora — pudesse cumprir a quarentena e ter acesso aos serviços de saúde, caso fossem contaminadas. Essas premissas passariam pela destinação de recursos tanto para garantir o emprego e renda — a criação de auxílios e benefícios —, como para os serviços públicos de saúde, a equipagem das unidades de saúde e, conseqüentemente, dos profissionais da saúde.

Nesse sentido, as unidades de saúde, como serviços essenciais, estiveram na linha de frente da pandemia — passando por várias mudanças na (re)adequação de protocolos, de fluxos, dos planos de atendimento etc., ou seja, levando em conta que os serviços não são feitos apenas por paredes e equipamentos, também por trabalhadores(as) que, inclusive, estão imersos em vários dilemas.

Destarte, diversas contradições e desafios já estavam no dia a dia dos serviços de saúde que no contexto pandêmico ocorreu uma intensificação. Levando-se em consideração o caráter essencial dos serviços de saúde no

enfrentamento à pandemia, o trabalho não poderia ser feito de forma remota⁴⁰. Desse modo, os(as) trabalhadores da saúde ficaram de frente com o vírus, isto é, “sob intenso fogo cruzado⁴¹”.

Diante disso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizou uma pesquisa intitulada *Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19*, com objetivo de identificar as problemáticas postas para o trabalho em saúde na pandemia. Entre as evidências que reforçam os negativos rebatimentos, destacamos os elementos que revelam o esgotamento físico e mental, quais sejam: a) 50% relataram demasia na carga horária de trabalho com jornadas longas, além de, 45% precisarem de outro vínculo de trabalho para sobreviverem; b) 43,2% apontaram para a sensação de insegurança no trabalho exposto ao vírus, chegando a sentirem medo no trabalho 18%; e c) 60% dos entrevistados(a) indicaram vivenciar a falta de apoio institucional, com expressões de desvalorização, discriminação e até violência (Leonel, 2021).

Dessa maneira, em um contexto de pandemia, o profissional do Serviço Social é requisitado para estar na linha de frente, mas, atuando de acordo com as suas atribuições e competências no que consta na Lei de N° 8.662/93, a qual regulamenta a profissão e na Resolução 493/2006 (CFESS, 2006), cujo teor trata sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. Para não correrem o risco de caírem na prática do fazer tudo, desaguando num processo ainda mais intenso de desprofissionalização (Nomeriano, 2019), o que representaria um enorme retrocesso das conquistas que obtivemos nas últimas décadas.

Ainda, de acordo com os marcos jurídicos-normativos, o Código de Ética do/a Assistente Social, em seu Art. 3º, que trata sobre os deveres profissionais. Estes expressam, em sua alínea d- “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993).

Apesar de ser um dever do(a) assistente social atuar em situação de calamidade pública, isso não corresponde, necessariamente, que o trabalho poderá ser de qualquer maneira, é preciso que as instituições, sejam elas privadas ou

⁴⁰ Levando em consideração que alguns trabalhadores(as) de serviços de saúde trabalharam no formato remoto, como: das Unidades Básicas de Saúde; dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS); de ambulatórios especializados (idoso, criança e adolescente e etc.) e entre outros.

⁴¹ Como aponta o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, ao se referir às condições que alguns trabalhadores encontram perante a pandemia de COVID-19. Para mais informações conferir, em: <https://aterraeredonda.com.br/coronavirus-o-trabalho-sob-fogo-cruzado/>

públicas, garantam condições de trabalho. Como afirma o CE/93 em seu Art. 7º, na alínea a- “dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.” (CFESS, 1996).

Todavia, o(a) assistente social como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), como afirmamos acima, é diretamente impactado com as transformações danosas, inerentes às crises do próprio capitalismo, e que são impulsionadas pela crise sanitária. Como asseguram Corrêa e Reidel (2021),

[...]há uma tendência de intensificação da precarização do trabalho de Assistentes Sociais no Brasil, inerente à superexploração da força de trabalho, característica estrutural do capitalismo no país, que, associada ao contexto de crise política, econômica e social e com a pandemia, escancara as portas para a intensificação da flexibilização do trabalho e agudização da precarização das políticas sociais (Corrêa, Reidel, 2021, p. 149).

Os(as) Assistentes Sociais — essenciais nos serviços de saúde — foram impactados pelas danosas e bruscas mudanças, revelando uma intensificação e retorno de alguns dilemas já vivenciados por essa categoria. Em coletânea⁴² organizada por Pereira e Cronemberger (2020), sobretudo na primeira parte que trata sobre o campo da saúde, as(os) autoras(es) relatam alguns dos desafios, como: a precarização do trabalho (baixos salários, vínculos instáveis, polivalência, estrutura física precária etc.) e pelas requisições indevidas, direcionadas aos Assistentes Sociais (informar sobre o quadro clínico e óbito, guardar pertences, solicitar ambulância, regulação dos leitos e etc.).

Neste sentido, se a partir da crise estrutural do capital e das contrarreformas neoliberais já havia rebatimentos no trabalho profissional dos(as) assistentes sociais, com a pandemia, vivenciamos uma intensificação dos desafios postos nos espaços sócio ocupacionais.

Desse modo, durante o cenário da pandemia, o sentimento de “medo” (Matos, 2020) e de exaustão dos trabalhadores da saúde, sobretudo do assistente social, agudizando com o aumento do número de contaminados e de óbitos. Além disso, tem ocorrido edições de antigas requisições inadequadas dirigidas ao serviço social, como a comunicação do óbito ou do quadro clínico do paciente, não sendo atribuição do assistente social.

⁴² O e-book publicado pela editora da Universidade Federal do Piauí, pode ser acesso em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Servi%C3%A7o_Social_em_tempos_de_pandemia_provoca%C3%A7%C3%B5es_ao_debate_120200922104910.pdf

Desse modo, os reflexos desses desafios estão latentes no contexto da pandemia, expressos inclusive nos vários posicionamentos por parte do CFESS, como: a Orientação Normativa 3/2020⁴³ que trata sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por profissionais do Serviço Social; a nota⁴⁴ sobre o Teletrabalho e Teleperícia, contendo orientações para os profissionais no contexto pandêmico; o parecer⁴⁵ jurídico nº5/2020-E, abordando a ausência de EPI para assistentes sociais; e a série⁴⁶ de entrevistas com profissionais de diversos campos de atuação.

Por conseguinte, Barros et. al (2020) evidencia que algumas das principais tendências as quais se apresentam nessa conjuntura de pandemia são: falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's); liberação dos profissionais que apresentam comorbidade de saúde; sobrecarga de trabalho para os que continuaram no trabalho; e salários atrasados e sem adicional de insalubridade e a transformação do Serviço Social em “posto telefônico”. Sobre esse último elemento, percebe-se o quanto houve uma forte utilização do instrumental digital-tecnológico no cotidiano profissional, o que requer maiores aprofundamentos e estudos sobre esses fenômenos.

Portanto, considerando as transformações societárias que têm impactado desastrosamente as classes subalternas, é chegada a hora de intensificarmos nossas lutas, posicionamentos e intencionalidades, na defesa de um projeto de sociabilidade que expurgue toda e qualquer dominação e exploração. E no campo das práticas profissionais dos(as) assistentes sociais, a defesa do Projeto Ético Político deve permanecer, estrategicamente, como norte do percurso que trilhamos nos espaços sócio-ocupacionais. Em diálogo com essa necessidade de construirmos essa nova sociabilidade, e ao mesmo tempo contestando-a em tempo real, como afirma Mustafá (2020, p. 215), é chegada a hora de “virar a mesa”.

⁴³ <http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>

⁴⁴ <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>

⁴⁵ <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>

⁴⁶ <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/serie-cfess-entrevista>

3.3 O Serviço Social não fugiu à luta⁴⁷: reafirmação do Projeto ético-político (PEP) na contracorrente dos efeitos da pandemia

Ao longo das nossas reflexões, vimos delineando as características macrosocietárias acerca do fenômeno da pandemia de COVID-19, ao mesmo tempo em que realizamos a tentativa de nos aproximarmos das particularidades que permeiam o cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais, os quais atuam nos serviços de saúde, sendo estes caracterizados como essenciais no atendimento direto à população e seus familiares. Esse é o nosso ponto de largada, mas o que nos motivou a nos debruçar sobre o objeto da nossa pesquisa foi como o PEP se colocou como possibilidade de materialização no período tão devastador como o da pandemia.

Desse modo, teceremos algumas reflexões, apontando e recuperando os elementos históricos do debate da construção do PEP, que se identifica como hegemônico na profissão, mas que pela tarefa de resistência e tensionamento se põem como inacabado, no sentido de perseguirmos a sua efetivação diante das novas conjunturas políticas-econômicas-sociais que o capitalismo vai gerindo e criando. Ou seja, as condições não estão dadas, o processo sócio-histórico das relações sociais é mediado pelas disputas de classes, o que caracteriza-se pelo constante tensionamento enquanto existir capitalismo.

Alguns questionamentos estiveram na esteira das elaborações aqui tecidas, como: Qual percurso orientou e cimentou a direção hegemônica de conformação ao PEP? De qual Projeto ético-político estamos falando? E se estamos reafirmando a importância do PEP para o exercício profissional, como esse projeto pode-se se considerar profícuo diante da pandemia?

Realizar a tarefa de revisitar — viajar pelo caminho já conhecido — os marcos históricos da nossa profissão, sobretudo os elementos que cimentam a nossa atual direção social hegemônica cravada pelo PEP, é um exercício importantíssimo, pois encontramos revalidação e sustentação do que podemos elaborar como perspectiva de novos caminhos. Como bem nos assevera Ianni (2003, p. 29), “cada viajante abre

⁴⁷ SOARES, R., CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/?format=pdf>

seu caminho, não só quando desbrava o desconhecido, mas inclusive quando redesenha o conhecido”.

Então, o projeto profissional, o qual vimos chamando, a mais de 30 anos, de Projeto Ético-Político (PEP), é marcado pelo rompimento com a visão tradicionalista e conservadora na forma do agir e do pensar da profissão, e pela aproximação da teoria social crítica marxiana⁴⁸.

Contudo, o rompimento da visão tradicionalista e conservadora não ocorreu de forma pontual, em que, certo dia, o Serviço Social brasileiro resolveu, por bem, deixar de ter essa visão e decidiu caminhar por outra perspectiva. Indubitavelmente, essa quebra de continuidade ocorreu de forma processual sem nenhuma harmonia idílica, tendo sido construída com disputas políticas, organização coletiva e compromisso teórico.

Netto (2015), sobre a tarefa de desvendar os elementos constitutivos dos acontecimentos do Serviço Social brasileiro do pós-64,⁴⁹ evidencia importantes achados que fundamentam o conteúdo do nosso PEP e que, conseqüentemente, do Serviço Social. Assim, no que diz respeito ao percurso dessa fundamentação, o autor coloca a data, como pontapé inicial, os anos de 1961 a 1964, período em que os questionamentos sobre o trajeto teórico-metodológico da profissão estavam em efervescência pela erosão do tradicionalismo no Serviço Social brasileiro. Coaduna-se com esse movimento na profissão, o contexto sócio político pelo qual o país vivenciava no período, como a afluência pelas reformas de base (agrária, urbana, tributária, educacional, política, econômica, etc.), o que ambos fenômenos teriam sido abortados com a deflagração do golpe de 1964.

Porém, fruto dos ventos do contexto latino americano, que vivenciava experiências ditatoriais, mas também de oposição a esses sistemas, tivemos, no âmbito do Serviço Social, uma forte influência no que diz respeito à construção de uma pauta renovadora que se manteve presente no debate profissional durante mais de uma década (1965-1975). Tendo sido impulsionados pelo Movimento de Reconceituação Latino-Americano, que tinha como pano de fundo a Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e o Centro

⁴⁸ a opção pelo legado literário-filosófico marxiano [nos] mostra como ele se demonstrou, aos olhos dos/das assistentes sociais mesmos/as, como sendo o único capaz de favorecer a visão científica da realidade social, necessária para a atuação profissional em si (Mustafá, 2020, p. 107).

⁴⁹ Período pelo qual o Brasil vivenciou por mais de 20 anos uma conjuntura marcada pela Ditadura Militar e que Netto (2015) denomina de Autocracia Burguesa.

Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), sendo o centro um pilar orgânico com vinculação acadêmica, da referida associação (Abramides, 2019).

No Brasil, o Serviço Social, resguardado pelas suas particularidades, vivenciou os seus ventos renovadores de forma intensa, com disputas de direção e em busca de respostas para a ação profissional — cabe lembrar que o período é marcado por grande intencionalidade por parte dos governos-militares em burocratizar a estrutura do Estado-brasileiro, o que impulsionava o Serviço Social brasileiro em adequar-se e mostra-se útil para as instituições criadas e estruturadas pelo momento. Que sob a batuta das análises de Netto (2015) foram permeadas por três tendências renovadoras: a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo; e a intenção de ruptura.

Apesar da importância e indissociabilidade que têm no esforço de compreender o Serviço Social brasileiro no contexto destacado, mas, no interesse das nossas análises, discutiremos apenas — evidentemente, longe de qualquer visão etapista, reconhecemos os aspectos processuais das três tendências como movimento paralelo, de imbricação e de intensa disputa no interior profissão —, sobre a tendência da intenção de ruptura, por entendermos que os fenômenos constitutivos dessa perspectiva contribuiu de forma decisiva para a cimentação da construção do PEP.

Sobre tal tendência, Netto (2015, p. 315) assevera que sua emergência se deu

no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos 1970 [...] esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década, só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional [...] (Netto, 2015, p.315).

Todavia, a vista grossa e a marginalidade delegada à intenção de ruptura está ancorada no fato dela ter aspectos contestatórios da autocracia burguesa e, também, por estar pautada na construção da ruptura com o conservadorismo no Serviço Social.

Optamos, sendo assim, por apresentar um panorama das pilastras que sustentam essa perspectiva renovadora, por entendermos que sejam ainda as formas de ser que constroem a validação do PEP, e por ser desdobramento dessa. Netto (2015) aponta que a intenção de ruptura esteve estruturada por três momentos

em que cada um deles – instituições, processos e organizações – foram impulsionadas pelo sentimento questionador da realidade brasileira e do agir profissional: a emersão; a sua consolidação acadêmica e o espraiamento no âmbito profissional.

A resultante deste processo de maturação é o direcionamento da reflexões (e da ação) para as práticas institucionais e o redimensionamento das possibilidades profissional-interventivas no marco das políticas sociais, inclusive as de assistência — numa colocação pioneira no desenvolvimento da projeção da ruptura (Netto, 2015, p. 346).

Outrossim, com a ampliação das Escolas de Serviço Social pelo país e sobretudo com a abertura de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, a universidade tornou-se um espaço de grandes embates de ideias em torno da direção teórico-metodológica que seria dada à profissão. Sobre esses aspectos,

[...] os avanços político-organizativos da categoria profissional na esfera sindical estabeleceram o suporte necessário e impulsionador de outras esferas e dimensões da profissão no combate ao conservadorismo (Abramides, 2019, p. 51).

Fruto dessa vanguarda, ocupando espaços estratégicos e com um direcionamento teórico vinculado à crítica da sociedade burguesa, desaguou em rebatimentos de tentativas que rever a formação profissional e o exercício profissional. Como nas diretrizes curriculares de 1982 e no Código de ética profissional de 1986, apesar de ambos ainda encontrarem dificuldades pelo pouco “[...] acúmulo filosófico que possibilitasse discernir as diferenças na natureza da dimensão ética e da dimensão política” (Abramides, 2019, p. 51), suas elaborações representou um avanço de vinculação do traço de ruptura.

A década dos anos 90 é considerada um grande triunfo para a profissão numa visão crítica — e paradoxalmente ruim pelo avanço do ideário neoliberal na sociabilidade —, pois é nesse período em que tivemos a regulamentação e aprovação dos instrumentos legais, os quais dão sustentação ao projeto ético-político da profissão, são eles: a Lei 8.662 de 1993; o Código de Ética Profissional de 1993; e nas Diretrizes Curriculares componentes da formação profissional em Serviço Social de 1996.

Esses instrumentos legais não são expressões de um grupo de militantes de esquerda profissionais, que acharam por bem criar de acordo com a sua visão de mundo, foram escolhas teóricas — vinculadas a todo processo histórico de amadurecimento profissional que discorremos acima, com participação da categoria nos espaços de deliberação construindo coletivamente — fundamentadas

na teoria do ser social, que tem no trabalho sua categoria fundante, e sustentam a profissão em suas dimensões teleológica e ontológica. A dimensão teleológica da profissão indica sua finalidade social na divisão sociotécnica do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais contraditórios, na relação capital-trabalho [...] A dimensão ontológica pressupõe o horizonte da emancipação humana, que incide na compreensão da necessidade da revolução social para a superação da barbárie capitalista (Abramides, 2019, p. 58).

Vimos chamando de pilastras permanentes, os elementos — leia-se: a universidade espelhada pelo Método BH; a produção do conhecimento com a obra de Lamamoto e Raul; a vinculação às organizações gerais da classe trabalhadora e da categoria — que Netto (2015) e Abramides (2019) apontaram como constituintes na sua forma e conteúdo de ser da intenção de ruptura, os quais depois tenham proporcionado a idealização do PEP. Por compreendermos que, na contemporaneidade, a direção social estratégica sustentada pelo Projeto ético-político — apesar dos desafios e incompatibilidades com as transformações societárias flexionadas pelo neoliberalismo —, ainda continua de pé, por ter essas pilastras fortalecidas ocupando os diversos espaços, como na: academia com a produção do conhecimento crítico; ou pensando a formação crítica e de qualidade na ABEPSS e ENESSO; ou o exercício profissional no conjunto CFESS/CRESS; ou nas entidades sindicais reivindicando melhores condições de trabalho; e ainda nos movimentos sociais reivindicando por políticas sociais e direção de sociedade. Ou seja, da intenção de ruptura até o presente momento, o Serviço Social brasileiro tem resistido e ocupado os espaços estratégicos.

Ademais, os valores que permeiam a forma como o Serviço Social, em conformidade com o Projeto ético-político, direciona o seu trabalho profissional, não são algo que têm por si mesmos expressões endógenas à própria profissão. Pelo contrário, é na condição da existência de projetos societários, os quais vislumbramos construirmos e nos vinculamos, que se abre a possibilidade de que tenhamos a efetivação do projeto de profissão. Netto (2006) afirma que os projetos

societários são a “imagem” de uma “ sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (Netto, 2006, p. 142).

Segundo Netto (2006),

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases da suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (Netto, 2006, p. 144).

Diante das reflexões apresentadas, com a tentativa de evidenciarmos o ventre e nascedouro do PEP, inclusive sua maioria. Faz-se necessário discutirmos a relação desse projeto profissional com a imagem idealizada pelo projeto da reforma sanitária — já que estamos nos propondo em apontar as formas de efetivação do PEP no trabalho do assistente social que atua na saúde —, como projeto societário.

Apesar de não ter havido um grande envolvimento por parte do Serviço Social pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira⁵⁰ (Bravo, 2011), há uma grande convergência no direcionamento de projeto societário que ambos tinham, como: pela democratização e liberdades democráticas; reconhecimento dos sujeitos como pessoas que têm direitos sociais; a concepção de totalidade social para pensar os determinantes da vida social; a superação do capitalismo por uma outra sociabilidade; etc.

Desse modo, Bravo e Matos (2006, p. 206) afirmam que o direcionamento que a Reforma Sanitária tinha e que alguns aspectos foram incorporados pelo SUS, apresentando demandas para o Serviço Social, seguiram-se nas seguintes ordens:

busca de democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso

⁵⁰ Foi um movimento organizado pelos “segmentos populares, estudantes, pesquisadores e profissionais de saúde, que propôs a Reforma Sanitária e a implantação do SUS”. (Paim, 2009) E ainda, segundo os autores Bravo e Matos (2006, p. 203) “os ideais da Reforma Sanitária [...] podem ser resumidos como: a democratização do acesso, a universalidade das ações e a descentralização com controle social. A premissa básica é a compreensão de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.”

democrático às informações e estímulo à participação cidadã (Bravo e Matos, 2006, p. 206).

Pensar a imbricação desses dois projetos no exercício profissional coloca-se como grande desafio, já que os serviços de saúde, ou seja, o SUS, está cada vez mais se distanciando do Projeto da Reforma Sanitária constituindo projetos que vão de encontro aos valores da sociabilidade burguesa. Dessa forma, estão os assistentes sociais, que atuam no campo da saúde, sob esse direcionamento que muito rebate na defesa do seu PEP, além da sua condição de trabalhador assalariado que também impõe dificuldades.

Sobre esse desafio, as autoras Vasconcelos (2002) e Costa (2000) realizam uma investigação em torno de entender as perspectivas profissionais no campo da saúde, no que diz respeito às possibilidades ou às negações de realização de um trabalho vinculado ao PEP. Ainda nessa toada, Vasconcelos (2002, p. 62) aponta que não tem ocorrido um engajamento, por parte dos profissionais, em relação ao PEP, que “essa incorporação vem se dando por meio do seu discurso, mas não está devidamente apropriado”.

Por outro lado, Costa (2000) inquietou-se com o discurso dos assistentes sociais de que não sabiam sua função na saúde, com uma expressão deslegitimadora da profissão. Porém, aponta que esses têm sua legitimação “a partir das contradições fundamentais da política de saúde”, sendo “nas lacunas geradas pela não implantação efetiva do SUS que o profissional de Serviço Social vem sendo demandado a intervir” (Costa, 2000, p. 66).

Coadunamos com o apontamento que Costa (2000) realiza, por compreendermos que os espaços de trabalho são arenas de disputas e direção societária. Que apesar de estarmos inseridos em instituições que nos demandam atividades que muitas vezes reforçam a sociabilidade burguesa, é no desenvolvimento das respostas às demandas que temos a possibilidade, baseada na contradição da profissão, de reforçamos uma prática e visão de mundo ancorada na emancipação humana.

Como já sinalizado, acerca de que em cada conjuntura sócio-histórica há um processo que particulariza o significado dado à profissão. Assim, apesar dos rebatimentos do contexto pandêmico no exercício profissional — onde já apresentamos algumas reflexões anteriormente —, como os(as) assistentes sociais inseridos nesses serviços de saúde da linha de frente, realizaram a materialização

do Projeto ético-político da profissão? Esse questionamento é um dos principais elementos que nortearam e motivaram a realização da nossa investigação, colocando-nos à tarefa de pensar as tendências do fenômeno. A hipótese que esteve na esteira é a de que o “Serviço Social não fugiu à luta” (Soares; Correia; Santos, 2021).

A principal expressão de que o Serviço Social é reconhecida como uma profissão que muito tem a contribuir inserida no trabalho coletivo em saúde, no momento de pandemia, é ressaltada pelas autoras (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 124) ao evidenciarem o aumento de contratação de profissionais.

houve uma pequena expansão de vínculos profissionais de assistentes sociais em serviços de saúde nesse período. De fato, dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) expressam um aumento no ritmo de contratação de assistentes sociais entre dezembro de 2019 (39.441 vínculos) e junho de 2020 (40.911 vínculos), possivelmente relacionado à expansão dos serviços de emergência, internamento e Unidades de Terapia Intensiva (UTI), em decorrência da pandemia (Soares; Correia; Santos, 2021, p. 124).

Evidentemente, como já apontamos, estiveram presentes draconianos desafios no cotidiano de trabalho, até para não cairmos numa harmonização de pensar que o aumento de contratação dos profissionais é algo apenas positivo. Pois, as condições e vínculos de trabalho foram as mais precárias possíveis.

Entretanto, persistimos na defesa de que os(as) assistentes sociais realizaram relevantes contribuições ao serem inseridos nesses serviços de saúde, seja na politização de iniciativas ou nas formas de articulação com o intuito de viabilizar direitos sociais. Pois, pelo acúmulo teórico extenso que trata sobre a sociabilidade, pela forte presença do Conjunto CFESS/CRESS nas rápidas elaboração e publicação de normativas e orientações, pela inserção nos espaços do controle social e organizações da classe trabalhadora etc. há condições para pensarmos nas possibilidades de trabalho e sobretudo de materialização do Projeto ético-político.

Contudo, como já sinalizado anteriormente, com a intensa inserção das TIC's no serviços de saúde pela conjuntura de isolamento causado pela COVID-19, apresenta-se, com novas expressões, e que, com isso, é mais do que necessário que conheçamos as tendências do uso dessas ferramentas e pensemos como esse

profissionais não fugiram à luta. É sobre esse íterim que refletiremos e criaremos inteligibilidade na nossa próxima seção.

4. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS: tendências no campo da saúde em tempos de pandemia

*Quem se pluga em milésimo de segundo
E se conecta ao portal e seus asseclas
Basta apenas tocar numa das teclas que o visor nos transporta a outros mundos
Desde a terra dos solos mais fecundos
Ao espaço onde o vácuo se inicia
Quem formata depois cola, copia e prende o mundo na grade de um disquete
O planeta movido à internet é escravo da tecnologia.
(Os Nonatos)*

Para começar, queremos espelhar algumas breves considerações acerca da nossa epígrafe, que segue acima, por nos dar vazão introdutória sobre a temática da nossa seção, direcionando o paradoxo da forma de ser, que também coadunamos, do uso da tão discutida, aclamada e, muitas vezes demonizada, tecnologia. O trecho faz parte do repente chamado “O Planeta Movido a Internet é Escravo da Tecnologia”, criado pelos poetas nordestinos “Os Nonatos”, lançado no álbum “Desafio Nordeste de Cantadores”, vol. 2, no ano de 2005.

Incorpora-se, à compreensão que norteará as nossas análises, presentes nesta seção, a ideia de que caminha-se pelo reconhecimento da tecnologia como ato transformador da matéria, pela qual homens e mulheres realizam, inerentemente, a sua condição de humanidade. Ao mesmo tempo em que representa, a depender dos processos sociais, econômicos e políticos, ao longo da história, qual a condução será imposta e quem estará à espreita, dando direcionamento e intencionalidade.

Assim, é nesse segmento, pelo qual a tecnologia passará a receber uma super valorização em todos momentos históricos, que encontramos relevância, sobretudo quando ela passa por uma nova recomposição em seus avanços, e que, por isso, incorpora o discurso ideológico, sempre atualizado, da chamada “explosão tecnológica”. Ainda assim, a humanidade também se encarrega de demonizar, numa perspectiva “ludista”, essas tecnologias, e, obviamente, a crítica aos efeitos e como as mesmas são pensadas e utilizadas devem sempre estarem no norte de qualquer discussão sobre essas “ferramentas”.

Dessa forma, concebemos que qualquer generalização a respeito das tecnologias, que não considere os processos do *modus operandi* da sociedade imperante, e as mediações sócio-históricas com a cultura, o meio ambiente, o trabalho e expressões profissionais, podem empobrecer as análises e direcionar para uma visão a-histórica e a-crítica das tecnologias. Por isso, construímos nossa linha de entendimento e análise sobre os rebatimentos dessas tecnologias no âmbito da categoria profissional de Assistentes Sociais, que, atravessada pelo contexto pandêmico, nos revelou “*solos mais profundos*” por vezes intensificados ou potencializados no seu uso.

Destarte, as análises que se darão, por conseguinte, nas subseções 4.1 e 4.2, trataram, sendo a primeira interessada em evidenciar, de: i) o que são essas tecnologias e na contemporaneidade as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação; ii) quais são as principais e mais notórias inflexões para o trabalho, sobretudo o de Assistentes Sociais; e iii) qual relação com o Serviço Social. E, ainda, na segunda subseção temos a intenção de revelar quais foram as tendências do uso das TIC 's pelos Assistentes Sociais que atuam no campo da Saúde, nos tempos da pandemia da COVID-19.

4.1 Mas, o que são as TIC's? Há possibilidades de serem utilizadas como mediadoras do trabalho dos assistentes sociais?

Na contemporaneidade, muito se tem discutido sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC 's), sob diversos parâmetros, o que pode muitas vezes, como já sinalizamos acima, reverberar compreensões superficiais e a-históricas sobre o fenômeno.

Dessa forma, com o intuito de nos distanciarmos dessas discussões, realizamos um caminho nas nossas análises, reconhecendo a historicidade e a materialidade que constitui a forma e o conteúdo da tecnologia. Assim, em resposta ao nosso primeiro questionamento, presente no título da nossa subseção, optamos por iniciar tecendo reflexões em torno das tecnologias e dos meios que viabilizem a concretização da existência das mesmas.

Por sua vez, o debate que reconhece a criticidade como caleidoscópio para enxergar o fenômeno parte da compreensão de que a tecnologia é a manifestação do desdobramento das forças produtivas que compõem a razão de ser da relação

da humanidade e a natureza, geridas pelo trabalho humano. Por isso que qualquer avanço qualitativo, o qual impulse a tecnologia, é fruto do acúmulo de conhecimentos, repetições de atos e expressões de criatividade do trabalho humano, com o qual, a partir das necessidades sociais geradas pelas relações sociais, coloca-se a ineliminável tarefa do desenvolvimento e do acúmulo de criação de novas expressões tecnológicas. Assim,

a tecnologia de cada fase histórica permite a ampliação da capacidade humana de domínio da natureza, com as correlatas elaborações teóricas, apenas até certo ponto. Fica assim traçada a área da expansão do conhecimento e de produção de utensílios, máquinas e objetos possibilitada pela técnica do período em apreço, sempre em evolução mas sem mudar de base. Quando porém a elaboração de projetos criadores que uma fase tecnológica propicia começa a declinar, geralmente porque se esgotaram suas possibilidades de revelação de novos aspectos do universo, a capacidade humana de apreensão da realidade e de invenção de instrumentos de ação, materiais ou teóricos, não estaciona. (Pinto, 2005, p. 68)

Ou seja, pela capacidade criadora do trabalho humano que, ao se deparar com o possível atraso ou esgotamento dos instrumentos de intervenção, sob a sociedade, é que com o acúmulo das experiências e pelos conhecimentos e criações já realizadas serão pensadas e desenvolvidas novas expressões tecnológicas. É sobre essa relação progressiva e evolutiva do ato criador que Pinto (2005, p. 69) enfatiza que “toda época é por definição única e possui a tecnologia a que pode ter acesso”.

As tecnologias são práticas sociomateriais que comunicam modos de existência a partir dos valores contidos em suas arquiteturas e estão inseridos tanto nas interações cotidianas quanto no modo de produção capitalista (Grohmann, 2020, p. 93).

Neste sentido, as novas expressões das tecnologias que vão surgindo representam uma continuidade da base material existente que se realiza através do

incessante avanço e transformação de novas técnicas, instrumentos e máquinas, pelo trabalho humano. Desse modo, qualquer espetacularização ou sensacionalismo, pelo surgimento das novas tecnologias como elementos inauguradores do conteúdo da tecnologia, estará vinculado a uma compressão ideológica que espraia-se com a intencionalidade de abater a compreensão do caráter transformador do ser humano e de vincular um total maravilhamento do real, ou seja, do modelo imperante da sociedade, tal sendo, a capitalista.

É nessa perspectiva que nos “outdoors” da disseminação ideológica da sociabilidade capitalista temos o recorrente uso, para explicar o avanço da tecnologia, do termo “era tecnológica”. Sobre essa terminologia, o autor Pinto (2005, p. 43) assevera que,

o conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas [...] (Pinto, 2005, p. 43).

Esses arsenais, apontados pelo autor, são fruto do endeusamento dos avanços tecnológicos colocando uma fenda nos olhos para perceber os dilemas causados e impulsionados pela forma com que é conduzida o uso social das tecnologias, sobretudo, pela classe dirigente da sociabilidade do capital. Assim, acaba desaguando num desenfreado espraio de visões de mundo sustentados pela nova “era tecnológica” o que distancia qualquer crítica ou organização que tente indicar os erros do capitalismo e a inerente necessidade de superá-lo, pois pensar em destruir uma sociedade na qual tem “explosões tecnológicas” para repensar em outras formas de viver e ser no mundo, é está sob o perigo de retroceder, já que o “capitalismo é tão contemporâneo e avançado”. Quando na verdade o conteúdo do ato criador da tecnologia, como já indicamos acima, é pertencente ao trabalho humano e não ao modo de produção caracterizado numa sociedade.

Partindo dessa razão fundante de entendimento sobre as tecnologias e seu caráter infatigável, e aqui nos referimos do ato de criar, configurar e acumular conhecimentos para novas expressões tecnológicas, o fato de que o direcionamento e intensidade do progresso da tecnologia tenha como mola propulsora a própria

inerência que há na forma de ser do capitalismo, tal sendo o de acumular, explorar e espoliar. Por isso, apresentaremos algumas motivações e caracterizações que dão sustentação à chamada Tecnologia da Informação e Comunicação, expressão tão latente na contemporaneidade do avanço tecnológico.

Como já abordamos na segunda seção do nosso trabalho, o cenário de exacerbação e aligeiramento da “corrida” pelo aprimoramento e progresso das tecnologias tem um sentido. Tal sendo, o de aprofundar e acelerar o processo de acumulação necessária para a perpetuação do capitalismo, do qual, por estar vivenciando sua mais profunda crise estrutural, sobretudo após 2008-2009, onde encontra efeitos de intensificação da reestruturação produtiva, dará direções flexibilizadoras de diversos âmbitos, quais sejam das relações de trabalho, de concepção de estado e da produção.

Endossadas, nessa mesma compressão, Cavalcante & Prêdes (2022, p. 116-117), reforçam que

as invenções tecnológicas compõem a história humana, mas se particularizam nas relações de produção no capitalismo, menos pelo desenvolvimento do conhecimento científico em si e mais por sua cristalização como capital constante, objetivada nas máquinas-ferramentas. Também se particularizam diante das respostas históricas às crises estruturais do capital, já que, a partir da década de 1970, com a reestruturação produtiva, novas tecnologias foram incorporadas ao processo de produção, reprodução, distribuição e consumo. O controle dessas relações, de sua interatividade e de sua celeridade conta com o uso das TIC [...] (Cavalcante & Prêdes, 2022, p. 116-117)

Ademais, vem ocorrendo crescentes alterações nas relações e cenários de trabalho, fruto da introdução das TIC's, mas não só delas, pois as expressões de novas tecnologias vêm sendo criadas pela Inteligência artificial (IA), algoritmos e pela chamada internet das coisas. Dessa forma, a TIC expressa como uma nova técnica que amplifica as inflexões do capitalismo sobre o mundo do trabalho, ainda processa “uma nova fase de subsunção real do trabalho ao capital” (Chaves & Camargo, 2022, p. 21), criando novas modalidades de vínculos de trabalho.

Nesse sentido, Huws (2017, p.290) tem acrescentado no debate sobre o trabalho digital ou cibernético, o qual seria a mediação dos instrumentos e ferramentas advindas das TIC' s, que o novo direcionamento do capital-estado, tal sendo a intensificação da presença do ideário neoliberal do Estado, tem

proporcionado a entrega, de “bandeja”, da riqueza do país e dos serviços oferecidos por ele para a nova lógica, chamada mercadorização dos serviços públicos.

A nova realidade é aquela na qual grandes setores do capital têm, na verdade, interesse em um serviço público ampliado, mas esses serviços têm de ser padronizados e capazes de ser fornecidos por uma força de trabalho complacente e intercambiável, incorporada em uma divisão global de trabalho e sujeita à disciplina do mercado de trabalho global. Isso levanta novas contradições na relação entre o Estado e o Capital (Huws, 2017, p. 290)

Ou seja, há um cenário propício que intensifica o uso das TIC's nos serviços públicos, nos quais encontram-se em largo caminho de privatização, cuja natureza receberá uma simbiose orgânica, na atualidade da sociabilidade do capital, movida pelo neoliberalismo, pois combina ataques aos serviços sociais (terceirização, gerencialismo, desresponsabilização etc) e aos trabalhadores(as) (polivalência, informalidade, intensificação, precarização etc) que atuam nesses espaços sócio-ocupacionais. De fato, esse movimento coaduna-se com um cenário de total mercadorização dos serviços públicos.

Ainda sobre como as TIC's desempenham uma função estratégica na gestão do trabalho, pensando no fortalecimento do capitalismo financeiro, Cezar (2022, p. 107) tem apontado que,

a expansão das TIC viabiliza, inclusive, a denominada indústria 4.0, que corresponde a um novo 'salto tecnológico no mundo produtivo', com a ampliação dos processos automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, colocando toda a logística empresarial 'sob o comando informacional-digital (Cezar, 2022, p. 107).

Por conseguinte, pela abrangência que corresponde ao que seriam esses recursos tecnológicos, que imbricam-se com a informação e comunicação, várias denominações ou reconhecimentos são realizados na tentativa de melhor definir essas novas tecnologias, como: uberização⁵¹, plataformação do trabalho⁵², trabalho digital⁵³, entre outros. Porém, é relevante destacar que, independente da forma de como o trabalho é mediado ou realizado por meio da TIC, é necessário reconhecer o

⁵¹ Antunes (2020).

⁵² Grohmann (2020).

⁵³ Huws (2017);

que constitui o conteúdo dessa tecnologia. As quais, de acordo com Filgueiras (2022, p. 2) estão, diretamente, vinculadas por:

1) contatos on-line entre produtores/provedores e consumidores, trabalhadores e empresas; 2) uso de plataformas para acesso em computador ou em instrumentos móveis de comunicação; 3) uso intensivo de dados digitais para a organização e a gestão dessas atividades; 4) relações completamente instáveis e imprevisíveis para os trabalhadores (Filgueiras, 2022, p. 2)

Precipuamente, o breve panorama, apresentado aqui por nós, sobre as tecnologias e as suas novas expressões, evidenciadas pelas tecnologias da informação e comunicação, tenta caracterizá-las e apontar o que funda o incessante desenvolvimento das mesmas. Por isso, também, realizaremos a seguir breves apontamentos sobre alguns dos principais dilemas vivenciados pelos trabalhadores, incluindo assistentes sociais, na apropriação e imposição do uso dessas tecnologias na sociabilidade do capital, com o propósito de descortinar a cortina de fumaça em torno do endeusamento que recorremetete paira sobre as relações sociais.

No que diz respeito aos ataques ao mundo do trabalho, temos um vasto e organizado cenário de disseminação e introdução das TIC' s, com diversos propósitos. Dentre eles, gostaríamos de destacar e lembrar, para a função norteadora de nossa pesquisa, a intensificação do trabalho que tem o caráter de ampliação da produção, dentro da jornada regular de trabalho, ou seja, acelerando o ritmo de trabalho.

Capitaneada, desse modo, pela disseminação do discurso que cunha a era “tecnológica” como salvadora de todos os problemas da humanidade, ela vem conformando-se como campo fértil para o aumento da superexploração do trabalho, além do aumento do desemprego. Para elucidar, com um pouco mais de robustez, a ideia que aqui pretendemos defender, vejamos o que dizem as vozes que dão sustentação ao nosso pensamento empírico, nesta dissertação:

Com efeito, observa-se que a partir da década de 1990, a administração pública vem se adaptando às novas ferramentas tecnológicas e processo de trabalho mediados por elas, entendidos como mecanismos importantes para dar agilidade e transparência no atendimento da população usuária desses serviços. Tais avanços proporcionados pelas TIC's imprimem significativas mudanças nos contextos ocupacionais, incluindo os espaços de atuação do Serviço Social, introduzindo novos ritmos e racionalização do tempo, provendo

maior controle sobre as ações dos trabalhadores e novas formas de mensuração do trabalho, assim como vêm estimulando o aumento da produtividade mediante o estabelecimento de metas institucionais (Valentim e Paz, 2022, pág. 116).

Também, tem havido um processo de distanciamento, individualização e competição, ainda mais intenso, entre os trabalhadores banhados no uso das TIC's, como é o caso dos que utilizam as plataformas digitais. Pois, por serem reconhecidos e nomeados como trabalhadores autônomos ou empreendedores, em vez de empregados e trabalhadores, há uma dificuldade no reconhecimento de que, na verdade, esse trabalho deve ser constituído e expressar uma das mais profundas precarização do trabalho, na qual a organização coletiva e a desproteção social é a tonicidade dada.

Ademais, sobre esse ponto fulcral, Filgueiras & Antunes (2020, p. 64) asseveram que

os assim chamados aplicativos (ou apps) e plataformas digitais impõem aos/às trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomos/as, sendo que são remunerados por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica de gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade) (Filgueiras & Antunes, 2020, p.64).

Obviamente que a gestão do trabalho, direcionada para mascarar o controle sob a força de trabalho, é reconhecida como peça fundamental de sustentação da lógica capitalista, porém, a forma como ela se dá requer uma atenção para evidenciar a sua atualidade estratégica. Mas, com a utilização das TIC 's, viabilizadas pelas plataformas e aplicativos, o método utilizado pelos donos das empresas “[...] vem potencializando e aprofundando exponencialmente esse processo” (Filgueiras & Antunes, 2020, p. 60).

Desse modo, corroborando com esse aprofundamento e intensificação do controle sob o trabalho, a autora Cesar (2022, p. 110) defende que

as TIC associadas à nova racionalidade administrativa, portanto, permitem à empresa imprimir maior controle sobre a força de trabalho, conjugando mecanismos coercitivos e persuasivos. A coerção ocorre através das pressões exercidas sobre o desempenho no trabalho,

cujas expectativas não correspondidas prejudicam o profissional podendo, inclusive, levar à sua demissão. A persuasão é estabelecida pelas estratégias de reconhecimento e recompensa, valorizando o desempenho, as competências e o comprometimento com as metas (Cesar, 2022, p.110).

Ou seja, o trabalho, mediado pelas TIC's, proporciona novas maneiras do capitalismo espriar o seu controle e vigilância dos resultados do trabalho, assim como, exacerba-se a cobrança sobre a produtividade e metas a serem alcançadas. Dessa forma, espaço sócio ocupacional do(a) assistente social, em meio a uma crise sanitária, que impõe diversas restrições e mudanças de rotinas, intensifica a presença das TIC 's na mediação da realização do seu trabalho.

Por sua vez, um outro elemento de inflexão das TIC' s, sobre o uso no cotidiano de trabalho nos serviços sociais, que atende as demandas vinculadas às necessidades sociais dos sujeitos, é o fato do não acesso a essas tecnologias, o que pode ser um impedimento para a viabilização dos direitos sociais. Ora, segundo Raichelis (2021), há um agravante que devemos considerar no uso dessas ferramentas remotas-digitais: o fato de parte da população não ter acesso à tecnologia (smartphones ou computadores), demandada pelas políticas públicas, e à internet. Esse elemento firma-se como mais um empecilho para o acesso dos usuários aos serviços sociais.

Para além dessas considerações em torno de ter acesso às TIC' s para acessar os direitos sociais nos serviços sociais, há uma discussão espriada na sociedade em geral que calca-se no fato de que as pessoas, cujo acesso a essas tecnologias digitais é inexistente, seriam excluídas digitalmente. Na verdade, trata-se de expressões da desigualdade social que impedem que as classes subalternas tenham acesso à riqueza socialmente produzida, na qual estão os recursos tecnológicos (Velo, 2011). Vejamos:

A desigualdade não é produzida pela 'divisão digital'. Ela lhe é anterior. A desigualdade previamente existente que realmente interessa é a propriedade privada dos meios de produção a verdadeira condição que torna possível o aumento simultâneo da pobreza e da riqueza, ocasionando o desenvolvimento desigual que tem como uma de suas expressões o que é chamado de 'divisão digital'. (Velo, 2011, p. 104)

Uma expressão que desmascarou o lastro da exacerbada desigualdade social no Brasil, em relação a não ter acesso às TIC's como um bem necessário, foi o período da pandemia, no qual esse fator ficou totalmente exposto. Quando o governo brasileiro, de forma tardia, criou um aplicativo para viabilizar o cadastro e concessão do Auxílio Emergencial, e que milhares de pessoas não tinham condições objetivas de acessar a tecnologia, para poder acessar um valor que propiciava subsistência em pleno contexto pandêmico, viu-se que a classe vivenciou um momento de desespero e de negação total dos direitos sociais. Por esse motivo é que há a grande necessidade de que, ao pensar esse tipo de mecanismo tecnológico-digital para acessar direitos, considere-se sempre o fato das classes subalternas também terem a necessidade de ter ou adquirir a própria tecnologia.

E um outro dilema que permeia a discussão, é a fetichização da tecnologia como instrumento de trabalho que tem a salvação ou é detentora da solução absoluta no que diz respeito à mediação da realização do trabalho. Como que sem ela as relações fossem impossíveis de acontecer.

As TIC 's, por se constituírem como ferramentas-instrumentos-técnicos, que podem ser utilizadas na mediação do trabalho de assistentes sociais, não podem se tornar auto-suficientes como se apenas o uso já estabelecesse a essência da atividade profissional. Sobre essa inflexão, Guerra (2014, p. 230) adverte que

ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial. O fetiche, enquanto 'escopo do mundo moderno', também penetra as representações e autorrepresentações dos assistentes sociais sobre os elementos que mediatizam a sua intervenção (Guerra, 2014, p. 230).

Sobre essa implicação posta, Veloso (2010) com relação ao uso das tecnologias pelos(as) assistentes sociais, refere-se à preocupação de que essas ferramentas podem levá-los a cair na subordinação da racionalidade instrumental, que tem como intencionalidade o imediatismo e o aparente, sem nenhuma reflexão crítica e conhecimento da essência das demandas, presentes nas instituições onde inserem-se os profissionais. Dessa forma,

faz-se necessário uma concepção de instrumentalidade que aponte para a importância dos instrumentos de trabalho não a partir deles mesmos ou da vontade exclusiva do(a) profissional que os utiliza, mas a partir do estabelecimento das finalidades a serem alcançadas e da definição dos melhores meios a serem empregados (Veloso, 2010, p. 525).

Com relação a temática que despertou o interesse da nossa investigação, e que agora está sistematizada aqui, gostaríamos de enfatizar, no que diz respeito a esse debate no Serviço Social brasileiro, que apesar de termos um vasto acúmulo que discute o trabalho e suas alterações, instrumentalidade da profissão, os processos de trabalho, enfim, a discussão de maior conhecimento entre a categoria, que versa sobre a tecnologia da informação e o Serviço Social, é do Professor Doutor e Assistente Social Renato Veloso, a qual é fruto dos resultados da sua tese intitulada “Tecnologia da informação: contribuição importante para o exercício profissional?” que posteriormente foi publicada em livro intitulado “Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho”, ao qual, inclusive, recorreremos por coadunamos com suas análises sobre o fenômeno abordado.

Realizado esse percurso de reflexões e análises acerca das tecnologias e, sobretudo, das TIC's, queremos finalizar essa nossa subseção, apresentando um pouco do que defendemos no que diz respeito ao caráter contraditório do uso das tecnologias como um todo. Acima de tudo, a tecnologia tem se constituído como espaço de apropriações diversas, seja no sentido de realizar a utilização para dominação ideológica ou manutenção da acumulação do capital, e isso é notório porque essa utilização tem sido hegemônica, nos termos de Gramsci⁵⁴, ou como utilizada na construção de práticas-democráticas que vislumbrem uma outra sociedade onde não haja dominação e nem exploração.

Nesse sentido, Pinto (2005) tem defendido que exista uma heterogeneidade no sentido da apropriação das tecnologias para uso social a depender da vinculação de interesses, sejam elas “conservadoras ou revolucionárias”. Ou seja,

[...]o problema não está na tecnologia em si, mas no uso social que se faz dela. Este entendimento considera a incidência de um

⁵⁴ O sardo-marxista italiano afirma que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1999, p. 399). Desse modo, a hegemonia perfaz-se entre pujança e consentimento, caracterizando-se como pilar importantíssimo no processo de legitimação de classe, através da realização de perspectivas de visão de mundo, com crenças, valores éticos e morais, para se firmarem no senso comum.

determinado padrão de organização das relações sociais que absorve as inovações tecnológicas no sentido de alcançar as finalidades e projetos hegemônicos neste tipo de sociedade (Veloso, 2011, p. 43)

Todavia, nesse uso social, que se constrói a depender da relação de disputa na luta de classe, tem-se um processo de constituição não apenas da tecnologia, mas é um elemento inerente da sociedade capitalista, o seu caráter contraditório. Ou seja, como abordamos acima, há uma hegemonia enrijecida, mas não inquebrável, da condução de todos os determinantes da vida social, em detrimento das necessidades da classe subalterna. Cabe a classe revolucionária, tal sendo, a subalterna, se incumbir de disseminar uma contra-hegemonia, para resistir às formas de ser da exploração e dominação de classe (Duriguetto, 2014), inclusive no uso das TIC 's, empreendendo ações que tenham uma intencionalidade emancipatória.

Nessa trilha de compreender as inflexões dessas tecnologias no âmbito do trabalho profissional, Galdino (2020) também tem defendido, em uma live intitulada “Serviço social e o trabalho com tecnologias da informação”, realizada no seu canal “Serviço Social para Concursos”, vinculados na plataforma digital do YouTube, que a existência de vantagens (contraditoriamente) e desvantagens (uso social realizado pelo capital). Sendo as:

DESVANTAGENS: - perda e/ou comprometimento do sigilo; - duplo trabalho; - maior controle de força de trabalho-hora o que é feito e como, determina o ritmo; - como deve ser seguido o trabalho; - trabalho em forma de script. VANTAGENS: - acelera e agiliza alguns trabalho otimizando o tempo; - facilita a comunicação interna da equipe; - permite integração intersetorial; contribui para o meio ambiente (Galdino, 2020).

Sobre esse aspecto, integrante da construção de uma contra-hegemonia, para discutir a direção do uso social das TIC 's, só são possíveis, por haver uma potencialidade contraditória da tecnologia, como assevera Veloso (2011, p. 57)

a reflexão sobre o potencial contraditório desta tecnologia deve dar-se no quadro das próprias relações sociais capitalistas, sua essência detém uma articulação contraditória e indissolúvel com as formas sociais por meio das quais se expressam. é neste contexto que reside a base tanto para a análise do papel das inovações tecnológicas na atualidade quanto para a formação de modos alternativos de apropriação crítica de tais inovações (Veloso, 2011, p. 57).

Entretanto, em tempos de pandemia, alguns aspectos em volta do uso das ferramentas tecnológicas, na área da saúde, que eram pontuais e tímidas, tornam-se frequentes pela exigência de manter o distanciamento social e das mudanças dos protocolos e fluxos de atendimento nos serviços de saúde, disseminadas como “novo normal”. Mas, sabemos que o uso das Tecnologias-Informacionais-Comunicacionais não surgiu com a pandemia e que vem se firmando desde o ordenamento da reestruturação produtiva delineada pela flexibilidade do trabalho.

Assim, após percorrermos sobre as tecnologias, e principalmente o seu acúmulo e nova expressão determinada pelas tecnologias da informação e da comunicação, pensando suas inflexões e o seu caráter contraditório, daremos continuidade a seguir na próxima subseção para abordarmos e analisarmos as principais propensões do uso dessas tecnologias no trabalho do assistente social que atua na saúde no cenário do novo coronavírus.

4.2 Tendências do uso das TIC 'S no trabalho profissional de Assistentes Sociais no campo da saúde em tempos de pandemia.

Antes de mais nada, gostaríamos de reiterar a vinculação e compressão que temos sobre os dilemas que constituem várias partes das formas de ser da tecnologia, no amálgama da sociabilidade capitalista, conforme apontamos no decorrer do nosso trabalho. A nossa preocupação em retornar a essa sinalização é para nos distanciarmos de qualquer fetichismo, endeusamento ou messianismo relacionadas às TIC' s, porém, a escolha analítica e também problematizadora como expressão da nossa questão de pesquisa é a de evidenciar a contradição do uso dessas ferramentas num cenário complexo da pandemia do novo coronavírus, dando direcionamento ao uso social de forma contra-hegemônica.

Diante disso, com a total exposição da contradição do uso social das TIC' s, o Conselho Federal de Serviço Social (2020) colocou o entendimento, em relação à matéria, de que, levando em consideração as repercussões intensificadas nos processos de trabalho do assistente social, mas não só dessa profissão, é mais do que importante que procuremos mergulhar na realidade real concreta das

experiências do uso dessas tecnologias para melhor entendermos, problematizamos e damos direção social estratégica, que beneficie os usuários e usuárias que atendemos nos diversos serviços sociais.

À vista disso, a utilização dessas ferramentas remotas-tecnológicas-digitais deve estar posta como mediação que integra os instrumentais do trabalho dos(as) assistentes sociais, possibilitando-os, contraditoriamente, atingirem as finalidades constituintes do projeto de profissão hegemônico.

Como defende Raichelis (2021, p. 147),

[...] embora o capital se aproprie hegemonicamente das tecnologias digitais para ampliar os níveis de produtividade e de superexploração do trabalho, é preciso adotar estratégias para tensionar e utilizar essas tecnologias na perspectiva contra-hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional (Raichelis, 2021, p. 147).

Reforçando o caráter contraditório e as possibilidades de uso, Veloso (2011, p. 58), afirma que:

Estas novas tecnologias podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, a depender do movimento das forças sociais em disputa. Em outros termos, a influência que a TI pode exercer no campo econômico, político e social depende da sua concretização como instrumento que pode vir a reforçar ou não a lógica da acumulação capitalista (Veloso, 2011, p. 58).

Apesar de haver possibilidade no uso social das TIC's, com direcionamento contra-hegemônico, constituindo-se como uma contradição do movimento real do capitalismo, empreendidas através das mediações realizadas no trabalho profissional, não podemos cair na fetichização (Guerra, 1995) dessas ferramentas. Ou seja, elevando o seu uso como uma solução messiânica para os dilemas presentes no cotidiano dos(as) profissionais e das instituições, pois se trata de possibilidades de mudanças significativas e de conformação do projeto de profissão.

Entretanto, a pandemia evidenciou um conjunto de novas situações no cotidiano do trabalho profissional do assistente social, o que aponta a necessidade de capturar esses fenômenos no movimento concreto do real. Como assevera

lamamoto (2015), faz-se necessário investir em pesquisas que privilegiam as especificidades do trabalho do assistente social.

Todavia, reconhecendo a necessidade e a importância de ampliarmos o horizonte das discussões analíticas sobre esse fenômeno que temos discorrido é que nos colocamos com o caleidoscópio da criticidade para pensar essas tendências que se colocaram tão evidentes no período pandêmico. Conforme, o detalhamento que realizamos na nossa primeira seção acerca da metodologia desenvolvida no ato de descortinar o real, apontaremos de agora em diante algumas das principais evidências as quais consideramos terem se concretizado como tendência.

Partindo do pressuposto de que temos defendido a notória presença das TIC's no trabalho do assistente social, sobretudo no campo da área de saúde, serviço esse que esteve na linha de frente da pandemia, como já discutimos anteriormente, esteve na espreita de um das nossas hipóteses, com o intuito de entender se havia uma incorporação ou apenas um adensamento do uso dessas ferramentas-tecnológicas.

QUADRO 1 - Adensamento do uso das TIC 's no cotidiano profissional de assistentes sociais.

ELOCUÇÕES	TÍTULO DO VÍDEO
<i>"Também realizaram o trabalho por contato telefônico..."</i>	O Serviço Social e o Combate à COVID-19 na Saúde na UERJ // Serviço Social na Pandemia #32.
<i>"O que mudou foi a intensificação das TIC 'S para a realização mediação do trabalho..."</i>	Serviço Social na saúde e intersetorialidade na seguridade social em tempos de Covid-19.
<i>"Houve uma intensificação das ferramentas remotas para evitar que houvesse descontinuidade das atividades, penso que deve ser de caráter excepcional..."</i>	LIVE Requisições institucionais X Atribuições profissionais em tempos de pandemia.
<i>"A pandemia veio para potencializar que já eram usadas..."</i>	Assistentes Sociais e o Processo de Trabalho no SUS Frente à Pandemia.

FONTE: elaboração própria.

Após analisarmos, percebe-se, pelas falas apresentadas no Quadro 1, que, nas vivências profissionais diante da pandemia, em muitos serviços de saúde já eram utilizadas diversas formas das TIC's como ferramentas mediadoras do trabalho: o uso do celular para diversas funções (contato telefônico e uso de apps

como o whatsapp), de sistemas de informação (como o prontuário eletrônico) e o envio de e-mail, etc. Porém, o que se mostrou extremamente inédito foi a quase que imprescindibilidade de utilização dessas ferramentas para a realização do trabalho, fato que se confirma nas falas de que houve uma intensificação ou potencialização da presença das TIC' s.

No que diz respeito ao ineditismo de que, em algumas instituições, de fato, se constituiu como um fenômeno novo, esteve no nosso crivo para a percepção de sinalizações nas falas dos profissionais, que evidenciaram uma incorporação inauguradora do uso das TIC' s e da forma de sua utilização, como apresenta-se logo abaixo no Quadro 2.

Quadro 2 - Incorporação de novas requisições no uso das TIC' s.

ELOCUÇÕES	TÍTULO DO VÍDEO
<p><i>“ Televisitas foi colocada como forma amenizar a tensão que havia tanto dos internos com preocupação, como pelos familiares. Não são atribuições específicas do Serviço Social, mas vem sendo requisitadas...”</i></p> <p><i>“ Teleatendimento (médicos) com acesso ao prontuário eletrônico os assistentes sociais atualizam os dados e confirmar se realmente são dos familiares, e os médicos ligam (uma das melhores estratégias utilizadas para garantir a Comunicação)...”</i></p>	<p>Prática do/a Assistente Social na saúde em tempos de pandemia.</p>
<p><i>“ Teleatendimento como uma possibilidade não só do Serviço Social, mas de todos os profissionais. Não Considerar um contato telefônico um teleatendimento...”</i></p>	<p>Reflexões sobre o Serviço Social na área da Saúde frente à Pandemia COVID-19.</p>
<p><i>“Orientação do trabalho remoto, organizaram um tele-atendimento presencial, a cada dia um profissional ficava de referência em contato direto com quem estava no presencial, faziam acompanhamento de casos mais complexos. Articulação boa entre o remoto e o presencial. Disponibilizaram contatos telefônicos para o atendimento..”</i></p>	<p>O Serviço Social e o Combate à COVID-19 na Saúde na UERJ // Serviço Social na Pandemia #32.</p>
<p><i>“ Todo trabalho passou a ser remoto, criaram grupos de whatsapp para manter contato com os idosos...”</i></p>	<p>Serviço Social e a defesa do Direito à Vida da População Idosa na Covid-19.</p>

<p><i>“ Visita digital-televisita-fazendo a mediação, atendimento de acolhimento por telefone...”</i></p>	<p>Atuação do Serviço Social em Hospitais de Campanha.</p>
<p><i>“ Realizaram atendimento por telefone com os familiares dos usuários e usuárias para aqueles que não podia ser presencial...”</i></p>	<p>Serviço Social na política de saúde mental: desafios e estratégias em tempos da Covid-19.</p>
<p><i>“ Discutiram em equipe para pensar o trabalho no formato remoto, por telefone...”</i> <i>“ O desafio do teleatendimento e sua inserção porque não havia essa prática antes...”</i> <i>“ Visitas virtuais (com alguns recebendo)...”</i></p>	<p>Assistentes Sociais na linha de frente à Covid-19.</p>
<p><i>“ É preciso nos incluir no processo de planejamento da redireção do trabalho, inclusive pensando, quais trabalhos podemos realizar, remotamente, utilizar maneiras institucionais...”</i></p>	<p>A atual conjuntura e a atuação profissional dos/as assistentes sociais em tempo de pandemia.</p>
<p><i>“ Central de atendimento aos familiares onde vários profissionais que faziam o contato telefônico...”</i></p>	<p>LIVE Requisições institucionais X Atribuições profissionais em tempos de pandemia.</p>
<p><i>“ Entrar em contato com a família e repassar os contatos dos familiares, contato de qualidade...”</i> <i>“ Faz a teleconferência ou telechamada agendada, realizando várias intervenções...”</i></p>	<p>O Trabalho do/a Assistente Social no Hospital de Campanha #PraFalarDeLei.</p>
<p><i>“ Estratégia de acompanhamento por via das ferramentas tecnológicas: telefone, whatsapp, zoom, google meet, era pactuação...”</i></p>	<p>Atuação do Serviço Social com Mulheres, População LGBT e População Negra.</p>
<p><i>“ Televisita...teleatendimento mais com estratégia e elaborando um protocolo...”</i></p>	<p>Crise e Pandemia: o trabalho das/os Assistentes Sociais na Política de Saúde.</p>
<p><i>“ Priorizaram o uso de telefone, os teleatendimentos, para evitar a presença física; viabilização do processo de informação para o paciente e seus familiares...”</i></p>	<p>Assistentes Sociais e o Processo de Trabalho no SUS Frente à Pandemia.</p>
<p><i>“ O serviço social organizou-se para realizar o atendimento todo por telefone (organizando o melhor horário para dialogar com a família instituindo 3 pessoas de referência)...”</i></p>	<p>Interiorização da Covid-19 e desafios ao Serviço Social na Saúde.</p>

FONTE: elaboração própria.

Sem dúvida, no Quadro 2 acima fica perceptível que a expressão que confirma esse ineditismo de incorporação das TIC's como ferramentas mediadoras para realização do trabalho está apresentada em duas ações que se repetem muito: i) O uso para intermediação da Televisita/visita virtual; e ii) O uso para realização do teleatendimento/trabalho remoto.

A tele-visita foi bastante utilizada, pois como o contexto não permitia que houvesse o acompanhamento e a ocorrência de visitas, em detrimento do risco de contaminação, e também porque havia uma necessidade dupla tanto para que acontecesse o encontro com o familiar, como o sentimento de angústia, ansiedade e medo do usuários internados, que por estarem sozinhos e querendo conversar com alguém do seu meio, precisavam de um outro para lhes passar uma maior tranquilidade; e do outro lado, estavam os familiares e amigos que distante dos cuidados não podiam acompanhar de perto a internação do ente querido.

Assim, sabendo da importância que foi a concretização das tele-visitas, é de comum entendimento que mediar, para que a tele-visita ocorresse, não era uma atribuição do Serviço Social, mas, como vimos nas elocuições do Quadro 2 houve uma grande demanda de requisição para que o Serviço Social realizasse a mediação, encaminhando para o momento da tele-visita. Porém, percebe-se, também, nas afirmações das profissionais, que a participação, apesar de não ser algo específico, que apenas o Assistente Social podia fazer, mas como havia essa extrema necessidade para garantia de direitos, contribuíram de alguma forma, seja na preparação anterior do momento da tele-visita (no contato telefônico com os familiares para confirmar os dados, a forma como seria realizada, dia e horário), seja no momento em que pôs em contato paciente e familiares.

Um outro elemento que aparece com frequência, e que demarca essa incorporação na forma de realização do trabalho, foi o direcionamento para que ocorresse um teleatendimento/trabalho remoto com expressões de serem duas coisas diferentes no que diz respeito à forma de uso da TIC. O teleatendimento é caracterizado pelo trabalho realizado nos espaços de trabalho, ou seja, nos serviços de saúde, entrando em contato a partir do aparelho de telefone, sendo o mais usado, para dialogar com familiares sobre diversas demandas que correspondem a área de interesse do Serviço Social. Já o trabalho remoto, realizado fora do estabelecimento do serviço de saúde, em qualquer lugar, sendo realizado principalmente de casa, ocorreu com a intenção de que profissionais que estivessem

dentro do perfil de risco (doenças crônicas, idade, responsável pelos cuidados de crianças, pessoas idosas e pdcs) pudessem ter a concretização da sua atuação profissional a partir das limitações colocadas pelo contexto, em que ficavam com vinculação aos demais profissionais que estavam nas unidades de saúde. Nessa atividade, o uso de computadores e smartphones, sistema de informação, etc., foram largamente utilizados.

Quadro 3 - Expressão da Incorporação nas ações socioprofissionais

ELOCUÇÕES	TÍTULO DO VÍDEO
<i>" As TIC 's foram essenciais para manter o diálogo com os diversos setores; Planilha de acompanhamento; Reuniões Semanais e Quinzenais."</i>	O Serviço Social e o Combate à COVID-19 na Saúde na UERJ // Serviço Social na Pandemia #32.
<i>"Grande uso das tecnologias no período pandêmico por não conseguir realizar as atividades no modo presencial (mediação tecnológica)..."</i>	As Tecnologias da Informação e o Isolamento Social // Serviço Social na Pandemia #07.
<i>" Instrumentais bem definidos: com o uso das tecnologias, vendo a realidade macro das condições..."</i>	O Trabalho do/a Assistente Social em Hospital Pediátrico em Tempos de Pandemia #PraFalarDeLei.
<i>"O sistema de saúde teve que se adaptar; Reuniões de equipe pelo whatsapp (on-line); Reuniões quinzenais pelas tecnologias para alinhar o trabalho profissional e a articulação era feita pelo whatsapp..."</i>	Atuação do Serviço Social em Hospitais de Campanha.
<i>" Reunião de equipe online para planejar de como seriam os novos fluxos diante da pandemia..."</i>	Serviço Social na política de saúde mental: desafios e estratégias em tempos da Covid-19.
<i>" Acompanhamento por telefone, ligando para os idosos para saber como estão; Aplicação de questionários de forma ampliada, relacionado ao acompanhamento das pessoas acometidas pela COVID-19..."</i>	Serviço Social na Atenção Primária: Desafios do Enfrentamento a COVID-19 nos territórios.
<i>" Criaram um banco de dados para pesquisas futuras; articulação externas com os projetos de extensão..."</i>	Seminário nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à Covid-19 (segundo dia - manhã).
<i>" Teve que se reinventar, utilizar das ferramentas digitais para prestar o atendimento, mas também para fazer o nosso trabalho externo, divulgação dos serviços em outros lugares..."</i>	Atuação do Serviço Social com Mulheres, População LGBT e População Negra.

<i>" Utilizaram muito o whatsapp (largava e nunca largava do plantão)..."</i>	Serviço Social e a defesa do Direito à Vida da População Idosa na Covid-19.
<i>" Unidos contra covid-19 o grupo dos Assistente sociais para debates e articulações..."</i>	Atuação do Serviço Social em Hospitais de Campanha.

FONTE: elaboração própria.

As elocuições presentes e expostas no Quadro 3, ainda, nos trazem apontamentos sobre o caráter incorporador das TIC's nos processos de trabalho profissional do Serviço Social o qual atua na saúde. Ele se diferencia das incorporações do Quadro 2, pois, aqui, são práticas profissionais que já eram realizadas pelo Serviço Social, porém não necessariamente ou imprescindivelmente através das ferramentas-tecnológicas.

Essas incorporações estão relacionadas às diversas necessidades do trabalho coletivo do Serviço Social, tais como: na realização das reuniões de equipe do setor ou de todo o serviço de saúde, mediada pelas plataformas digitais (google meet, zoom, Skype, etc.); nas formas de acompanhamento e/ou monitoramento dos usuários através de grupos de Whatsapp e também na criação de planilhas e questionários online; na criação de banco de dados online para agrupar materiais orientativos do trabalho; etc.

Desse modo, as expressões presentes nas falas dos profissionais direcionam-nos para confirmação de umas das nossas hipóteses sobre o questionamento de ter havido incorporação ou adensamento das TIC' s e, assim, como já nos aponta para uma tendência do trabalho dos assistentes sociais que atuavam na saúde no período de pandemia do novo coronavírus. Por isso, evidenciando que foi uma realidade posta, a presença feroz dessas ferramentas-tecnológicas, onde percebe-se uma relevância para a potencialização e realização do trabalho profissional.

No entanto, não é perceptível que os profissionais tenham refletido sobre os dilemas do uso da TIC, pois, de fato, se constituiu uma potencial estratégia no desenvolvimento do trabalho, mas "[...] depende da existência de determinadas condições que a efetivem" (Velo, 2011, p. 113). Ou seja, é necessário que se tenha as condições objetivas (os aparelhos, sistemas e equipamentos) e subjetivas (formações instrucionais para o manejo das ferramentas), para que se tenha efetivação do trabalho potencial do uso das TIC's.

Ainda sobre os elementos que devem ser considerados no uso das TIC's, a autora Cesar (2022), sinaliza que

a introdução das TIC no trabalho do assistente social, sem dúvida, possibilita uma melhoria do seu fluxo, tendo em vista que há um repasse de informações e uma comunicação mais direta e imediata, que simplifica a realização de determinadas atividades e facilita a busca de soluções para os problemas apresentados, enfim, que agiliza o trabalho, tornando-o mais rápido. Porém, se, por um lado, os programas e máquinas inteligentes viabilizam a circulação veloz da informação, somando um ganho de tempo e uma subtração de atividades, as pressões subjacentes a esses processos produzem uma maior intensificação do ritmo de trabalho (César, 2022, p.110).

Precipuamente, compreender se a utilização das TIC's, como instrumentos mediadores do trabalho profissional, constituiu-se como espaço estratégico para os valores e princípios alinhados ao Projeto-Ético-Político, decerto, é uma hipótese que norteou o interesse da nossa investigação. Dessa forma, passaremos a analisar no Quadro 4, tentando perceber se, nas ações e práticas desenvolvidas, há expressões da potencialidade de defender a direção social estratégica dos projetos societários e profissionais aos quais nos vinculamos.

Quadro 4 - Expressões de práticas do uso da TIC direcionadas na defesa do Projeto-ético-político profissional do Serviço Social.

ELOCUÇÕES	TÍTULO DO VÍDEO
<i>“ Participa o assistente social do processo da vídeo chamada, com um tablet da própria instituição. Pois acha que é uma forma de democratização do acesso a essas famílias...”</i>	Prática do/a Assistente Social na saúde em tempos de pandemia.
<i>“ A gente precisa sim se apropriar de outras formas de garantir a informação ao usuário, seja uma ligação telefônica, seja a disponibilização de um material informativo por e-mail, por uma rede social, agente consegue cumprir com nossa atribuição de divulgar informações...”</i>	Reflexões sobre o Serviço Social na área da Saúde frente à Pandemia COVID-19.

<p><i>“ Experiências de grupos de saúde mental no Piauí pela via das tecnologias e tem sido bastante positivo esse contato/monitoramento das situações; Grupos de ajudas no whatsapp que tem sortido uma grande importância com os usuários que têm transtorno mental e o ideal é trazer a família também para esses espaços...”</i></p>	<p>Pandemia: desafiando compromissos profissionais da/o Assistente Social e a saúde mental.</p>
<p><i>“ Vários grupos de whatsapp para melhorar o diálogo, reconhecem como estratégia para garantir o trabalho...”</i> <i>“ Projeto de Questão Social em foto, desenvolvido no período de enfrentamento da pandemia da Covid-19 e quem foram os profissionais que estavam na linha de frente...”</i></p>	<p>O Serviço Social e o Combate à COVID-19 na Saúde na UERJ // Serviço Social na Pandemia #32.</p>
<p><i>“ As lives tem sido a forma que nos garante ter acesso a espaços culturais, sociais, sindicais e acadêmicos, como forma de dar continuidade às atividades (de forma intensa)...”</i></p>	<p>As Tecnologias da Informação e o Isolamento Social // Serviço Social na Pandemia #07.</p>
<p><i>“ Reinventar com o teletrabalho e o monitoramento, foi algo positivo para tentar minimamente conectar as pessoas e informar os seus direitos...”</i> <i>“ Reunião do controle social itinerante tem sempre mais pessoas do que o presencial...”</i></p>	<p>Live: Serviço Social e Controle Social na Política de Saúde no contexto da Pandemia.</p>
<p><i>“ Criaram um whatsapp com grupos de pessoas idosas com mais de 90 grupos e um grupo com a Frente Nacional de fortalecimento das LPI 's...”</i> <i>“ Como acompanhar remotamente essas pessoas, pela alta quantidade de pessoas? (Não fazia parte da rotina) criaram um formulário para acompanhamento...”</i> <i>“ Os projetos estão virtualizados, nem tudo foi ruim com a virtualização, conseguiram abranger o acesso de mais pessoas idosas aos projetos/grupos...”</i></p>	<p>Serviço Social e a defesa do Direito à Vida da População Idosa na Covid-19.</p>
<p><i>“ Estão realizando um trabalho utilizando os recursos das mídias-sociais, com o celular e às vezes fazendo chamada de vídeo, contato com a ESF numa articulação; Orientando por telefone com educação em saúde e os direitos sociais...”</i></p>	<p>Serviço Social na política de saúde mental: desafios e estratégias em tempos da Covid-19.</p>

<p><i>“ Telemonitoramento, tanto o usuário que era da unidade para ver como ele se encontra. Utilizar os canais de comunicação para poder está mantendo a relação e atenção a população, mantendo o vínculo. Com relação às rádios comunitárias, discussão de educação em saúde...”</i></p>	<p>Serviço Social na Atenção Primária: Desafios do Enfrentamento a COVID-19 nos territórios.</p>
<p><i>“ Todas as lives eram momentos de grande oportunidade de difusão dos conhecimentos que estavam sendo construídos e reconstruídos em muitos aspectos da prática do serviço social...”</i></p>	<p>Seminário nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à Covid-19 (segundo dia - tarde).</p>
<p><i>“ Mediação através do telefone para garantir a alta social de uma mulher puérpera...”</i></p>	<p>Seminário nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à Covid-19 (segundo dia - manhã).</p>
<p><i>“ Criaram uma diretriz do atendimento que era presencial e passou a ser por telefone; criaram um boletim psicossocial para os psicólogos e assistentes sociais também informar aos familiares...”</i> <i>“ Contato telefônico com os familiares, para entender quais são as necessidades que as pessoas tem, falar sobre direitos sociais...”</i></p>	<p>O trabalho da/o assistente social em tempos de pandemia Covid-19.</p>
<p><i>“ Avalia como revolucionário a criação de um grupo de whatsapp de assistentes sociais na pandemia, trocando as experiências de forma horizontal...”</i> <i>“ A live proporciona uma formação continuada, ou seja, porque socializa experiências que contribuem para a formação. Se a gente for pensar o quanto que as plataformas tem um aspecto bom, que consegue aproximar e compartilhar para vários profissionais...”</i></p>	<p>LIVE Requisições institucionais X Atribuições profissionais em tempos de pandemia.</p>
<p><i>“ No momento imediato é transformar o uso das TIC 's em condições de melhorias para a classe trabalhadora.</i></p>	<p>Debate virtual - Tic: novas tecnologias para a velha exploração do trabalho.</p>
<p><i>“ O uso das TICs tem sido importante pelas experiências dos grupos de pesquisa.</i></p>	<p>Pandemia, crise sanitária e Serviço Social: elementos para pensar a conjuntura brasileira, sergipana e o cotidiano do trabalho.</p>
<p><i>“ Introdução do teletrabalho implicado tem dado contribuições importantes: busca da rede e dos serviços a serem acionados; a produção de materiais educativos; o acompanhamento de usuários e familiares que já tinham vínculos com os serviços de saúde...”</i></p>	<p>A atuação da/o assistente social na saúde em tempos de pandemia: particularidades do estado de Sergipe.</p>

<p><i>“ Nova roupagem o contato telefônico e as videochamadas como forma de garantir os direitos sociais do público infanto-juvenil para dar as notícias, informação sobre o paciente...”</i></p>	<p>O Trabalho do/a Assistente Social em Hospital Pediátrico em Tempos de Pandemia #PraFalarDeLei.</p>
---	---

FONTE: elaboração própria.

Como vimos defendendo e apontado no decorrer do nosso trabalho, acerca do direcionamento pelo qual compreendemos as TIC 's . É importante construirmos, em torno do seio da categoria profissional, um reconhecimento de que, apesar da introdução e requisição do uso dessas ferramentas estarem ocorrendo muitas vezes sem serem dadas as devidas condições, não podemos cair na demonização das mesmas, pois se forem impostas sem condições nenhuma a culpabilidade deve recair sobre o empregador, seja ele o estado ou a empresa privada.

A concorrência dos trabalhadores, para a narrativa empresarial, é com a tecnologia (a máquina), e não com o empresário. Mas a tecnologia não tem vontade própria, não se relaciona socialmente com as pessoas, por isso, não disputa com ninguém. Lutas na produção se estabelecem entre seres humanos, que podem construir relações sociais em que as tecnologias servem como ferramentas para que algumas pessoas subordinem outras. Mas as tecnologias também podem ser usadas para emancipar. A retórica corporativa inverte (e fetichiza) o fato de que a disputa não é com a tecnologia, mas com o empregador, que comanda, explora e despede. (Filgueiras, 2022, p. 4)

Ou seja, como já até abordamos, é a apropriação e privatização dessas ferramentas que as tornam controladoras, exploradoras e que precarizam as relações sociais. Dessa forma, é necessário buscar construir uma direção que tenha como horizonte a emancipação das classes subalternas.

Ademais, diante de todas as práticas profissionais exercidas sobre o manto da crise sanitária, e de serviços precarizados/privatizados e com a incorporação inédita, em alguns casos como vimos acima, das TIC 's, é necessário vislumbrarmos as expressões de uso social dessas ferramentas que tiveram como direção a construção de uma contra-hegemonia do seu uso.

Assim, o Quadro 4 nos oferece um considerável panorama das práticas e ações profissionais que foram desenvolvidas a partir do uso das ferramentas tecnológicas. Apesar das falas não nomearem, propriamente, a compressão ou o

termo Projeto ético político, mas é notório que os relatos relacionados à prática corroboram com o fortalecimento desse projeto profissional.

Assim, quando há uma preocupação para que essas ações, de fato, sejam detentoras de direção democratizante, em relação ao acesso aos serviços sociais, como o de saúde, e disso conduzem o uso social contraditoriamente das ferramentas-tecnológicas com a intencionalidade de alcançar a finalidade projetada, ganha corporeidade a direção social estratégica. Assim como, introduzir ações corroboradas que construam a garantia de direitos sociais, inclusive o direito à informação. Temos o espelhamento do nosso princípio fundamental que versa sobre a ampliação da democracia e dos direitos como um todo.

Outro elemento, que aparece na condução do uso dessas ferramentas, foi a criação de espaços de diálogos, sejam eles para articulação, formação continuada, monitoramento e acompanhamento das necessidades sociais dos usuários, materializados por grupos de whatsapp e plataformas de sala de reunião e exibição de vídeos.

Nesse sentido, tivemos grupos de whatsapp direcionados a diversos assuntos, políticas e sujeitos, como: da pessoa idosa (na busca de interagir e acompanhar como estavam se sentindo); de mulheres (para tentar construir perspectivas de socialização de direitos sociais); de usuários e familiares de serviços da saúde mental (para monitorar a convivência familiar e manter minimamente a vinculação entre o serviço e o usuário); de profissionais do Serviço Social e dos serviços de saúde (para proporcionar a troca de experiências e articulações da rede dos serviços sociais); entre outros.

As chamadas lives, que é a exibição de vídeos ao vivo, sobre diversos assuntos e áreas, vinculadas à plataformas (sendo a mais conhecida o YouTube), que depois são fixados na plataforma para futuros acessos. Essa ferramenta foi primordial, na visão dos profissionais, para: socialização e troca de experiências; aquisição ou aprofundamento de conhecimentos imprescindíveis para a prática profissional, sendo apontados como educação permanente profissional; apresentação e realização de seminários/congressos/encontros acadêmicos que contribuiu para um maior acesso, como nunca visto antes; etc.

Assim, a partir dessas ações acima relatadas, podemos afirmar que quase a totalidade dos princípios foram abordados e reforçados, pois houveram lives de diversos assuntos, como: os direitos humanos, raça, gênero, sexualidade,

movimentos sociais, defesa dos direitos sociais, exposição de direcionamentos teóricos plurais, etc. Inclusive com um grande número de visualizações.

A utilização, desse modo, com grande recorrência, das plataformas de espaços para reunião, já mencionadas, como a plataforma Meet e o Zoom, as mais usadas no período de pandemia, foi outro fator considerado em nossa investigação. Essas ferramentas serviram para diversas intencionalidades, dentre elas, podemos citar: no fortalecimento de projetos de extensão junto à categoria profissional, organização e funcionalidade dos conselhos de direitos do controle social, construção de saídas de luta e resistência pelos sindicatos e conselhos de categoria profissionais, etc.

Como bem assevera a professora lamamoto (2014), os assistentes sociais, diante das demandas que chegam nos espaços sócio ocupacionais, podem limitar-se em responder a elas, garantindo os interesses do empregador, ou contraditoriamente responder na direção de alargamento da defesa das classes subalternas.

Reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito (lamamoto, 2015, p. 143).

Todavia, no que diz respeito ao potencial estratégico do uso dessas ferramentas, podemos considerar que, para o trabalho dos assistentes sociais, no sentido de construção de uma contra-hegemonia, essas tecnologias serão, de fato, benéficas, concretamente, se esses profissionais estiverem incorporando, pela “raiz”, os elementos fundantes do PEP. Só assim poderão usufruir da potencialidade que há na TIC (Veloso, 2011).

Entretanto, a tendência que norteou o uso das TIC's pelos assistentes sociais nos diversos serviços de saúde, em plena pandemia, principalmente no seu primeiro ano, foi de bastante resistência, contradição, empenho e compromisso alinhado à direção social empreendida no PEP. De fato, o Serviço Social, necessário para o Brasil, não fugiu à luta.

Igualmente, importante, outro questionamento que pairava o nosso interesse em desvendar essas tendências do trabalho na saúde do assistente social, no período pandêmico, foi o de identificar se a utilização das ferramentas da TIC se colocariam como algo pontual ou que se estenderia de agora em diante o seu uso.

Pois, como já apontamos, na área da saúde existiam expressões do uso dessas ferramentas, mas eram pontuais, o famoso uso do “papel” ainda era o grande forte do cotidiano de trabalho. Porém, a pandemia serviu meio que de laboratório para a introdução intensa das TIC 's, já que com a necessidade de que houvesse isolamento social pela potente facilidade de transmissão do novo coronavírus, os protocolos de trabalho foram totalmente reordenados para incorporação das ferramentas.

Sobre esse aspecto de experimento e intensificação do uso das TIC's e dos seus efeitos, a autora Raichelis (2022, p. 8) endossa que

[...]com o advento da pandemia da covid-d, contexto em que as TIC, notadamente sua aplicação nas diversas modalidades de trabalho remoto ou teletrabalho, tanto nas atividades materiais quanto nas atividades imateriais, funcionaram como um grande laboratório para o capital e seus representantes no aparelho de Estado, viabilizando a exponencial ampliação da produtividade do trabalho mediante a redução do trabalho vivo e a maximização do trabalho morto; a diminuição dos custos do trabalho; o aprofundamento das estratégias de controle e vigilância; a destruição de direitos e conquistas da classe trabalhadora (Raichelis, 2022, p. 8).

Por coadunamos com esse raciocínio da autora, adensou-se ainda mais o interesse em descortinarmos o fato de que em havendo esse reconhecimento por parte dos assistentes sociais, em relação a periodicidade da presença das TIC no cotidiano de trabalho, haveria possibilidade de construção de saídas que defendem-se o uso social a partir das demandas reais das classes subalternas. Se poderia de fato utilizar esse momento laboratorial do uso das TIC, para direcionar um “laboratório da luta de classes” (Grohmann, 2021, p.41), pensando, assim, em formas de uso e organização de trabalhadores a partir dessas ferramentas.

Quadro 5 - Intensificação da utilização das TIC 's como algo episódico ou de longo prazo?

ELOCUÇÕES	TÍTULO DO VÍDEO
-----------	-----------------

<p><i>“ Se apropriar de toda essa gama de alteração que ocorreu no nosso processo de trabalho para pensar no nosso futuro, criando novos processos de trabalho a partir das mudanças que a vida da humanidade está passando...”</i></p>	<p>Reflexões Sobre o Serviço Social na área da Saúde frente à Pandemia COVID-19.</p>
<p><i>“O pós-pandemia as situações vão se agravar...”</i></p>	<p>Debate virtual - Tic: novas tecnologias para a velha exploração do trabalho.</p>
<p><i>“ Mesmo que o isolamento acabe algumas coisas tentam a ser mantidas, por conta do potencial e vendo as possibilidades. Novos Desafios por conta da intensificação, tomar a tecnologia como objeto de crítica...”</i></p>	<p>Desafios do Serviço Social frente às tecnologias da informação e comunicação.</p>

FONTE: elaboração própria.

Neste sentido, o Quadro 5, supracitado, tenta apresentar algumas das elocuições que reviveram o caráter do reconhecimento do uso das TIC's, mas não só, também chama atenção para um aprofundamento ainda maior para pensar com criticidade o uso social das ferramentas. Apesar de termos poucas falas em torno dessa periodicidade do uso das TIC, mas resgatando um pouco o marco temporal da nossa amostragem, sendo do primeiro ano da pandemia, isso justifica um pouco ter havido ausência desse aspecto, pois se tratava de um fenômeno inédito e de um momento ainda sem muitas respostas.

Portanto, acreditamos que as sinalizações que aparecem são importantes para não cairmos numa *futureologia* do fenômeno, sem deixar de reconhecer que seguindo a lógica do capitalismo é notória a perspectiva de aprofundamento dessas TIC. Por isso, dentro do panorama que traçamos das principais tendências que estiveram na espreita do trabalho profissional do assistente social na área da saúde, o reconhecimento pela continuidade do uso se colocou presente, inclusive, requisitando a categoria a importância de se apropriarem de forma crítica dessas ferramentas para darmos a direção social estratégica de contra-hegemonia que tanto reitera o nosso PEP e as classes subalternas. Dessa maneira,

[...]a necessidade de dar direção ético-política no seu uso é requisitada aos assistentes sociais para que se apropriem, com rigor,

do arcabouço teórico e da aquisição de novas habilidades e competências, no sentido de garantir espaços de construção coletiva de resistências aos avanços dos ditames neoliberais, passando a existir a necessidade de reordenamento da profissão na tentativa de atender às novas demandas, sem permitir que se esfacle a construção histórica que a profissão realizou na direção de uma sociedade justa, sem exploração (Rizzoti & Nalesso, 2022, p. 108).

Em vista disso, vislumbrando essa possibilidade de construir uma outra direção ao uso dessas ferramentas, Veloso (2011) vem defendendo, há algum tempo, o que impulsionou a realização deste estudo, sobretudo por que coadunamos com a autora, que a negação destes recursos não serão a solução para não cairmos nas inflexões causados por eles. Ou seja, só a busca pela promoção da qualificação e aprimoramento com maior frequência e permanência podem gerar uma efetiva apropriação crítica e contra hegemônica do uso das TIC's, aliadas aos princípios e valores da profissão que se expressam no Projeto Ético Político.

Para tanto, o uso das TIC's, como instrumental mediador potente do trabalho dos(as) assistentes sociais e principalmente em conjunturas de distanciamento social, ocasionado pela pandemia do novo coronavírus, tem sido estratégico, no que diz respeito a viabilização dos direitos sociais das classes subalternas.

Desse modo, o uso dessas ferramentas remotas vem potencializando a defesa do Projeto ético-político, resistindo em meio a uma pandemia, garantindo o diálogo entre os usuários e os familiares. E ainda, na permanência da socialização e orientação sobre os direitos sociais, no diálogo com entidades da categoria profissional, na articulação com a universidade, na mobilização junto aos órgãos de controle, movimentos sociais e sindicatos, etc.

Assim, a apropriação dessas ferramentas deverá ocorrer de forma a mediar valores e princípios do projeto profissional, para distanciar essa prática do burocratismo e tecnicismo reforçadora das estruturas do capitalismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto dos apontamentos analíticos, presentes no decorrer do nosso trabalho, evidencia-se uma árdua tarefa de responder ao questionamento problematizador que norteou o desenvolvimento dessa pesquisa. Tal sendo o de desvelar as tendências do uso das TIC 's no cotidiano de trabalho de assistentes sociais que atuaram em serviços de saúde na pandemia da COVID-19, compreendendo suas contradições, limites e possibilidades.

Pois, desde o momento em que despertou a nossa curiosidade sobre esse fenômeno, houve um grande período de maturação, que iniciou-se a partir das nossas inserções no meio acadêmico, principalmente nos projetos de pesquisas desenvolvidas na iniciação científica, e nos espaços de resistência. Onde a discussão do trabalho profissional de assistentes sociais e a política de saúde sempre estiveram presentes.

Assim, com o cataclisma da crise sanitária, causada pela pandemia do novo coronavírus, ao acompanharmos, em diversos espaços, de forma virtual, o debate acerca dos impactos relacionados aos serviços de saúde, sempre aparecia de forma latente o fato de como as Tecnologias da Informação e Comunicação se inseriram nos processos de trabalho de forma intensificada, principalmente no setor do Serviço Social que antes ainda apresentava-se de forma tímida.

Dessa forma, esteve na cabeceira das nossas intenções de investigar se a utilização das TIC 's estavam se apresentando como um fenômeno intensificador ou apenas de adensamento e se, no uso social dessas ferramentas, como mediadoras do trabalho, houve espaço estratégico para a defesa do Projeto Ético Político da profissão de Serviço Social. Além disso, e também, tínhamos como pressuposto de compreender se essa introdução das TIC 's seria algo pontual por conta do caráter emergencial da pandemia ou estaria se vislumbrando para uma periodicidade a longo prazo. Essas hipóteses defendidas, nortearam nossa pesquisa no desenvolver da investigação, e na sistematização foram mais que confirmadas, como pode-se perceber no desenvolvimento deste trabalho, por isso estabeleceram a tarefa a partir da utilização de aprofundamento de novos procedimentos metodológicos para uma possível continuidade da temática de estudo.

Em suma, como forma de construirmos as nossas análises, nos debruçamos sobre o fenômeno pelo par de óculos da teoria social crítica, calcada no materialismo histórico dialético. Desse modo, partindo desse ponto fulcral para conhecer o real concreto, utilizamos procedimentos metodológicos da pesquisa documental-bibliográfica ancorada numa abordagem qualitativa-descritiva. Porém, é importante reiterarmos que tínhamos a intenção preliminarmente de realizar uma pesquisa de campo inserindo-nos nos espaços sócio profissionais de saúde para investigarmos junto aos profissionais que atuaram na pandemia. Mas, diante dos limites postos, como: a dificuldade de adentrar os serviços por causa da pandemia, o curto tempo que o mestrado tem para realizar a pesquisa e desenvolver o seu trabalho final entre outros.

Dessa forma, após amadurecimento e lapidação do projeto de pesquisa, optamos, como solução metodológica, definir que a pesquisa seria documental tendo como material de amostragem as lives realizadas com profissionais do serviço social que atuavam na saúde no período da pandemia e que estavam disponibilizados na plataforma do YouTube.

Todavia, isso não quer dizer que essa solução seja sinônimo de leveza ou facilidade para realização do nosso trabalho, pois a pesquisa que realizamos contou com longas horas em frente ao computador, para levantar os dados, os quais foram inseridos numa planilha, desenvolvida para caracterizar melhor as *lives*, e posteriormente todos assistidos, escolhidos e lapidados para evidenciar através das elocuições presentes nos vídeos a sustentação e confirmação das nossas hipóteses e dos apontamentos que contribuíram para descortinar o nosso problema de pesquisa.

Por conseguinte, os impactos da crise sanitária, que chegou como potencializadora dos efeitos da crise do capital, sobretudo no mundo do trabalho e nas políticas sociais, onde são prestados os serviços sociais, e que com o caráter do isolamento social que necessitava-se ocorrer, empurrou ou, melhor dizendo, adensou-se e ainda foram também introduzidas as ferramentas-tecnológicas-informacionais-comunicativas colocando-se como desafio latente para realização do trabalho profissional.

Desse modo, as inquietações e questionamentos que nortearam o desenvolvimento da nossa pesquisa e que aqui, agora, encontra-se sistematizadas, além de nos confirma acerca das nossas hipóteses, nos revelou alguns elementos,

como: o caráter propositivo da profissão que com sua autonomia relativa conseguiu se inserir nos comitês de crises dentro das instituições de saúde para pensar novos fluxos do trabalho; que desenvolveu ações pautadas na dimensão política-pedagógica da profissão, evidenciando que o Serviço Social brasileiro necessário, diante da pandemia, estava mais vivo do que nunca com ousadia e compromisso com a sua direção social hegemônica; e que buscou a organicidade dos espaços democráticos coletivos da classe trabalhadora para viabilizar direitos sociais e mobilizar o embate desses espaços com os dilemas que se apresentavam-se tanto nos serviços de saúde como pelo Estado brasileiro.

Entretanto, vislumbramos um horizonte de possibilidades as quais devem estar no interesse da pesquisa relacionada a essa temática, pois, como afirmamos, inclusive no desenvolvimento do nosso trabalho, as TIC's vieram para ficar e se aprofundaram cada vez mais nos espaços sócio profissionais, não só porque a pandemia inaugurou essa necessidade, mas porque incorpora a própria inerência das formas de ser do capitalismo que é a progressão e transformação paulatinamente das tecnologias. Por isso, sabendo desse fundamento é mais que necessário que sejam realizadas investigações que consigam descortinar os dilemas e potencialidades das TIC 's no cotidiano de trabalho dos profissionais.

Assim, apontamos para alguns desdobramentos que consideramos importantes, os quais podem, ao nosso ver, nortear as futuras investigações, tal sendo: a relevância de descortinar os elementos da ideologia apregoada pela gestão do trabalho em saúde, acerca da intensificação e inserção cada vez maior das TIC's nos processos de trabalho na mesma área; identificar quais são as condições de trabalho dos profissionais relacionadas para o uso das TIC's; constatar quem são os "mercadores" das tecnologias que vem disputando o fundo público do estado na aquisição das mesmas para uso nos serviços públicos; compreender se, ao reconhecerem as TIC's como possibilidades do seu uso para desenvolver algumas importantes atividades profissionais, há compressão dessas ferramentas como mediadores e instrumentos de trabalho, ou se veiculam, através de uma visão fetichizada-messiânica; e também, como a formação profissional vem dialogando e abordando a temática das TIC's nos componentes curriculares, pensando quais são os caminhos teóricos metodológicos empreendidos nas referências utilizadas; etc.

Contudo, queremos reiterar a necessidade da inserção do debate e do interesse da pesquisa sobre as TIC's no trabalho de assistentes sociais e que elas

devam ocorrer numa perspectiva de totalidade, apreendendo os elementos dilemáticos conduzidos pelos capitalistas, como os que se constituem como contraditórios e que forjam-se pelas classe subalternas, pois é nessa contradição que poderemos vislumbrar as saídas estratégicas para construção de uma nova sociedade, onde não haja exploração, privatização e apropriação do ser humano e do seu habitat.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o Conservadorismo**. São Paulo - Cortez, 2019.

AMARAL, A. S. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 48, 2021.

ARCARY, V. Bolsonaro é ou não um neofascista? In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Consequência. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Número de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/numero-de-novos-imigrantes-cresce-244-no-brasil-em-dez-anos#>. Acesso em: 22 de mar. de 2023.

ALVES, Giovanni. **Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira**. <https://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 02 de maio 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed - São Paulo: Cortez, 2015.

_____. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: FILHO, H. M.; TOSTES, A. (org). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6 editora, 2020.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo: São Paulo, 2020.

_____. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo. Boitempo, 2022.

BARROS, C.; OLIVEIRA, J.; BARBOSA, R.; CRONEMBERGER, I. [et. al]. O processo de trabalho do/da Assistente Social em Tempos de Pandemia pelo novo coronavírus no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI). In: PEREIRA, S. L. B.; CRONEMBERGER, I. H. G. M. (org). **Serviço Social em tempos de pandemia: provocações ao debate**. Teresina: EDUFPI, 2020.

BARBOSA FILHO, Evandro Alves; DE SOUZA VIEIRA, Ana Cristina. A expansão da sorofobia no discurso político brasileiro. **Argumentum**, v. 13, n. 3, p. 134-147, 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório da CPI da COVID-19**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/148b0ad1-c1a2-4f6e-96c3-49042fef607d>. Acesso em: 28 de dezembro de 2021.

BORGES, M. E. S., MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRAVO, M. I.; PELAEZ, E.; PINHEIRO, W. N. **As contrarreformas a política de saúde do governo Temer**. Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.com.br/argumentum/article/view/19139/13218>. Acesso em 01 jun. 2020.

BRAVO, M. I. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais** - 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. MATOS, M. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: Mota [et al.] (Org.) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo, Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Devastação e urgência In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Consequência. 2019.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-47, 2021.

CAVALCANTE, Rita; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 110-128, 2022.

CESAR, Monica de Jesus. O Serviço Social nas empresas frente às tecnologias da informação e comunicação. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 104-113, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. **Petrópolis**: Vozes, 2010.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** (62). São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O trabalho nos Serviços de Saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Laís Duarte; REIDEL, Tatiana. PERFIL E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS GAÚCHOS/AS. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 136-154, 2021.

CRESS Alagoas. **Mesa 6 - Trabalho e formação profissional do/a assistente social no contexto da pandemia**. YouTube, 11 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/lqfSfSKIQjM?si=xl3YUuvK7FNOTI1C>. Acesso em: mai. de 2022.

CFESS. **Código de ética do/a Assistente Social**. 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 10 de ago. 2020.

_____. **Resolução do CFESS N° 493**. 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf

_____. **Teletrabalho e Teleperícia:** orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. In: Diálogos do cotidiano: Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional. CFESS [org.]. 2021.

_____. **Memorial dedicado à vida de cada assistente social vítima do coronavírus.** 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial> Acesso em: 20 de jul. de 2023.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; CAMARGO, Maria Angelina B. Sistemas algorítmicos, lucratividade do capital e implicações nas políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 17-32, 2022.

DEMIER, F. MELO, D. **Onda conservadora, Crise Orgânica e Cesarismo de Toga no Brasil.** In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. L.(Orgs). Marxismo, política social e direitos. São Paulo: Cortez, p. 253 - 272, 2018.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2018.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.118, p.265-293, abr./jun. 2014.

FALCÃO, M. VIVAS, F. PF diz ao Supremo Tribunal Federal que Bolsonaro cometeu incitação ao crime quando associou vacina da Covid à Aids. **Portal - G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/17/pf-ve-crime-de-bolsonaro-por-live-em-que-o-presidente-associa-vacina-da-covid-com-risco-de-pegar-hiv.ghtml>. Acesso em: jan de 2023.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. TRABALHO, TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA: tecnologia para que (m)? “Novas” empresas e “velha” exploração do trabalho. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 01-05, 2022.

_____. ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In. ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo. Boitempo, 2020.

FIOCRUZ. **O SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito garantido não se compra e não se vende.** Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/o-sus-e-nosso-ninguem-tira-da-gente-direito-garantido-nao-se-compra-e-nao-se-vende> . Acesso em: 23 de abril de 2023.

GALDINO, S. **Serviço Social e tecnologias da informação e comunicação | Teletrabalho, homeoffice e plataformas.** YouTube, 10 de setembro de 2020. Disponível em: https://youtu.be/j_o4WVBMVj4?si=MKr3maCNv1stT4Eu . Acesso em: Jun. de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R, M; SOARES, M; PRAUN, L. Trabalho e Serviço Social: ressignificação contemporâneas. **Rev. O Social em questão**. Ano XXIII - nº 47 - mai-ago/2020.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, p. 715-736, 2010.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Rayanderson. Bolsonaro defendeu o uso de cloroquina em 23 discursos oficiais. **O Globo**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: abril de 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In. ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020.

_____. Trabalho plataformizado e luta de classes. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo,, n. 36, p. 40-46, 1º sem. 2021.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: HARVEY, D. DAVIS, M. BIHR, A. [et. al]. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020.

_____. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUWS, U. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real**. Campina-SP, Editora Unicamp, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IPEA. Mais Brasil ou Austericídio. 2019 .Disponível em: <https://afipeasindical.org.br/austericidio/> Acesso em: fev. de 2023.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LARA, Ricardo. Pesquisa em Serviço Social e a tradição materialista-dialética. In: SILVA, J. F. S.; SANTANA, R. S, EDVANIA, A. S. (Org.) **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LEONEL, Filipe. **Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde**. Fiocruz. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>. Acesso em: 24 de jan. de 2022

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **O Funk da Crise**. Disponível em: <https://levante.org.br/>. Acesso em: 17 de mar. de 2023.

MANDEL. E. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARQUES, R. M. et al. **Pandemias, crises e capitalismo**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MASCARO, A. L. **Crise e Pandemia**. Coleção Crise Pandemia. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

MATOS, M. C. **Serviço Social, Ética e Saúde**: reflexões para o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. O neofacismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da COVID-19. **Revista Humanidades & Inovação**, Tocantins, v. 8, n.35, p. 25-35, 2021.

_____. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronavirus-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saude-2.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2020

MELO, D. C. S.; FERREIRA, J. E. S.; ARAÚJO, J. O. M. [et al] **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, PANDEMIA DA COVID 19 E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**. ANAIS - IX CONASSS - Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde - XII SIMPSSS – Simpósio de Serviço Social em Saúde, de 22 a 24 de setembro de 2020

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Trad. Ana Carvalhaes... [et al.] – 2.ed. ver. E ampliada – São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOTA, A. E. S. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo – Cortez, 1995.

MUSTAFÁ, M. A. **Ética**: fundamentos filosóficos e históricos na contramão da ideologia. Recife: Ed. UFPE, 2020

_____. **Ética no Serviço Social brasileiro**: filosofia, política e formação profissional - um olhar geral para divulgação no serviço social italiano. Recife: Ed. UFPE. 2020.

_____. ANSELMO, G. C. R; SILVA, S. S. Democracia e justiça social em tempos de golpe sob a égide do neoliberalismo. **R. Katál. Florianópolis**, v. 21, n. 2. p. 416-426, maio;ago. 2018.

MDB. **UMA PONTE PARA O FUTURO**. 2015. Disponível em: https://www.mdb-rs.org.br/fl_adm/uploads/documentos/Uma_ponte_para_o_futuro.pdf Acesso em: maio de 2020.

NAKATANI, P., MARQUES, R. **Capitalismo em Crise**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, Milton. Calçador de Mim. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/47402/>. Acesso em: 17 de set. de 2023.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NONATOS, Os. **O Planeta Movido a Internet é Escravo da Tecnologia**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/os-nonatos/985025/>. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Mota [et al.] (Org.) **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 8. ed., 2012.

NETO, Mercedes et al. Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. **Cogitare enfermagem**, v. 25, 2020.

NOMERIANO, A. S., **Da profissionalização à Desprofissionalização?** Desafios e perspectivas do Serviço Social na contemporaneidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 65-83, jan./jun.2019.

PAIM, J. S. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PAULANI, L. M. Dois anos de desgoverno: três vezes destruição. *Portal Brasil 247*[S.l: s.n.], 2021.Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/dois-anos-de-desgoverno-tres-vezes-destruicao>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

PEREIRA, G. O. Ataques aos servidores públicos sob COVID-19: orçamento de pessoal em questão. In: MOREIRA, E.; GOUVEIA, R.; GARCIA, J. [et. al]. **Em tempos de pandemia:** Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

PINTO, A. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

RAICHELIS, Raquel. Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 5-16, 2022.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

_____; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.140, p.134-152, jan.\abr. 2021.

RAULINO, G. Capital e trabalho nas plataformas sociodigitais. In: DANTAS, M. [et al.] (Org.). **O valor da informação:** de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo. Boitempo, 2022.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 91-109, 2022.

SERPA, M. A. L. S. **As Novas Configurações do Trabalho em Saúde:** os indicativos do processo de desregulamentação. Porto Alegre: Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 9, n. 2, ago-dez, p. 334-344, 2010.

_____. **O trabalho em saúde:** os fios que tecem a desregulamentação do trabalho nos serviços públicos. **Tese de Doutorado.** UFPE. Recife, 2009.

SIERRA, V. M.; VELOSO, S. R.; ZACARIAS, E. C. Pereira. Neoconservadorismo, Estado e vigilância. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SOARES, R. C. A racionalidade da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S; MENEZES, J. S. B, (Orgs.) **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez, p. 85-108, 2012.

_____. Tendências da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social: privatização e superprecarização. In: SILVA, A. X.; NÓBREGA, M. B.; MATIAS, T. S. C. (Orgs). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social: As inflexões na política de saúde**. Campina Grande: EDUEPB, p. 119-135, 2017.

_____. **Contrarreforma no SUS e o Serviço Social**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

_____. CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, p. 118-133, 2021.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONELLO, I. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade**. In: TOMAÉL, Maria Inês. **Fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008.

Tribunal Superior do Trabalho. **Brasil tem mais de 180 mil imigrantes no mercado de trabalho formal**. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/brasil-tem-mais-de-180-mil-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-formal>. Acesso em: 22 de mar. de 2023.

UOL. **Bolsonaro sobre vacina de Pfizer: 'Se você virar um jacaré, é problema de você'**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce.htm>. Acesso em: fev de 2021.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 114-124, 2022.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social**. Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

VELOSO, R. S. **Tecnologias da Informação e Serviço Social: notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional**. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 10 n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/766>. Acesso em 08 mar. 2022.

_____. **Serviço Social, tecnologias da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

WALLACE, Rob. **A pandemia e o agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante & Igrá Kniga, 2020.

APÊNDICE A

VÍDEOS SELECIONADOS DO YOU TUBE PARA TRATATIVA DAS ANÁLISES					
DADOS DO VÍDEOS					
Nº	NOME	LINK DE ACESSO	CANAL	DATA DA POSTAGEM	VISUALIZAÇÕES
01-	Prática do/a Assistente Social na saúde em tempos de pandemia	https://youtu.be/MJOTStc2LM4	Serviço Social para Concursos com Profª Shellen	5/25/2020	30.736
02-	REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE FRENTE À PANDEMIA COVID19	https://youtu.be/ykF3BSUI9-w	Rodrigo Manhães	5/22/2020	340
03-	Pandemia: desafiando compromissos profissionais da/o Assistente Social e a saúde mental.	https://youtu.be/PzD9kdb7HQo	Curso de Serviço Social - UFSM	5/13/2020	123
04-	O Serviço Social e o Combate à COVID-19 na Saúde na UERJ // Serviço Social na Pandemia #32	https://youtu.be/0QFnCVtPPdA	Renato Veloso	7/16/2020	614
05-	As Tecnologias da Informação e o Isolamento Social // Serviço Social na Pandemia #07	https://youtu.be/SMjlg0h2kFA	Renato Veloso	4/24/2020	189
06-	O Trabalho do/a Assistente Social em Hospital Pediátrico em Tempos de Pandemia #PraFalarDeLei	https://youtu.be/Ms4J3zUfl_Y	Pótere Social	6/3/2020	1.759
07-	Live: Serviço Social e Controle Social na Política de Saúde no contexto da Pandemia	https://youtu.be/MihmtxEYI4	CRESS PE	11/12/2020	742

08-	Serviço Social e a defesa do Direito à Vida da População Idosa na Covid-19	https://youtu.be/B-uWep71EzQ	CRESS PE	9/17/2020	1.091
09-	Interiorização da Covid-19 e desafios ao Serviço Social na Saúde	https://youtu.be/e8N2iXvqtgA	CRESS PE	8/6/2020	728
10-	Serviço Social na saúde e intersectorialidade na seguridade social em tempos de Covid-19	https://youtu.be/miUeapEytB4	CRESS PE	7/23/2020	1.308
11-	Atuação do Serviço Social em Hospitais de Campanha	https://youtu.be/vyGB7LrC34w	CRESS PE	7/9/2020	2.063
12-	Serviço Social na política de saúde mental: desafios e estratégias em tempos da Covid-19	https://youtu.be/3BYkbJ1s4vU	CRESS PE	6/25/2020	2.637
13-	Serviço Social na Atenção Primária: Desafios do Enfrentamento a COVID-19 nos territórios	https://youtu.be/0z7cCn4JSFE	CRESS PE	6/10/2020	1.476
14-	Assistentes Sociais na linha de frente à Covid-19	https://youtu.be/ujEasdqTrq8	CRESS PE	5/28/2020	2.844
15-	Seminário nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à Covid-19 (segundo dia - tarde)	https://youtu.be/WAbxEiMO2UU	CRESS PE	11/25/2020	1.249
16-	Seminário nacional Serviço Social na Saúde no enfrentamento à Covid-19 (segundo dia - manhã)	https://youtu.be/4xM4-Kvyxg4	CRESS PE	11/25/2020	1.709
17-	O trabalho do assistente social em tempos de pandemia	https://youtu.be/yYjRUkJc	Fórum de Debates e Entrevistas	5/13/2020	1.742

	Covid-19.	g3o			
18-	A atual conjuntura e a atuação profissional dos/as assistentes sociais em tempo de pandemia	https://youtu.be/Ni7w79OY5Bw	CRESS/MS 21o Região	5/7/2020	2.902
19-	LIVE Requisições institucionais X Atribuições profissionais em tempos de pandemia	https://youtu.be/mNqp_GnonS8	CRESS-RJ	8/12/2020	494
20-	O Trabalho do/a Assistente Social no Hospital de Campanha #PraFalarDeLei	https://youtu.be/VVCfqMikwt0	Pótere Social	13/05/2020	8.033
21-	Serviço social e o trabalho com tecnologias da informação	https://youtu.be/EpnKlxjnkPM	Serviço Social para Concursos com Profª Shellen	23/12/2020	2.853
22-	Debate virtual - Tic: novas tecnologias para a velha exploração do trabalho	https://youtu.be/qazDGyDUzho	CFESS Videos	10/2/2020	6.971
23-	Desafios do Serviço Social frente às tecnologias da informação e comunicação	https://youtu.be/TLJ8npvUINo	Renato Veloso	3/11/2021	931
24-	Pandemia, crise sanitária e Serviço Social: elementos para pensar a conjuntura brasileira, sergipana e o cotidiano do trabalho.	https://youtu.be/kc3_b3osd2M	CRESS SE	6/20/2020	594
25-	As implicações da pandemia e do trabalho remoto no exercício profissional em Sergipe	https://youtu.be/-qvW5YRoKbc	CRESS SE	6/26/2020	345
26-	A atuação da/o assistente social na saúde em tempos de pandemia: particularidades do	https://youtu.be/7-9eAuDjYIM	CRESS SE	7/1/2020	354

	estado de Sergipe				
27-	Atuação do Serviço Social com Mulheres, População LGBT e População Negra	https://youtu.be/hU3JC1dEH8A	CRESS PE	10/29/2020	593
28-	Crise e Pandemia: o trabalho das/os Assistentes Sociais na Política de Saúde.	https://youtu.be/FjluXg4hWtE	CRESS MA	6/10/2020	72
29	Assistentes Sociais e o Processo de Trabalho no SUS Frente à Pandemia	https://youtu.be/jOC9K_t7pYQ	CRESS MS	8/6/2020	342